

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
PosLin – Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos

Humberto Cesar Clemente Mendes

Quem dá as cartas?

Discursividade e retórica nas cartas de
campanha eleitoral à Reitoria
da UFMG em 2005

Belo Horizonte
2008

Humberto Cesar Clemente Mendes

Área de Concentração: Lingüística
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Quem dá as cartas?

Discursividade e retórica nas cartas de
campanha eleitoral à Reitoria
da UFMG em 2005

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos (PosLin) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso – E
Orientador: Profa. Dra. Júnia Diniz Focas

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Dissertação aprovada em / /2008 pela
Banca Examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Júnia Diniz Focas – FALE/UFMG
Orientadora

Prof. Dra. Gláucia Muniz Proença Lara – FALE/UFMG

Prof. Dr. Jacyntho José Lins Brandão – FALE/UFMG

Dedico à memória de meus antepassados, os Clemente e os Mendes, pela semente plantada e pelo exemplo de luta, de persistência, de superação. A eles: Irene e Luiz Clemente, Cesário Mendes Cerqueira, Belchior Mendes Cerqueira e Luiz Mendes Cerqueira, a essência deste trabalho.

Agradecimentos

A Deus, pelo sopro de vida.

A meu pai, Zé Mendes, e a minha mãe, Nelma, pela perseverança no caminho e na caminhada.

A meu irmão Luiz e a minha tia Norma, pelos créditos de outrora, eternos sempre.

A minha esposa, Letícia, pelo afeto e pela compreensão de tantos anos, companheira nesta jornada.

A minha orientadora, Profa. Júnia Focas, pelo apoio, pelas orientações, pela compreensão e pela paciência na gestão deste texto.

Ao Prof. William Menezes, pelas sugestões na construção do projeto que agora se faz dissertação.

Às professoras Andréa Cattermol e Sônia Magalhães, pelo voto de confiança profissional, decisivo para a conclusão deste trabalho.

A Eloísa Rodrigues, Letícia Mendes e José Euríalo dos Reis, pela atenção e pela presteza no apoio lingüístico.

A Sô Candelário, por ter me ensinado por que viver, por que morrer.

A jagunçada de meu Deus, amigos e amigas em armas, solidão e companhia na sobrevivência deste mundo à revelia.

Aquele que tentar ser bom em tudo que faz está condenado a penar entre tantos, que não são.

Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Do Discurso.....	10
1.1 O que é discurso?.....	12
1.2 Retórica.....	16
1.3 O Século XX.....	17
1.4 Ethos, Pathos e Logos	19
1.5 O real e o preferível.....	22
1.6 Racionalidade e Comunicação.....	24
Capítulo 2 – Das eleições.....	27
2.1. O início.....	27
2.2. De UMG a UFMG	29
2.3 O processo eleitoral de 2005.....	30
2.3.1 As chapas na eleição 2005.....	31
2.3.2 O papel das pró-reitorias.....	33
Capítulo 3 – Das cartas	36
3.1 Aos estudantes.....	37
3.1.1 Chapa 01 – Carta aberta	37
3.1.2 Chapa 02 – Mensagem aos estudantes	39
3.1.3 Chapa 03 – Carta aos estudantes.....	42
3.2 Aos técnicos.....	46
3.2.1 Chapa 01 – Carta aberta	46
3.2.2 Chapa 02 – Carta aos Servidores Técnicos e Administrativos	49
3.2.3 Chapa 03 – Aos técnico-administrativos em educação da UFMG	51
3.3 Aos Professores.....	53
3.3.1 Chapa 01 – Carta aberta	54
3.3.2 Chapa 02 – Aos Servidores Docentes.....	55
3.3.3 Chapa 03 – Aos professores da UFMG.....	56
Capítulo 4 – Das diferenças e semelhanças	59
4.1 As cartas aos estudantes.....	59
4.2 As cartas aos TA	60
4.3 As cartas aos professores.....	62
4.4 As cartas e as visões dos segmentos.....	63
4.5 Diferenciação.....	65
4.6 As diferenciações.....	68
4.6.1 A diferenciação da Universidade.....	70
Capítulo 5 – Das considerações finais	72
5.1 Os resultados	73
5.2 As cartas e os panfletos.....	75
5.3 A vitória da Chapa 02.....	77
Referências	79
Anexos.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução dos adesivos (bótones) identificadores das chapas.....	32
Figura 2 – Símbolo da campanha institucional da UFMG, em 2004, para combater a crise financeira.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Reitores da UFMG (UMG até 1965).....	28
Quadro 2 – Ponderação final por segmento.....	31
Quadro 3 – Resultado final da eleição à Reitoria da UFMG, em 2005.....	73
Quadro 4 – Resultado final na Faculdade de Medicina.....	74
Quadro 5 – Resultado final no Pavilhão Central de Aulas	74
Quadro 6 – Resultado final na Faculdade de Letras.....	75

RESUMO

Esta pesquisa aborda o teor das cartas de campanha utilizadas pelos candidatos que disputavam a Reitoria da UFMG, em 2005, segundo os aspectos de discursividade e de utilização de um quadro retórico para a construção de um discurso político e científico. São utilizados os pressupostos teóricos da *Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os elementos constitutivos do argumento retórico *ethos*, *pathos* e *logos*, segundo Reboul (2004) e Amossy (2005), assim como concepções de Habermas (1990) sobre as razões estratégica e comunicativa. O objetivo é demonstrar como as cartas, direcionadas aos três segmentos – professores, técnico-administrativos e estudantes – identificam imagens que as chapas constroem da comunidade acadêmica, e também propor uma reflexão sobre o processo eleitoral na UFMG em virtude dos índices de comparecimento às urnas. Os resultados afirmam a politicidade do discurso acadêmico e revelam um esvaziamento do debate político, na medida em que questões centrais do mundo universitário são colocadas em segundo plano.

ABSTRACT

This survey aims to analyse the letters written by the candidates of the 2005 UFMG electoral campaign for Rector according to aspects of discursivity and use of a theoretical framework for the construction of a political-scientific discourse. The theoretical principles of the Perelman's and Olbrechts-Tyteca's *New Rethoric* (2005), the constitutive elements of the Reboul's (2004) and Amossy's (2005) rethorical argument — *ethos*, *pathos* and *logos* — as well as Habermas's (1990) concepts of strategic and communicative actions are considered. The aim of these choices is to demonstrate how the letters addressed to three segments of the universitarian community — teachers, technical and clerical staffs, and students — allow the identification of images that the candidates make of the academic community, and to propose a reflection on that electoral process, taking into account the indices of achieved votes. The results of the survey affirm the politicity of the academic discourse and reveal a preemption of the political debate, since fundamental issues regarding the universitarian community are taken as background ones.

CAPÍTULO 1 – DO DISCURSO

Ajunte-se que as palavras são formadas ao capricho e segundo a compreensão do vulgo, de modo que são sinais das coisas na medida em que existem na imaginação e não na medida em que existem na inteligência.

Baruch de Espinosa

No segundo semestre de 2005, a UFMG vivenciou a escolha de um novo Reitor, através de eleições diretas, realizadas em todas as suas unidades (Belo Horizonte, Diamantina e Montes Claros). Três chapas se apresentaram à disputa e, oficialmente, durante três meses (de setembro a novembro), os candidatos foram “à luta” na tentativa de vitória.

As eleições aconteceram no dia 8 de novembro de 2005, terça-feira, no Hospital das Clínicas, e no dia 9, quarta-feira, nas demais unidades. A escolha do dia da semana foi um fato relevante, porque não havia voto em trânsito, ou seja, o eleitor só poderia votar na unidade à qual estava vinculado. Dessa forma, era preciso considerar, ainda que por estimativa, um percentual da comunidade acadêmica (professores e alunos) que não comparecia aos *campi* naquelas datas, tornando-se um segmento a mais a ser almejado pelos candidatos em suas campanhas. Os outros segmentos participantes da eleição eram professores, técnico-administrativos e alunos.

Nesse contexto, seriam quatro segmentos a serem disputados pelos candidatos durante a campanha. Contudo, o grupo referente àqueles que poderiam não ir à Universidade nas datas previstas foi desconsiderado enquanto estratégia específica de captação de votos. Os candidatos, então, direcionaram suas campanhas para docentes, funcionários administrativos e discentes, produzindo panfletos específicos, em algum momento da disputa, para cada um dos grupos.

Um panfleto, segundo Houaiss (2004, p.2117), é uma “peça de propaganda eleitoral impressa em folha avulsa com informações sucintas sobre um determinado candidato”. Não apenas sobre um candidato, mas também sobre idéias e valores, que podem se apresentar de maneira crítica, satírica, irônica ou mesmo agressiva, constitutivamente de caráter político.

O panfleto apresenta inúmeras vantagens para quem o produz, motivo esse que o eleva à condição de peça-chave de um movimento ou campanha política. O panfleto, em geral, não requer grande tratamento artístico e gráfico, uma vez que sua importância concentra-se no conteúdo e não na forma. Isso permite uma redução nos custos e uma possibilidade de aumento da tiragem, o que proporcionaria maior abrangência do discurso veiculado.

Além disso, o panfleto, normalmente, é entregue ao (e)leitor em mãos, criando uma pseudopessoalidade na relação discurso/destinatário, ainda que essa relação seja um tanto impessoal, já que quem entrega e quem recebe são desconhecidos um para o outro. Esse distanciamento é um ponto negativo do panfleto, considerando que ele foi produzido para

muitos (e)leitores e não especificamente para um, não havendo, muitas vezes, cooperação da parte daquele que recebe (se se propõe a receber). Ainda que o portador do panfleto seja o “porta-voz” do candidato, a relação entre o candidato e o (e)leitor é intermediada pelo panfleto, raramente por seu portador, caracterizando, de certo modo, um movimento paradoxal de pessoalidade na impessoalidade.

Independentemente da relação pessoalidade e impessoalidade de um panfleto, o texto escrito constitui um artefato relevante no meio acadêmico, visto que a Universidade se pauta não só pela produção do conhecimento, mas pela divulgação desse bem, por sua disseminação na sociedade, para o que se torna indispensável o código lingüístico e seus processos discursivos.

Intermediando o panfleto e o texto escrito, as três chapas, concorrentes à Reitoria, optaram por um recurso discursivo de produzir cartas. Houaiss (2004, p.636) define carta como uma “mensagem, manuscrita ou impressa, a uma pessoa ou a uma organização, para comunicar-lhe algo.” A carta, considerando também a semiologia do envelope, é escrita para alguém em específico (mesmo que seja um coletivo) e assinada por um autor, ou seja, remetente e destinatário, usando a terminologia epistolar, são claramente conhecidos.

Ao escolher o gênero carta, enquanto portador de uma intencionalidade discursiva, as três chapas optaram pela forma física de um panfleto, criando talvez um gênero híbrido¹. Bakhtin (2003, p.293) afirma que o “gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma típica do enunciado”, o que poderia sugerir uma incongruência na afirmação de criação desse gênero híbrido em virtude da união de dois aspectos distintos, mas complementares: o enunciado e o suporte. Entretanto, faz-se necessário lembrar que “o discurso é uma organização situada para além da frase” (MAINGUENEAU, 2001, p.52), e, muitas vezes, o suporte auxiliará – quando não mesmo definirá – a identificação dos gêneros. Assim, por exemplo, o enunciado “Não entre”, colocado diante de um edifício em reforma ou na porta de um escritório, ainda que possuam o mesmo conteúdo, apresentarão mensagens distintas em virtude dos suportes distintos.

A união entre a carta e o panfleto, segundo as necessidades eleitorais, sejam elas de caráter individual (entendido aqui como as de cada Chapa) ou coletivo (entendido como a dinâmica do processo), permitiu que cada Chapa produzisse um discurso com condições de atingir e ser interpretado de acordo com os interesses de cada um dos segmentos envolvidos. Mais do que atingir e ser interpretado, o discurso precisaria mover (ou mesmo persuadir) o (e)leitor no sentido da adesão à causa, constituindo-se em uma argumentação retórica.

¹ Híbrido na perspectiva de possuir as especificidades de uma carta (remetente, destinatário, recorte temporal) e as características de um panfleto (distribuição, qualidade gráfica, etc.).

1.1 O QUE É DISCURSO?

É importante delimitar o conceito de discurso, uma vez que esse termo perpassará todo este trabalho, seja em acepção simples, seja em acepção composta (discurso político, discurso científico, discurso acadêmico, etc.).

Para que o campo teórico da retórica e da discursividade seja definido, faz-se necessário que se delimite, que se defina o termo discurso. A polissemia do termo há muito vem sendo discutida, conforme se pode observar nos trabalhos de Maingueneau, Benveniste, Harris, Foucault, Kristeva e Derrida (*apud* CHARAUDEAU, 1999). Não se trata de definição única e convergente, mas a apresentação de algumas definições trará a interseção que orientará este trabalho.

Segundo Reboul (2004, p.195), discurso é “um conjunto coerente de frases, que têm uma unidade de sentido e que falam de um mesmo objeto.” Em Bakhtin (2003), não há explicitamente a definição de discurso, mas esta pode ser aferida da conceituação postulada pelo autor. Para ele (p.261),

o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.

Na seqüência, Bakhtin (2003, p.262) afirma haver “tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.” Isso posto, pode-se concluir que, para o autor, de forma sucinta, discurso é um conjunto de enunciados coerentes, uma vez que têm condições específicas e finalidades a alcançar, que apresentam uma estrutura composicional.

Para Ducrot (1984, p.369), discurso “designará uma seqüência de enunciados ligados entre si: um discurso será, portanto, uma realização de um texto”. Para o entendimento do postulado por esse autor, cumpre dizer que para ele texto é uma seqüência de frases e que frase se refere ao material lingüístico utilizado pelo locutor para expressar alguma coisa ou se dirigir a um terceiro.

Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.7), com “os termos ‘discurso’, ‘orador’ e ‘auditório’, entenderemos com isso a argumentação, aquele que a apresenta e aqueles a quem ela se dirige, sem nos determos no fato de que se trata de uma apresentação pela palavra ou escrita, sem distinguir em forma e expressão fragmentária do pensamento”. É preciso considerar que essa acepção está vinculada ao pensamento jurídico, uma vez que os autores definem que “toda argumentação visa à adesão dos espíritos.” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.16)

Das definições apresentadas, conclui-se aqui que discurso é uma seqüência verbal (oral ou escrita) coerente e orientada segundo um propósito, qualquer que seja ele. Dessa definição, entende-se a discursividade como o conjunto de características textuais que permitem que um texto seja um discurso, não simplesmente um amontoado de frases ou enunciados desconexos. Como a própria definição já postula, a discursividade requer coerência dos enunciados, coesão entre eles, objetividade (aqui entendida como propósitos bem delimitados).

Definido o termo discurso, faz-se necessário subdividi-lo em duas partes, que se correlacionam de maneira efetiva no objeto deste trabalho: o discurso político e o discurso acadêmico.

Essa divisão é pertinente porque a análise da campanha eleitoral da UFMG, em 2005, na disputa pela Reitoria, vai aproximar as duas instâncias discursivas: política e acadêmica. Política, evidentemente, por se tratar de um pleito democrático, assim considerado na perspectiva de que todos os envolvidos de maneira direta poderiam participar de livre e espontânea vontade – ou se abster – do processo de escolha do novo Reitor, em que havia candidatos que se apresentaram por opção e que os eleitores, de igual modo, também se apresentariam; e Acadêmica, na medida em que os eleitores fazem parte de uma comunidade universitária e, como tal, se espera, *a priori*, que haja vocabulário, pensamentos e reflexões mais elaboradas, condizentes com esse centro de produção e irradiação de conhecimento.

Evidentemente, não é possível separar, delimitar fronteiras precisas entre o discurso político e o discurso acadêmico, ou mesmo de quaisquer outras instâncias discursivas. O discurso acadêmico é, por natureza, político, porque se orienta segundo objetivos teóricos, comunitários e sociais bem definidos. Os candidatos a reitor eram (e são) figuras políticas, que agem segundo normas eleitorais políticas, usam técnicas e saberes próprios de um sufrágio, assim como o universo léxico afim: “comitê”, “apoio”, “debate”, “plano de governo”, “situação x oposição”, etc. Nesse aspecto, é “tudo política, e potentes chefias”. (ROSA, 2001, p.127)

Karl-Otto Apel, ao discutir a dicotomia ciência e ética na sociedade moderna, aponta-nos uma situação paradoxal, pois, segundo o autor, a interligação necessária entre esses dois fundamentos, *a priori*, encontra-se desestruturada na sociedade industrial moderna e globalizada. Em suas argumentações, a inter-relação ciência e ética está contaminada por uma cientificidade extremamente objetiva, objetividade essa que, de certa forma, esgarça as relações ético-morais, resumidas, portanto, em uma “civilização tecnocientífica”. Em suas palavras: “a idéia da validação subjetiva está igualmente prejudgada pela ciência: ou seja, pela idéia cientificista da ‘objetividade’ normativamente neutra ou isenta de valores.” (APEL, 2000, p.407)

Para Charaudeau (2006, p.32), o discurso político seria “uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas.” Em *Dicionário de Política* (BOBBIO, MATTEUCI e PASQUINO, 1995), não há o verbete “discurso”, conseqüentemente não havendo “discurso político”, mas sobre o verbete “política” é possível extrair uma acepção pertinente ao tema deste trabalho.

Na época moderna, o termo [política] perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política”, “filosofia política”, etc., passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividade que, de alguma maneira, tem como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado. Dessa atividade a *pólis* é, por vezes, o sujeito, quando referidos à esfera da Política atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas *erga omnes*, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc. (p.954)

Inicialmente, destaca-se no trecho o caráter social da política, o que implica a participação de dois ou mais indivíduos para que o substantivo (a *política*) ou o adjetivo (ação *política*) possam ser corretamente utilizados, fato afirmado pelas palavras de Aristóteles (2007, p.56): “o homem, por natureza, é um animal político [isto é, destinado a viver em sociedade]”. Do mesmo caráter social dispõe a fala, a linguagem, seja ela expressa de forma oral ou escrita, porque sempre há um interlocutor em vista, em mente, ainda que ele não seja presencial, real ou nomeável.

Na seqüência do verbete, aparecem nominalizações de verbos se referindo às ações do fazer político: *o* ordenar ou proibir, *o* legislar, *o* tirar ou transferir, comprovando que a política se efetiva plenamente no plano discursivo. Dessa análise, entende-se que o discurso político pode ser a política em ação, parte inseparável e constitutiva do macrocosmo desse campo semântico.

É também condizente ao “discurso político” a acepção de conjunto de normas e saberes destinado a um grupo ou sociedade que visa à obtenção do apoio desse estrato social para dele ser representante em uma instância superior, no contexto de uma estrutura administrativa hierarquizada. Assim, os discursos eleitorais em municípios, no estado e na federação são políticos não só por concorrerem a cargos em que a *doxa* reconhece como profissão (legalmente também o são), mas por se utilizarem de elementos discursivos e pragmáticos que visem ao partilhamento, por parte do eleitor, daquelas propostas de cunho social.

Reis (2000, p.95), ao discutir o conceito de política, ressalta a presença da mentalidade economicista na articulação do pensamento político que, de acordo com o autor “à figura clássica do *homo economicus*, que aparece como resultado pioneiro da aplicação dos supostos da abordagem à área econômica, somam-se hoje as do *homo sociologicus* e do *homo politicus*, criados à imagem e semelhança do primeiro”. Tal fato, implicitamente, retoma uma questão espinhosa na qual a relação ciência/política não se distancia, de um ponto de vista metodológico. Portanto, como

salienta Reis (2000, p.96): “Do ponto de vista do estudo da política tem a ver com os problemas ‘estratégicos’ que derivam do suposto de racionalidade ‘instrumental’ aplicado a agentes diversos em interação”.

Essa discussão encontra algum respaldo teórico nas palavras de Apel anteriormente reproduzidas, criando, portanto, o inegável dilema que se estabelece na dicotomização ciência/política. Dilema esse discutido por Habermas ao estabelecer os processos da racionalidade, em nosso caso, na política, estabelecidos entre o “estratégico/instrumental e o comunicativo”. Habermas delimita as premissas do que define como “conhecimento e interesse” balizadas por interesses ideológicos e práticos. O que nos interessa de fato aqui é a questão da relação política/ciência nos debates da campanha para reitor. Nesse contexto, a articulação de uma “ação estratégica” que envolve interesses, poder, prestígio, etc. transforma-se em uma “ação comunicativa”, sintetizada nos anseios e expectativas da “comunidade de comunicação” (APEL, 2000), cujo resultado é a síntese do comunicacional com o estratégico, resultando, segundo Reis (2000, p.132), “praticamente a uma definição de política” em uma dialética de interesses e solidariedade.

No texto “Política científica e opinião pública”, Habermas coloca em pauta “a cientificação da política”, discutindo, em termos semelhantes aos de Apel, a questão da “determinação decisionista entre saber especializado e prática política, em favor de um modelo tecnocrático” (2006, p.109), e que, segundo Habermas, produz uma inversão, resumida no fato de que o científico pode se tornar político, ou seja, há um *continuum* no qual as duas instituições sociais se confundem no método e na prática.

Outra vez, a discussão retoma Apel exatamente no que ele condena da objetividade científica entranhada no tecido social, acarretando uma objetividade, oriunda da ciência, na dimensão ético-moral da sociedade; Habermas reduz esse debate a uma racionalização da política influenciada por pressupostos técnicos e práticos.

Sem o intuito de nos alongarmos nessa discussão a respeito da inter-relação ciência/política, estabelecemos aqui algumas considerações relevantes quanto a esse tema para, posteriormente, constatarmos como essa relação transparece no discurso dos candidatos a reitor da UFMG.

Com a especificidade de ser uma campanha política no âmbito acadêmico, a disputa da Reitoria aproximou as especificidades do discurso político às do discurso acadêmico (não necessariamente nessa ordem) nas cartas de campanha. A análise dessas cartas se encontra nos capítulos 3 e 4, mas antecipamos, por agora, que ela permite observar que o discurso político foi definidor das práticas discursivas, apoiado em uma *práxis* acadêmica que não chegou a definir os

processos discursivos, mas que sempre esteve norteando a produção desse material. O discurso pouco se pautou em conformações acadêmicas, assumindo sempre os pilares do pensamento universitário e buscando uma aproximação mais informal com os eleitores, uma relação familiar entre aqueles de sobrenome UFMG e que foram os destinatários de uma argumentação persuasiva, diríamos retórica.

1.2 RETÓRICA

A Retórica, segundo nossa concepção, é um conjunto de conhecimentos acerca do discurso e da argumentação que remonta a séculos antes da era cristã. Segundo Reboul (2004, p.2),

A retórica não nasceu em Atenas, mas na Sicília grega por volta de 465, após a expulsão dos tiranos. E sua origem não é literária, mas judiciária. Os cidadãos despojados pelos tiranos reclamaram seus bens, e à guerra civil seguiram-se inúmeros conflitos judiciários. [...] Certo Córax, discípulo do filósofo Empédocles, e o seu próprio discípulo, Tísias, publicaram então uma arte oratória (*tekhne rhetorike*), coletânea de preceitos práticos que continha exemplos para uso das pessoas que recorressem à justiça. Ademais, Córax dá a primeira definição da retórica: ela é “criadora de persuasão”.

Da Sicília para Atenas, de Atenas para o mundo, a retórica, a partir de *Arte Retórica*, de Aristóteles, torna-se uma disciplina de estudo e desenvolvimento crítico. Engrandecida pelos trabalhos de Cícero e Quintiliano, foi estudada e ensinada durante séculos, até iniciar um movimento de declínio no século XVII, a partir da obra de Descartes, *O discurso do método*, que elimina a possibilidade de uma argumentação contraditória e probabilista. Essa atitude se deve ao fato de Descartes buscar uma verdade, a verdade, o que seria contrário ao desenvolvimento dialético (constituente da retórica) que se baseia em verossimilhança e na possibilidade de consenso por meio do debate, da discussão. Se a verdade é única, não há espaço para discussão, não há espaço para retórica. (REBOUL, 2004)

No século XIX, duas novas correntes de pensamento vão contribuir ainda mais para o declínio dos estudos retóricos, sendo elas o Positivismo e o Romantismo. O positivismo mantém afinidades metodológicas com o pensamento cartesiano na demonstração da verdade, a verdade, e epistemológicas com a ciência. O método levaria, sem necessidades de processos linguageiros que dificultassem, retardassem ou impedissem, à verdade. Já o romantismo prioriza a sinceridade, considerando a utilização da língua como um código único, dispensando recursos lingüísticos outros que criassem ou multiplicassem esse código “primevo”. Nas palavras de Victor Hugo: “Paz com a sintaxe, guerra à retórica” (*apud* REBOUL, 2004, p.81).

Na segunda metade do século XX, tem-se a retomada e a revalorização dos estudos retóricos, principalmente a partir de 1958, com o lançamento de *Traité de l'Argumentation*, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Os autores não só retomaram o pensamento

aristotélico, mas acrescentaram contribuições relevantes nessa área de conhecimento, tornando-se referência nesse renascimento da retórica. Segundo Reboul (2004), o livro não alcançou grande sucesso quando lançado, sendo reconhecido a partir dos fins da década de 1970.

Talvez esse reconhecimento tardio se deva ao quadro teórico introduzido na década de 1960. Novos pensadores e filósofos produzem trabalhos relevantes sobre o discurso, como é o caso de Michael Foucault, Gerard Genette, Roland Barthes, entre outros, que introduzem o discurso e a discursividade na Literatura e na Lingüística, indiscutivelmente correlacionados ao quadro social e tecnológico que marca o século XX.

Antes de apresentarmos os tipos de argumentos que estruturam o pensamento retórico, cumpre-nos discorrer, ainda que sucintamente, sobre o século XX, marco importante na história da humanidade.

1.3 O SÉCULO XX

O século XX é um divisor de águas na história da humanidade, não só pela profusão e difusão do conhecimento em relação aos séculos anteriores, mas também pelas novas possibilidades e novos horizontes abertos por ele. Segundo Hobsbawm (1996, p.18),

É provável que no terceiro milênio os historiadores do século XX situem o grande impacto do século na história como sendo o desse espantoso período e de seus resultados; porque as mudanças dele decorrentes para todo o planeta foram tão profundas quanto irreversíveis. [...] O argumento é melhor quando se afirma que o terceiro quartel do século assinalou o fim dos setes ou oito milênios de história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra, quando mais não fosse porque ele encerrou a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos.

No século XX, os meios de comunicação atingem um público cada vez maior, com formas mais variadas possíveis, seja pela crescente imprensa impressa, seja pelo rádio, cinema, TV, culminando com os telefones celulares e a internet. O rádio, ainda na primeira metade do século, a TV, consolidando-se na segunda metade, e o cinema – em um movimento crescente desde o início do século – necessitam de voz própria para chegar a seus ouvintes ou telespectadores de forma clara e “objetiva”. Não são só os recursos tecnológicos que permitem melhorias técnicas (qualidade do sinal, alcance, potência, etc.), mas o próprio discurso precisa ser um produto inteligível, que seja consumido de forma completa, prazerosa e mercantil.

Na primeira metade do século, iniciam-se os estudos sobre esse processo socioeconômico pelo qual a sociedade adentrava e que, desde então, não tem trilhado caminho outro: a cultura de massa, os *mass media* e a indústria cultural. Estudiosos como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin, McLuhan, Baudrillard, entre outros, discutiram as perspectivas sociais que esse

movimento econômico, cultural, estético e artístico, sem dúvida nenhuma, também político, impôs e impõe a toda sociedade.

O ser humano se torna uma parte dessa indústria cultural, sem perceber que é uma parte descartável (*genérico* nas palavras de Adorno e Horkheimer): às vezes, um número; às vezes, uma peça que pode ser trocada sem alteração do contexto imediato. Adorno e Horkheimer (1982, p.160) afirmam que “a racionalidade técnica hoje é a racionalidade do próprio domínio, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena”, ou seja, o próprio sistema se justifica, justificando a alienação construída por e para essa sociedade. Segundo Focas (2006, p.164), uma “sociedade desestruturada nas armadilhas das significações mercantilizadas, das uniformizações de comportamento, do nada a que se resumiu o mundo moderno, consumista e imediatista.”

Mais importante que a individuação é a coletivização: fazer parte de uma sociedade, de um coletivo, de um grupo ou de uma tribo é mais importante do que ter sua própria opinião, conhecer-se e identificar-se como um Eu: único, semelhante, nunca igual. A opinião própria será bem aceita na medida em que ela coincidir com a do grupo, que seja repetidora de modelos e parâmetros previamente definidos.

A esse respeito, Apel (2000, p.253) tece a seguinte consideração:

Na condição de um EU que pressupõe de antemão a comunidade de comunicação, é possível em todo caso decidir-se pela auto-afirmação ou pela autonegação: isso perfaz a liberdade de escolha do ser humano finito, que não pode fundamentar mais adiante, mas à qual sempre se tem que recorrer para a realização prática da comunidade crítica de comunicação, que já se pressupõe desde o início.

Ou como expressa Habermas (2004, p.129): “Em todo caso, o idealismo filosófico, de Platão a Heidegger, passando por Kant, sempre viu o *logos* em atividade na força totalizante da interpretação de mundo produzida por meio de conteúdos lingüísticos”. É sobre esse tema que discorreremos a seguir.

Esquemmatizando as discussões do autor acerca do que ele denomina como “comunidade de comunicação” e de suas interfaces no campo da ciência e da filosofia, está o que ele define como um “traço dialético”, expresso, concomitantemente, no jogo da linguagem nos processos argumentativos.

Ao analisar o discurso da campanha eleitoral para reitor, em 2005, podemos admitir uma pressuposição tácita da “comunidade crítica de comunicação”, especialmente considerando-se interlocutores que compartilham campos conceituais e normativos semelhantes.

1.4 ETHOS, PATHOS E LOGOS

Na composição de um quadro retórico, três são os argumentos constitutivos: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Para Reboul (2005, p.48), o *ethos* é “o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança.”

O *ethos* corresponde à imagem do orador em uma perspectiva ampla e abrangente: o modo como ele se veste, como fala, gesticula, como se apresenta em público, como lida com as adversidades, como demonstra saberes técnicos e humanos. O auditório, no caso específico de um pleito político, busca um candidato que seja competente para executar ações e projetos, mas que seja humano para analisar problemas e julgar disputas.

Alguns autores vêm analisando o *ethos* de maneira partilhada: o *ethos* prévio e o *ethos* discursivo (AMOSSY, 2005; HADDAD, 2005, entre outros), que não podem ser analisados isoladamente. O *ethos* prévio (AMOSSY, 2005, p.137) “faz parte da bagagem dóxica dos interlocutores e é necessariamente mobilizado pelo enunciado em situação”, ou seja, corresponde às informações e expectativas que o auditório tem/constrói do orador no contexto prévio de produção discursiva. O *ethos* discursivo corresponde à imagem que o orador constrói de si mesmo durante o discurso, uma construção especular em relação ao auditório.

O *ethos* prévio, então, é um *ethos* histórico, pois as expectativas de um auditório se baseiam em experiências, em relatos, em histórias que se contam ou se sabem a respeito de um orador. Nessa perspectiva, o *ethos* nasce muito antes de o indivíduo se fazer orador, o que justifica o uso recorrente, nos meios públicos (principalmente políticos), de termos/expressões como: “vida ilibada”, “pessoa idônea”, “vida pública não maculada”, “minha vida é um livro aberto”, entre outras.

Quanto à ação imediata do orador, o *ethos* discursivo é mais dinâmico que o *ethos* prévio, uma vez que o orador possui elementos *in loco* para alterar, transformar ou mesmo reorientar as paixões do auditório em relação a sua pessoa, o que se torna mais oneroso no *ethos* prévio em virtude de não haver necessariamente um espaço de enunciação.

O *pathos* “é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso” (REBOUL, 2005, p.48), pelo que é necessário conhecer (ou, pelo menos, imaginar) o auditório ao qual se dirige um discurso. Dessa constatação estrutural, surge a

possibilidade, por nós postulada, de também se partilhar o *pathos*: o *pathos* prévio e o *pathos* em discurso.²

O *pathos* prévio corresponderia àquelas “pretensões de validade”³ que o orador possuiria acerca do auditório e que norteariam, inicialmente, sua construção discursiva. Destaca-se aqui que o *pathos* prévio antecede a enunciação e é resultado de análises empíricas.

O *pathos* em discurso seria o resultante do confronto do *pathos* prévio com o auditório em si, quando o orador possuiria elementos “reais” que lhe permitissem ativar o *ethos* discursivo. Considerando o *ethos* discursivo uma construção especular do auditório, seria o *pathos* discursivo uma imagem real ou virtual, direta ou invertida do orador, produto específico das inter-relações criadas pela enunciação.

O *logos* “diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso. É o aspecto dialético da retórica” (REBOUL, 2005, p.49). Ao dizer “aspecto dialético da retórica”, Reboul entende a retórica como “arte do diálogo ordenado”(p.28), ou seja, uma disputa dialógica em que tese e antítese são confrontadas até ser produzida uma síntese.

Aristóteles considerava *ethos*, *pathos* e *logos* como os tipos de argumento, sendo os dois primeiros de ordem afetiva e o último de ordem racional. Desse modo, o *ethos* e o *pathos* seriam instâncias subjetivas, enquanto o *logos* representaria uma instância objetiva. Tal separação, contudo, não impede a presença de objetividade no *ethos* e *pathos*, tampouco de subjetividade no *logos*. Não é possível, ademais, qualquer análise retórica pertinente se uma dessas instâncias for desconsiderada ou diminuída.

O *ethos* ganha destaque em razão de ser o vértice do triângulo retórico mais particularizado, mais distinto e, em uma sociedade imagética como a atual, mais midiático. O auditório (*pathos*) pode ser identificado como uma massa anônima ou alienada, assim como o *logos* pode ser semelhante em mais de um orador (muitas vezes apenas com enunciações diferentes), fatos esses que tendem a homogeneizar o discurso e empobrecer o jogo dialético. Além disso, “falar em *ethos* é convocar, ao mesmo tempo, o *pathos* (paixões, emoções e sentimento) e o *logos* (ou razão persuasiva).” (MENEZES, 2006, p.326)

O orador necessita de um aparato teórico para construir um enunciado, da mesma forma que é necessário um espaço institucionalizado para que a enunciação se realize. Não basta que ele tenha a vontade de tomar a palavra; é preciso que haja um mecanismo social que atribua a ele a condição de orador legítimo, sem a qual corre o risco de ser um “profeta do vento”. Nas palavras de Amossy (2005, p.120), “o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do

² Por paralelismo teórico, seria mais interessante a utilização de *pathos* prévio e *pathos* discursivo, mas a utilização de *pathos* discursivo criaria uma situação nodal na análise da construção do agente do discurso.

³ Empregamos aqui a terminologia de Habermas, orientada no sentido de que, ao se estabelecer parâmetros de aceitabilidade no discurso, a conformação do *ethos* e do *pathos* se produz implicitamente.

locutor e seu discurso: não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-la em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos.”

Weber discute a questão do poder e da legitimidade, afirmando que existem:

[...] três fundamentos da legitimidade. Inicialmente, a autoridade do “passado eterno”, ou seja, dos costumes santificados pela validade imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los. Assim se apresenta o “poder tradicional”, que o patriarca ou o senhor de terras exercia antigamente. Em segundo lugar, existe a autoridade que se baseia em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se diferencia por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. Desse jeito é o poder “carismático”, exercido pelo profeta ou – no domínio político – pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido por meio de plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político. Em suma, existe a autoridade que se impõe pela “legalidade”, pela crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, estruturada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outras palavras, a autoridade fincada na obediência, que reconhece obrigações concernentes ao estatuto estabelecido. (2007, p.61)

Dessa forma, o orador pode ser legitimado pela tradição, pelo carisma ou pela legalidade, que atribuiriam a ele *ethos* distintos e não excludentes entre si, pois conforme identifica Weber (2007, p.62): “Em verdade, só muito raramente se encontram esses tipos puros.” O orador pode ativar estatutos tradicionais, carismáticos e/ou legais de acordo com a receptividade do auditório ou com o posicionamento de um adversário em um confronto, bastando organizar e apresentar argumentos pertinentes à situação. A organização do *logos* demonstra um conhecimento, por parte do orador, do auditório, que mais facilmente entenderá o exposto se esse estiver encadeado em uma seqüência coerente.

Em uma disputa política eleitoral, em geral, dois tipos de questões orientam os discursos, sejam de candidatos, sejam de eleitores: a solução de problemas atuais – questões nevrálgicas existentes – e os planos futuros de ação (planos de governo), que designam as ações novas ou inovadoras que visem ao crescimento e ao desenvolvimento da instituição.

Assim, seriam dois eixos temáticos estruturais de qualquer campanha: o real (representando as questões que exigem respostas imediatas) e o provável (ações novas ou inovadoras). Um candidato a prefeito de uma cidade, propondo a mudança de local do aterro sanitário, estaria atuando no eixo do real, enquanto ao dizer que gerará um número x de empregos atuaria no plano do provável. É importante destacar que o real e o provável, nessa perspectiva, se referem a questões discursivas, não havendo vinculação direta entre o discurso e a ação.

Ao orador cabe a identificação de quais argumentos (reais ou prováveis) são os mais pertinentes à apresentação ao auditório. Sobre a questão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) trabalham com essa divisão ao tratar dos objetos de acordo de um auditório, utilizando, contudo uma denominação distinta: real e preferível.

1.5 O REAL E O PREFERÍVEL

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) dividem os objetos que podem servir de premissas a uma argumentação em dois tipos: referentes ao real e ao preferível. Os autores reconhecem que o real pode variar segundo pontos de vista, mas o delimitam, conceitualmente, por pretensões de validade para o auditório universal. O auditório universal, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), é uma construção abstrata na qual se apóia o orador para a construção de seu discurso, pois não se trata “de um fato experimentalmente provado, mas de uma universalidade e de uma unanimidade que o orador imagina”. (p.35) Conclui-se, então, que quanto maior for a expectativa do orador sobre a universalidade do auditório, maior será o trabalho daquele no convencimento/persuasão deste.

O real, assim analisado, seria pertencente à *doxa* (conjunto de saberes comuns compartilhados por um grupo). O preferível se liga ao auditório particular porque não seria a expressão de uma realidade preexistente, mas a de um ponto de vista determinado.

Os objetos referentes ao real se dividem em três partes (fatos, verdades e presunções) e dizem respeito ao acordo do auditório universal. Os fatos representam acordos coletivos sobre realidades objetivas, saberes⁴ que são compartilhados por um grupo e, potencialmente, poderiam ser partilhados por todos. As verdades são sistemas mais complexos, que se formam a partir de relações encadeadas de fatos, constituindo-se em filosofia, teoria científica ou religião.

As presunções são elementos de acordo, assim como os fatos, que precisam, contudo, de uma validação posterior ou da inclusão de um novo elemento que reforce e ateste o conteúdo original. Poder-se-ia dizer que as presunções são fatos temporários, que, se não confirmados, perderiam a própria justificativa de terem sido apresentados. As presunções se diferenciam estruturalmente dos fatos, pois aceitam argumentações prévias e complementares, ao passo que os fatos podem ser desconsiderados se um elemento for adicionado a eles.

As presunções, na condição de fatos temporários, precisam estar vinculadas ao normal e ao verossímil, residindo nesse ponto a característica validadora de sua existência. Para chegar a formar uma verdade, a utilização de uma presunção precisa estar atrelada a *doxa* do auditório para o qual ela é postulada, considerada como ponto de normalidade e verossimilhança. Uma presunção que não se apóie nessa estrutura dóxica será refutada, descartando-se o objeto de acordo. Como afirma Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.80), “a própria existência desse vínculo entre as presunções e o normal constitui uma presunção geral admitida por todos os auditórios”.

⁴ Saber: corresponde ao pano de fundo do “mundo da vida” em Habermas.

Os objetos de acordo referentes ao preferível são também três (valores, hierarquias e lugares) e dizem respeito a auditórios particulares. Os valores representam a influência de um objeto, ser ou ideal sobre a ação e as disposições para uma ação, sem constituir-se em consenso, e possuem a mesma característica dos fatos: acréscimos posteriores ou complementares podem colocar em risco sua aceitabilidade.

Os valores, como parte do *preferível*, se orientam segundo premissas do auditório particular, mas possuem uma especificidade que permite que sejam utilizados para o auditório universal. Nessa proposta, “só se pode considerá-los válidos para um auditório universal com a condição de não lhes especificar o conteúdo” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, 86). Esse é um recurso bastante utilizado no discurso político, que permite aos oradores citar um assunto sem discorrer sobre ele.

As hierarquias dizem respeito a escalas de valor, criadas para qualificar, separar e organizar pensamentos ou idéias com o intuito de demonstrar a superioridade ou inferioridade de um elemento em relação a outro, podendo estar baseada na qualidade ou na quantidade. Na relação entre hierarquias e valores, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.92) afirmam:

As hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores. Com efeito, a maior parte destes são comuns a um grande número de auditórios. O que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza.

Os lugares⁵ (*tópoi*) são premissas de ordem muito geral que permitem fundar valores e hierarquias, e podem ser divididos em seis tipos:

- ▶ Lugar da quantidade: afirma que uma coisa é melhor que outra por razões quantitativas.
- ▶ Lugar da qualidade: relaciona-se à unicidade de um ente ou objeto (em oposição ao comum, ao vulgar, ao corriqueiro).
- ▶ Lugar da ordem: afirma a superioridade da causa sobre o fim, ou vice-versa.
- ▶ Lugar do existente: afirma a superioridade do real sobre o provável, o possível.
- ▶ Lugar da essência: afirma a superioridade de um padrão, de uma essência, de uma função.
- ▶ Lugar da pessoa: valoriza a dignidade, o mérito e a autonomia.

Não se deve confundir os lugares do preferível com o lugar institucional ou social de onde um orador profere um discurso. Evidentemente, essa posição do orador trará conseqüências diversas aos *pathos* assim como atribuirá valor ao *logos*, refletindo-se sobre o próprio *ethos*, mas a

⁵ Lugares ou *topoi*, segundo Reboul (2004, p.51-52), podem apresentar três acepções: 1) “é um argumento pronto que o defensor pode colocar em determinado momento de seu discurso [...]”; 2) “é um tipo de argumento, um esquema que pode ganhar os conteúdos mais diversos.”; 3) é “uma questão típica que possibilita encontrar argumentos e contra-argumentos”.

análise dos lugares do preferível está focada primordialmente no *logos*, descartando uma relação imediata (ainda que existente) com *ethos* e *pathos*.

Essa sistematização feita por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) se fundamenta na necessidade de produzir um estudo mais detalhado e aprofundado sobre a argumentação, não podendo ser entendida como uma “manualização” de cunho apenas didático. Apresenta ganhos incontestes para a análise discursiva, mas não esgota nem encerra o assunto, deixando sempre aberta a porta de interrogação do objeto de estudo.

1.6 RACIONALIDADE E COMUNICAÇÃO

O processo político é, por natureza, dialético, no qual questões de ordem prática estão arquitetadas na ordem do político e do científico. A discussão entre candidatos e comunidade acadêmica estende-se a uma racionalização das estratégias discursivas, narradas pelas argumentações no discurso.

Quando essa relação se estende a um auditório de maiores proporções, como é o caso de campanhas políticas, o locutor (candidato) deverá traçar estratégias que busquem trazer o maior número de aliados (eleitores) e utilizar recursos discursivos que façam com que o eleitor deixe a inércia e participe da campanha. Duas instâncias complementares serão indispensáveis para o sucesso dessa empresa: racionalidade e comunicação.

Inicialmente, racionalidade na perspectiva de utilização de metas e planos racionalmente construídos e bem definidos sobre o objeto em questão, ou seja, uma intencionalidade como produto de uma reflexão sobre meios e fins. Ainda que seja indiscutível a importância da emoção no plano político, é preciso que também ela seja manifesta como fruto de uma análise racional, pois excessos, certamente, põem em risco o sucesso da campanha.

Em outra perspectiva, a racionalidade é vista não como um produto técnico manufaturado, fechado, mas como o resultado de um plano estratégico. Segundo Habermas (1990, p.69), “a racionalidade não tem tanto a ver com a posse do saber do que com o modo como os sujeitos capazes de falar e agir empregam o saber.”⁶

Esse saber se realiza plenamente na e pela comunicação, uma vez que, independentemente do fim desejado, um proferimento lingüístico far-se-á necessário. Desse modo, comunicação e racionalidade são as peças estruturantes de um discurso, sem as quais não se pode afirmar haver interação.

⁶ O conceito de “saber”, em Habermas, está ligado a uma situação pragmática do discurso. Poderíamos aqui interligar esse “saber” aos conhecimentos de mundo partilhado pelos falantes, em outros termos, ao “mundo da vida”.

Habermas (1990) distingue as interações mediadas pela linguagem, segundo o mecanismo de coordenação da ação, em dois tipos: o agir comunicativo e o agir estratégico. Segundo o autor (1990, p.71), no agir comunicativo, “a força consensual do entendimento lingüístico, isto é, as energias de ligação da *própria linguagem* tornam-se efetivas para a coordenação das ações.”⁷ Assim, a interação é mediada simbolicamente e requer um contrato, um consenso racional mediatizado pelo discurso e pelos atos de fala.

Segundo Habermas (1990, p.72),

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem-sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente.

Para Habermas, o agir comunicativo (também denominado de razão comunicativa) é o único meio pelo qual a sociedade se forma e se reproduz, ou deveria se reproduzir, uma vez que o próprio autor reconhece o agir estratégico (também chamado de razão instrumental) como meio socialmente utilizado de atingir objetivos instrumentais, sejam eles de qualquer natureza. É no contexto do agir estratégico, da defesa de interesses, que a ação comunicativa se estabelece, como um momento crítico no qual a sociedade se emancipa, através da razão e do esclarecimento.

“O mundo da vida estrutura-se através de tradições culturais, de ordens institucionais e de identidades criadas através de processos de socialização” (HABERMAS, 1990, p.100), o que lhe confere um caráter intersubjetivo, já que tradições culturais, instituições e processos de socialização são compartilhados. Esse compartilhamento, por sua vez, apóia-se em pretensões de validade, que conferem um efeito performativo, cujo reconhecimento e resgate discursivo determinam uma ação comunicativa. Como afirma Siebeneichler (1989, p.61), “as ciências não são a verdade, mas simplesmente representantes de certas pretensões de validade, que têm de ser discutidas e resgatadas à luz de um consenso racional ideal”.

O conceito de pretensões de validade é importante para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.74), e está localizado no cerne da Nova Retórica: “na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal”. Afirmção dialética, pois tudo o que se presume versar sobre o real não é necessariamente real, ainda que o seja enquanto presunção, a mesma que orienta o auditório universal.

⁷ É a performatividade com a sua potencialidade de uma auto-reflexão entre as pessoas do discurso que constitui essa energia de ligação na linguagem.

O auditório universal é construído pelo orador a partir de observações e projeções acerca dos elementos constituintes do grupo ao qual será dirigido o discurso. Para tal, a questão da opinião pública se torna primordial, porque é ela, grosso modo, que orienta as ações individuais em prol de uma coletividade.

Landowski (1992) discute a questão da opinião pública, mostrando que ela pode não designar efetivamente nada ou que pode ser constituída de estrutura muito complexa, que talvez não permita sua completa identificação, mas que permite a comprovação de sua existência. A opinião pública é representante de um sujeito coletivo, mesmo que seja construída por um sujeito individual (um *formador de opinião*, como tão bem designa semanticamente o termo), condensação de comportamentos individuais ou “imposição” de comportamentos sociais.

Considerando que a opinião pública pressupõe uma interação entre, pelo menos, dois interlocutores, sejam eles individuais ou coletivos, verifica-se que ela pode ser fruto da razão comunicativa, na perspectiva do consenso, ou da razão instrumental, na perspectiva da influência. A comunicabilidade ou a instrumentalidade da ação será o resultado da interação entre orador, auditório e discurso, que constituem o triângulo retórico.

Isso posto, parte-se agora para a apresentação do quadro eleitoral da disputa à Reitoria, em 2005, na UFMG, com a descrição do processo, das chapas e do histórico da escolha de reitores na instituição. *Incipit vita nova.*

CAPÍTULO 2 – DAS ELEIÇÕES

Ela [a Universidade] é o resumo da vida de qualquer sociedade. Todas as preocupações humanas, todo sofrimento coletivo, toda ânsia de perfeição e felicidade, todos os impulsos para a compreensão das coisas e todas as tentativas de solucionar problemas, sejam eles quais forem, desde que sua solução beneficie o mundo ou a pequena coletividade que circunda e lhe dá vida e dela a recebe, tudo isto deve preocupá-la e empolgá-la, se não quiser se transformar num fútil brinquedo de ociosos.
Aluísio Pimenta⁸

2.1. O INÍCIO

Criada em 1927, através da lei estadual n.º 956, sancionada pelo então presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (que nomeia hoje a avenida da entrada principal da instituição), a UMG reuniu as faculdades e escolas já existentes em Belo Horizonte: Faculdade de Direito (fundada em 1892), Faculdade de Odontologia (1907), Escola de Engenharia e Faculdade de Farmácia (ambas de 1911), Faculdade de Medicina (1912) e Escola de Música (1925).

O primeiro reitor foi Francisco Mendes Pimentel, tendo muito contribuído para sua escolha o fato de ter sido encarregado, pelo presidente Antonio Carlos, de coordenar o processo de criação da instituição. O quadro seguinte apresenta os reitores e os períodos de reitorado, desde a inauguração até os dias de hoje. Perceber-se-ão algumas (possíveis) incongruências cronológicas no mandato dos reitores, o que se deve a excepcionalidades pontuais e históricas na gestão administrativa da instituição.

Período de Administração	Reitor
novembro de 1927 a novembro de 1930	Francisco Mendes Pimentel
novembro de 1930 a abril de 1931	Mário Casassanta
abril de 1931 a maio de 1933	Lúcio José dos Santos
maio de 1933 a março de 1934	Otaviano Ribeiro de Almeida
setembro de 1935 a outubro de 1937	Otaviano Ribeiro de Almeida
outubro de 1937 a setembro de 1941	Francisco José de Almeida Brant
julho de 1941 a setembro de 1944	Mário Casassanta
novembro de 1944 a dezembro de 1945	Alcindo da Silva Vieira
janeiro de 1946 a janeiro de 1949	Manoel Pires de Carvalho e Albuquerque
março de 1949 a março de 1952	Otávio Coelho de Magalhães
abril de 1952 a abril de 1955	Pedro Paulo Penido

(continua...)

⁸ Discurso de posse como Reitor da UFMG, em 1964. (*apud* RESENDE e NEVES, 1998, p.42-43)

Período de Administração	Reitor
abril de 1955 a abril de 1958	Lincoln Prates
abril de 1958 a julho de 1960	Pedro Paulo Penido
março de 1961 a fevereiro de 1964	Orlando Magalhães Carvalho
fevereiro de 1964 a fevereiro de 1967	Alúcio Pimenta
fevereiro de 1967 a outubro de 1969	Gerson de Brito Melo Boson
dezembro de 1969 a dezembro de 1973	Marcelo de Vasconcelos Coelho
fevereiro de 1974 a fevereiro de 1978	Eduardo Osório Cisalpino
março de 1978 a março de 1982	Celso de Vasconcelos Pinheiro
março de 1982 a março de 1986	José Henrique Santos
março de 1986 a março de 1990	Cid Veloso
março de 1990 a março de 1994	Vanessa Guimarães Pinto
março de 1994 a março de 1998	Tomaz Aroldo da Mota Santos
março de 1998 a março de 2002	Francisco César de Sá Barreto
março de 2002 a março de 2006	Ana Lúcia Almeida Gazzola
março de 2006 a março de 2010	Ronaldo Tadêu Pena

Quadro 1 – Reitores da UFMG (UMG até 1965)⁹

Fonte: <http://www.ufmg.br/80anos>. Acesso em 26 jan. 2008.

As primeiras três décadas da instituição são marcadas pela construção e incorporação de escolas à UMG, com destaque para os anos de 1942, no qual a região onde se encontra hoje a instituição seria desapropriada pelo governador do estado, Benedito Valadares, e de 1947, quando as obras são realmente iniciadas na Fazenda Dalva (antigo nome do terreno da UFMG).

Em 1957, têm início as obras de construção do prédio da Reitoria, inaugurado em 1962. Os anos seguintes serão de grandes dificuldades, em virtude do novo regime de governo brasileiro, decorrente do golpe militar de 1964. Esse período é particularmente importante para este trabalho porque, em 1965, a UMG assume a denominação UFMG, divisor de águas na história da instituição. Entender o processo democrático de escolha do reitor hoje é compreender as circunstâncias históricas nacionais e institucionais que se impuseram à sociedade brasileira da década de 1960 até 2002.

⁹ UFMG, 2007. *Site comemorativo dos 80 anos da UFMG*. Disponível em <http://www.ufmg.br/80anos>. Acesso em 26 jan. 2008.

2.2. DE UMG A UFMG

Na década de 1960, a UMG (Universidade de Minas Gerais) se transformou em UFMG (1965), tendo como objetivo, à época, além de promover o inerente a uma instituição de ensino superior (ensino, pesquisa e extensão), unir e harmonizar as escolas que formavam o corpo da instituição, vencendo o caráter individualista vigente à época.

Em 1964, o discurso de posse do novo reitor, Prof. Aluísio Pimenta, que estava à frente da instituição quando da mudança de nome, declara:

[...] nenhuma de nossas Universidades, e muito menos a de Minas Gerais, conseguiu vencer o espírito particularista e patrimonialista das antigas escolas, cada qual mais ciosa de suas prerrogativas. Não foi ouvida a lúcida palavra do velho mestre Mendes Pimentel, que declarava, na instalação da UMG, que uma Universidade não deveria ser uma reunião de escolas sob um reitorado. (RESENDE e NEVES, 1998, p.45)

A escolha de um novo reitor na UFMG, tradicionalmente, obedecia à indicação do Ministro da Educação, referendada pelo presidente da República. Ainda hoje o processo é semelhante, com a exceção de que o processo é conduzido e decidido pela comunidade acadêmica, sendo confirmado, em regra, pelo Ministério da Educação e pelo Presidente da República.

O Conselho Universitário propunha uma lista sêxtupla, que era encaminhada ao Ministério da Educação. Sem a consulta à comunidade universitária, é evidente que o processo de escolha se configurava essencialmente político, com articulações intra e extra-institucionais.

Com o intuito de manter a autonomia universitária, os nomes da lista sêxtupla surgiam de indicações, de conversas, de entendimentos dentro da Comunidade Acadêmica, mas sempre dentro de uma visão maior, que ultrapassava os muros do *campus*. Durante o período militar, essa indicação ficou ainda mais refinada, com a escolha de nomes que não estivessem diretamente relacionados ao governo militar, mas que bem transitassem por ele e que pudessem resistir a pressões governamentais. A esse respeito, o Prof. Eduardo Cisalpino, ex-reitor da UFMG, afirma: “[...] nós precisávamos de um reitor com capacidade, assim, de resistir à pressão do autoritarismo. [...] Daí eu cheguei à conclusão de que eles me queriam mais pelos meus defeitos do que pelas virtudes. Meu passado era o de uma pessoa que não ia se submeter a certo tipo de pressão.” (RESENDE e NEVES, 1998, p.247)

A primeira experiência eleitoral, com a consulta pública aberta aos três segmentos, ocorreu em 1982, com professores, técnicos e alunos manifestando sua opinião a respeito do novo reitor que, naquela oportunidade, se escolhia. O Prof. José Henrique Santos, ex-reitor, eleito nessa primeira experiência, relata:

Em 1982, não havia eleição direta para reitor, mas o Conselho Universitário permitiu que fossem feitas consultas à comunidade universitária, separadamente, entre professores, estudantes e funcionários. Foram promovidas assembléias a fim de que os candidatos apresentassem à comunidade universitária sua posição diante dos problemas que afligiam a Universidade, bem como o programa de gestão. [...] Fui o mais votado nos três segmentos, e o Conselho referendou o nome dos seis primeiros colocados. (RESENDE e NEVES, 1998, p.248-249)

A primeira eleição realmente democrática aconteceu em 1986, já findo o regime militar no Brasil e após a experiência do movimento “Diretas Já!”, em 1984, com a eleição do Prof. Cid Veloso. A partir de então, as eleições contaram sempre com o referendo da comunidade acadêmica, ainda que nem sempre de forma igualitária na valorização dos votos, com a utilização do voto ponderado.

2.3 O PROCESSO ELEITORAL DE 2005

Em 23 de agosto de 2005, o Colégio Eleitoral da UFMG regulamentou o processo de escolha do novo Reitor para o mandato 2006-2010. A principal característica foi, mais uma vez, o voto não paritário, assim como o não obrigatório. Segundo o artigo 30 da decisão do Colégio Eleitoral (UFMG, 2005a, p.8):

O voto de cada eleitor será ponderado da seguinte forma:

I) docentes:

$$\text{peso} = 0,7 \times \frac{\text{n}^\circ \text{ de discentes aptos a votar}}{\text{n}^\circ \text{ de docentes aptos a votar}}$$

II) técnicos e administrativos:

$$\text{peso} = 0,15 \times \frac{\text{n}^\circ \text{ de discentes aptos a votar}}{\text{n}^\circ \text{ de técnicos e administrativos aptos a votar}}$$

III) discentes:

$$\text{peso} = 0,15$$

Não bastasse o “peso” percentual atribuído a cada segmento, que isoladamente já causava protesto e indignação em alguns setores da comunidade acadêmica, a utilização do cálculo descrito no artigo 30 expandia a diferença ainda mais. O cálculo, feito a partir de números absolutos, considerava sempre os aptos a votar, estabelecendo o comparecimento ao processo eleitoral como um critério quantitativo, não qualitativo, ou seja, o comparecimento mais ou menos expressivo de cada grupo alteraria o número final de votos, mas não diminuiria a proporção entre eles. A proporção entre eles seria, no mínimo, a exposta no regulamento; poderia ser alterada apenas no sentido de aumentar as margens (como realmente aconteceu). Assim, chegou-se ao seguinte quadro na ponderação por segmento ao término da eleição:

Docente:	8,796
TA:	1,048
Discente:	0,150

Quadro 2 – Ponderação final por segmento
Disponível em <http://www.ufmg.br/eleicoes2005>. Acesso em 10 nov. 2005.

Em termos numéricos, o voto de um docente foi igual ao voto de 58,64 alunos; o de um docente, igual ao voto de 8,39 técnicos; e o de um técnico era igual ao voto de 6,98 alunos. Essa desproporção foi questionada inúmeras vezes, motivo mesmo de manifestações coletivas em dois dos três debates promovidos pela instituição. As chapas, unanimemente, assumiram o compromisso de, se eleitas, rever e discutir o voto não paritário, o que não implicava alguma mudança efetiva, uma vez que já no pleito anterior (2001) a questão havia sido discutida, e reaparecia da mesma forma, comprovando que ou o debate foi inócuo ou não houve debate ou não houve interesse político para tal mudança.

2.3.1 AS CHAPAS NA ELEIÇÃO 2005

A identificação numérica das chapas foi resultante da ordem de inscrição junto ao Colégio Eleitoral da UFMG. Desse modo, a chapa encabeçada pelo Prof. Dirceu Greco foi a primeira a se inscrever, seguida pela chapa do candidato Ronaldo Pena e pela chapa do Prof. Jacyntho Lins Brandão.

A chapa número 1 era composta pelos professores Dirceu B. Greco, da Faculdade de Medicina, e Antônia Vitória S. Aranha, da Faculdade de Educação. O Prof. Dirceu Greco já havia participado de um reitorado, na gestão do Prof. Tomaz Mota Santos (1994-1998), na condição de Pró-Reitor de Pós-Graduação.

A chapa número 2 era composta pelos professores Ronaldo Tadêu Pena, da Escola de Engenharia, e Heloísa Maria Murgel Starling, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, do Departamento de História. O Prof. Ronaldo Pena ocupava até então o cargo de Pró-Reitor de Planejamento, na gestão da Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola (2002-2006).

A chapa número 3 era composta pelos professores Jacyntho José Lins Brandão, da Faculdade de Letras, e Cristina Helena Ribeiro Augustin, do Instituto de Geociências. O Prof. Jacyntho Lins Brandão trazia consigo a experiência de vice-reitor na gestão do Prof. Tomaz Mota Santos (1994-1998), enquanto a Profa. Cristina Augustin ocupava, no ano de 2005, o cargo de Pró-Reitora de Graduação, na gestão da Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola, a mesma função que já desempenhara entre 1996 e 1998.



Figura 1 – Reprodução dos adesivos (bótones) identificadores das chapas

Essa breve apresentação enfatiza que todas as chapas possuíam o atributo da experiência administrativa em relação à Reitoria da UFMG, com destaque para candidatos que disputavam o cargo e outrora haviam participado de uma mesma gestão: os professores Jacyntho Lins Brandão, Dirceu Greco e Cristina Augustin, na gestão do Prof. Tomaz Mota Santos, e os professores Ronaldo Pena e Cristina Augustin, na gestão da Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola.

Além disso, todos os candidatos a Reitor eram (e são) professores titulares, ao passo que as candidatas a vice-reitor eram professoras adjuntas. O cargo de professor titular, segundo o artigo 118 do regimento da UFMG, é preenchido por “Professores Adjuntos e portadores do título de Doutor ou Livre-Docente, bem como pessoas de notório saber”, aprovados por meio de concurso público de provas e títulos. O “notório saber” é reconhecido pela Congregação da Unidade Universitária na qual o professor é vinculado, o que implica não só um conhecimento profundo e amplo de um tema ou área, mas um reconhecimento acadêmico e extra-acadêmico indiscutível.

O título de Professor Titular é a mais alta qualificação que um professor, em atividade, pode alcançar no que diz respeito à atuação acadêmica. Ao professor aposentado pode ser atribuído o título honorífico de professor emérito, “cujos serviços ao magistério e à pesquisa universitária forem considerados de excepcional relevância” (UFMG, Regimento Interno, versão eletrônica). O professor emérito tem a prerrogativa de participar dos processos eleitorais da unidade à qual se vinculava, assim como no âmbito da UFMG.

O Professor Adjunto é o cargo pelo qual o professor, em geral, ingressa na UFMG em relação à carreira docente. É necessário ser Doutor ou Livre-Docente e ser aprovado em julgamento de títulos e realização de prova. Há outras formas de ingresso na instituição que não requerem doutorado ou livre-docência, mas que não apresentam relevância imediata para este trabalho (professores assistente, substituto ou convidado), uma vez que são parcela reduzida (os assistentes) e não têm direito à voto (substitutos e convidados).

2.3.2 O PAPEL DAS PRÓ-REITORIAS

Aristóteles (2007, p.119) afirma que o “governante deve aprender enquanto é governado”, postulando, dessa forma, o valor da experiência da participação em um governo. No quadro eleitoral para a reitoria da UFMG, em 2005, os três candidatos (cabeças de chapa) já haviam participado de reitorados, seja na condição de vice-reitor, seja como pró-reitor. Entre os seis envolvidos na eleição (candidatos a reitor e a vice), dois deles se licenciaram para disputar a eleição: o candidato da chapa 02, Prof. Ronaldo Tadêu Pena, que coordenava a Pró-Reitoria de Planejamento, e a candidata a vice-reitor da chapa 03, Profa. Cristina Augustin, que coordenava a Pró-Reitoria de Graduação.

É necessário destacar a relevância das pró-reitorias para uma análise global das eleições, já que elas desempenham funções distintas no contexto universitário da instituição. A Pró-Reitoria de Planejamento tem como missão “planejar e conduzir a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e da informação na UFMG de forma eficaz, com ênfase na ética, transparência e descentralização, conforme diretrizes traçadas pelo Reitor”.¹⁰

Em outras palavras, a PROPLAN é a responsável pela administração e liberação de verbas, assim como pela informação e execução do planejamento institucional. Em sua missão, está explícita uma palavra muito cara ao ambiente universitário, constituído de faculdades e escolas como a UFMG: “descentralização”, que não significa necessariamente autonomia e liberdade, mas é por muitos assim entendida.

Já a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) “tem o papel de coordenar, em articulação com as Unidades de Ensino e com os órgãos da Administração Central, a formulação e a implementação de políticas para o ensino de graduação e as atividades dos órgãos executores dessas políticas”.¹¹ É na PROGRAD que questões curriculares são discutidas, devendo-se destacar que o ano de 2005 apresentava a flexibilização curricular na pauta da Pró-Reitoria. Não raras vezes, a PROGRAD é um local de choque, de embate, entre as propostas acadêmicas no âmbito da UFMG e no âmbito de cada unidade universitária. Destaca-se o relato do ex-reitor Celso de Vasconcellos Pinheiro (1978-1982) a esse respeito:

Eu me lembro que a Escola de Medicina ficou um pouco aborrecida comigo, porque, quando eu era pró-reitor de graduação, o Conselho de Graduação recusou a redução das vagas da Medicina. Tenho a impressão de que, a partir daí, acharam que eu não seria a figura adequada [para assumir a Reitoria da UFMG], por ter sido contra a pretensão da Escola de Medicina. Foi engano brutal deles, o Conselho é que foi contra, não eu. (RESENDE e NEVES, 1998, p.248)

¹⁰ Disponível em <http://www.ufmg.br/proplan>. Acesso em 21 jan. 2008.

¹¹ Disponível em http://www.ufmg.br/prograd/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=44. Acesso em 21 jan. 2008.

Essas implicações da PROGRAD, necessárias a uma instituição do porte da UFMG, criam, às vezes, um desconforto nas relações entre as unidades e a pró-reitoria, reverberando na pessoa do pró-reitor (ou pró-reitora). Cria-se, assim, uma visão pré-conceituada de tom negativo para a PROGRAD, já que é uma pró-reitoria “coordenadora”, e uma visão pré-conceituada de tom positivo para a PROPLAN, que é uma pró-reitoria “descentralizadora”.

Acrescente-se ainda a crise financeira enfrentada pela UFMG, nos anos 2004/2005, iniciada, contudo, em anos anteriores. Além de as verbas do governo federal não acompanharem a demanda, gerando um déficit anual de 6,8 milhões de reais, surgiam outras despesas, conforme demonstra o *Boletim da UFMG*, de 11 de abril de 2004:

Na UFMG, o déficit já chega a 6,8 milhões. Para superá-lo, ao lado de medidas de contenção de despesas – redução nos gastos com energia elétrica, telefonia e material de consumo e dispensa de pessoal terceirizado – a administração está buscando ampliar suas receitas. Com isso, espera garantir a excelência acadêmica e a qualidade dos serviços administrativos [...].¹²

Uma campanha institucional (Fig.1) foi criada com o intuito de gerar uma economia nas contas da UFMG, obrigando o Pró-Reitor de Planejamento, juntamente com a Reitora, a recorrentemente falar sobre o déficit. Essa vivência da crise foi um ponto positivo ao candidato da chapa 02, na medida em que ele “sabia” exatamente a situação da UFMG e poderia promover a retomada da estabilidade financeira da instituição.



Figura 2 – Símbolo da campanha institucional da UFMG, em 2004, para combater a crise financeira. Fonte: Disponível em <http://www.ufmg.br/boletim/bol1429/quarta.shtml>. Acesso em 11 nov. 2005.

A pergunta proposta pelos adversários, dirigida ao candidato da chapa 02 e direcionada ao auditório votante, era: “Se ele realmente sabe como fazer, por que ainda não fez?”

Aqui, retoma-se a relação entre reflexão abstrata e ação concreta. A proposta era concreta: retomar os caminhos da UFMG, de glória e trilhados em tradições republicanas e utópicas;

¹² *Boletim da UFMG*, n.1429, ano 30. Versão eletrônica disponível em <http://www.ufmg.br/boletim/bol1429/quarta.shtml>. Acesso em 21 jan. 2008.

aproveitar o que havia de bom na atual gestão e desenvolver novas propostas (tradição mais juventude): a tradição dos professores e a inovação dos alunos.

Seria imprudente, até mesmo leviano, afirmar que não houve reflexão abstrata, como se o voto para a chapa 02 excluísse essa opção, mas a análise conjunta das cartas das três chapas revelará como essas questões pragmáticas se destacaram no material vencedor. No próximo capítulo, analisar-se-ão as cartas direcionadas aos três segmentos de maneira individual.

CAPÍTULO 3 – DAS CARTAS

*Mais fácil será acertar,
que nos riscos de eleição
o seguro é lançar mão
de tudo por não errar.*

Gregório de Matos

Considerando-se o número de eleitores aptos a votar, 37.366, e o universo de possibilidades pessoais e acadêmicas que orientam as escolhas desses eleitores, as cartas deveriam se aproximar, ao máximo possível, das expectativas que movem o ambiente acadêmico. A análise das cartas permitirá identificar qual imagem as chapas construíam da UFMG e se essa imagem se aproxima (ou não) das necessidades e anseios do ambiente universitário.

Em virtude da circulação das cartas e do direcionamento dado a elas pelas chapas, nem todas foram obtidas em formato impresso, algumas delas tendo sido retiradas do site de campanha de cada um dos candidatos.

Antes de iniciarmos a análise das cartas dos candidatos a reitor, na campanha de 2005, é importante reiterar o nosso ponto de vista a respeito da relação ciência/política. Nas cartas, esse fato está patente nos pressupostos ideológicos articulados discursivamente. Um ponto em comum está contido nas cartas dirigidas aos servidores técnico-administrativos, nas quais a função política da Universidade sobrepuja a função acadêmica, produzindo, no discurso das cartas, uma situação “pseudo invertida”, pois como já esclarecemos na página 15 do nosso trabalho, “o científico pode se tornar político, ou seja, há um *continuum* no qual as instituições sociais se confundem no método e na prática.”

Assim, “saber é poder e é por um paradoxo aparente que os cientistas e os tecnólogos, por meio do saber que têm sobre o que acontece nesse mundo sem vida das abstrações e inferências, chegaram a adquirir o imenso e crescente poder de dirigir e mudar o mundo em que os homens têm o privilégio de e estão condenados a viver.” (HUXLEY *apud* HABERMAS, 2006, p.94-95)

3.1 AOS ESTUDANTES

3.1.1 CHAPA 01 – CARTA ABERTA (ANEXO 1)



A primeira característica a ser destacada nessa carta da Chapa 01 não está propriamente no texto, mas no acesso a ele. Disponível no site da Chapa 01, a apresentação (o link) dizia “Carta aos Estudantes”. Ao abrir o documento, lê-se “Aos servidores docentes, técnico-administrativos e aos estudantes do *Campus* da Saúde”. Não só a carta não é destinada exclusivamente aos estudantes, mas também se limita ao *campus* Saúde, atitude essa que encontra ressonância nas palavras do ex-reitor Gerson de Brito Mello Boson (RESENDE e NEVES, 1998, p.347) quando indagado sobre o sistema de eleições diretas para a reitoria: “No sistema de eleições diretas para reitor, nunca mais a Universidade deixará de ter um reitor médico. Basta que a Escola de Medicina feche a questão.”

Isso representa a força quantitativa dessa unidade universitária. Numericamente, a Faculdade de Medicina possuía 2.802 eleitores entre os três segmentos, o que correspondia a 7,5% do universo votante. Se somados aos eleitores da Escola de Enfermagem e do Hospital das Clínicas, que constituem o *Campus* Saúde, chegamos a 5.727 eleitores, ou 15,5% de todos os eleitores. Se fosse exequível que o *Campus* Saúde “fechasse a questão” em torno de um candidato, realmente seria muito difícil não vencer a eleição, principalmente se a análise fosse feita em relação ao número de participantes da eleição em 2005: dentre os 11.688 votantes, 1.797 (15,37%) eram eleitores do *Campus* Saúde. Comparecendo a totalidade às urnas, os eleitores passariam a 15.618, representando o Saúde 36,66% do universo votante. Considerando-se a ponderação de votos (108 professores da Faculdade de Medicina não votaram) e outros elementos (apoios, alianças, afinidades pessoais, etc.), a possibilidade de o *campus* Saúde eleger um reitor não poderia ser descartada.

Essa primeira “inconsistência” na carta pode ser reveladora de uma estratégia construída a partir do *Campus* Saúde, maior colégio eleitoral da UFMG (excetuado o *Campus* Pampulha), e também pelo fato de o Prof. Dirceu Greco ser oriundo da Faculdade de Medicina. Em relação à constituição dos *campi*, vale ressaltar a afinidade e a aproximação intelectual vigente no *Campus*

Saúde (Medicina, Enfermagem e Hospital das Clínicas), o que possibilita um maior nível de articulação, decorrente da maior interação existente entre essas áreas. O *Campus* Pampulha, eixo central da UFMG, representa mais a universalidade da instituição, com campos intelectuais mais distintos e com uma interação diferenciada entre as unidades.

A utilização de “estudante” se dá em virtude de uma universalização que o termo carrega consigo, uma vez que “aluno” individualiza, particulariza um sujeito. Todos os discentes são estudantes que se reconhecem como alunos de uma determinada unidade acadêmica. Assim, no caso em questão, o aluno é um estudante de Medicina, de Enfermagem ou de outros cursos afins que se localizam no *Campus* Saúde. Com uma carta aos “estudantes”, todos os alunos das diversas unidades acadêmicas são considerados como destinatários.

Considerando a construção dos argumentos retóricos, o *logos* se constrói a partir da idéia de que a administração da Universidade vai além dos seus muros e que a instituição possui uma função social. Ao constatar que ocorre um escasso envolvimento, concomitantemente à evidente insatisfação, é criado um argumento pathêmico¹³ de chamamento à obrigação de cidadania de toda a comunidade, em especial dos alunos, a fim de garantir a melhoria do sistema público de saúde. Desse conjunto argumentativo, que direciona *logos* e *pathos*, institui-se um *ethos* de responsabilidade acadêmica e social, que fundamenta uma conduta política voltada ao bem-estar coletivo.

Os candidatos dizem perceber “escassa mobilização” no processo eleitoral e que sentem a existência do “desejo de novos rumos”. Esses “novos rumos” podem ser entendidos como uma referência à própria chapa, uma vez que ela se colocava como oposição à situação administrativa de então (diferentemente das outras chapas: uma representava a situação e a outra estava vinculada imagetivamente à Reitoria, em virtude da candidata a vice-reitor ter participado da administração de então, ainda que ela – candidata – se colocasse também como oposição).

A chapa reconhece o empenho da comunidade do *Campus* Saúde por meio da construção “formação exemplar de profissionais”. A Chapa 01 dá aos profissionais (professores e técnicos) e alunos o reconhecimento da participação que eles têm no engrandecimento do nome da instituição, vinculando-os a outras entidades (SUS e ONU) reconhecidas nacional e internacionalmente.

Consideramos que a carta foi redigida tendo como destinatário um auditório particular, na perspectiva que dirige explicitamente ao *Campus* Saúde, em detrimento a um auditório universal. Outro elemento que bem delimita o público-alvo é a utilização de um grupo lexical mais técnico:

¹³ Argumento pathêmico (derivado de *pathos*) se refere a um *logos* que remete a sentimentos, emoções e paixões.

“signatário do Programa de Desenvolvimento Mundial”, “Sistema Único de Saúde”, “Hospital das Clínicas, centro integrado ao SUS, mas autônomo em sua função de referência e ensino”.

A chapa se utiliza de *fatos e valores* (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005) – conforme apresentados no capítulo I – para a construção do discurso. Os fatos se referem aos saberes compartilhados pelos eleitores do Saúde, identificados na carta pelo terceiro parágrafo, e os valores, orientados por premissas de um auditório particular, são simbolizados pela importância desse *Campus* no contexto imediato da sociedade atual e da próxima reitoria. O *topos* utilizado é o da essência, na medida em que delimita a superioridade de um padrão de excelência e de essência, a saber, o do Campus Saúde, em relação às demais unidades acadêmicas.

A carta se estrutura a partir uma razão estratégica (HABERMAS, 1990), uma vez que é voltada para fins objetivos, quais sejam: a demonstração à comunidade do *Campus* Saúde de sua importância dentro da Universidade, repercutindo a adesão ao processo eleitoral. Colocando-se lado a lado com a comunidade do *Campus* Saúde, na condição de professor da Faculdade de Medicina, o candidato da Chapa 01 busca uma união entre iguais para que a “escassa mobilização” seja superada por um movimento ordenado, que vença a eleição e expanda a qualificação (do *campus*) a toda Universidade.

Nessa perspectiva, a Chapa demonstra que a Universidade se expande para além dos muros do *campus*, o que implica um maior comprometimento da comunidade acadêmica com valores cidadãos, para que a sociedade, como um todo, possa se desenvolver e **evoluir**, termo este tão caro às ciências. Retomamos a relação discutida no capítulo entre política e ciência, agora reverberada nas cartas dos candidatos e nas quais as questões relativas ao universo acadêmico encontram-se politizadas em um discurso que, apoiado nos fatos e valores de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), relativiza a objetividade do fato no que se refere a valores ético-morais.

3.1.2 CHAPA 02 – MENSAGEM AOS ESTUDANTES (ANEXO 2)



Inicialmente, o material não carrega consigo o título de “carta”, mas de mensagem, o que dá um tom de interlocução com a comunidade acadêmica. Além disso, se dirige aos estudantes, não aos alunos, mesmo recurso utilizado pela Chapa 01.

A Chapa 02 desenvolve sua “Mensagem aos estudantes”, segundo o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.75) chamam de fatos, “que é comum a vários entes e poderia ser comum a todos”. Assim, utiliza-se de substantivos de fundamento positivo, que são aceitos ou desejados pela grande maioria da sociedade: “excelência”, “cidadania e justiça social”, “democracia e civilização”.

Ao mesmo tempo, esses substantivos remetem a campos ideológicos abstratos, que não são determináveis conceitualmente, além de elementos de controvérsia discursiva. Tome-se o exemplo de “utopia”, presente no lema de campanha e nessa carta: “Entendemos que democracia e civilização integram aquilo que a humanidade carrega enquanto esperança, na forma de utopia, e têm a função de apontar uma direção”. A utopia, segundo a perspectiva da Chapa 02, é um estado alcançável, possível, realizável, ao contrário da definição clássica do termo, conforme apresenta Ferreira (1999, versão eletrônica):

S. f. 1) País imaginário, criação de Thomas Morus (1480-1535), escritor inglês, onde um governo, organizado da melhor maneira, proporciona ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz. 2) P. ext. Descrição ou representação de qualquer lugar ou situação ideais onde vigorem normas e/ou instituições políticas altamente aperfeiçoadas. 3) P. ext. Projeto irrealizável; quimera; fantasia.

A utopia passa ser um destino plausível, fruto de trabalho e dedicação, construção coletiva, o que acarreta determinado posicionamento do leitor, favorável à Chapa, para que a mensagem seja compreendida.

A Chapa 02 utiliza uma mesma palavra com vários significados distintos – “estudantes” – que remetem a instâncias distintas, mas que se projetam na figura do (e)leitor. No primeiro parágrafo, o termo “estudante” é citado três vezes, com duas ocorrências no segundo parágrafo, todos eles significando o aluno da instituição. No terceiro parágrafo, o estudante citado é o da instituição, não em sentido amplo, mas em sentido restrito: “aquele que participa”.

No início do quarto parágrafo, os “estudantes” são os agentes históricos, que fizeram parte da “história da nossa universidade”, não se tratando dos eleitores em questão, mas de uma tradição estudantil de outrora. Os alunos de então poderiam, no futuro, ser agentes históricos, o que pressuporia a participação ativa na vida da instituição, a começar pela eleição para reitor. Ainda no quarto parágrafo, é feita a última citação do termo, referindo-se àqueles que virão a ser alunos. O leitor se projeta, simultaneamente, nesse passado e nesse futuro, presentificando o anterior e o ulterior, em um movimento nem sempre consciente.

Essa abordagem polissêmica de “estudantes” permite à Chapa a expansão de um auditório particular, aproximando-o de um auditório universal. Ao abordar os estudantes de ontem, de hoje e de amanhã, o discurso acolhe os alunos do presente, os então professores que em um passado

foram alunos e aqueles que virão a ser alunos, talvez filhos, irmãos, netos ou parentes daqueles que formam a comunidade acadêmica no momento da campanha eleitoral.

Essas percepções múltiplas é que permitem um termo, uma palavra, ser utilizado de maneira afirmativa, mesmo em situações limites, em que lados rivais são convocados à mesma causa. Na mensagem da chapa 02, essa técnica é utilizada amplamente, por meio daquilo que Perelman e Olbrechts-Tyteca chamam de *valores*. Como os valores não visam à adesão do auditório e devem ser genéricos, a fim de que possam atingir o maior auditório possível, há a profusão de adjetivos desejáveis ao ambiente acadêmico: “indivíduo crítico, transformador” ou “sua intervenção ajuda a tornar mais fértil a instituição”. Os primeiros remetem à idéia de ação, de insatisfação com uma situação que se sabe interpretar (é o que se espera de um crítico), de não-acomodação diante do cotidiano. O segundo remete ao aspecto de fertilidade, de produção, de criatividade, de criação: a inovação que o mercado de trabalho tanto deseja e que é uma das características desta sociedade contemporânea.

A mensagem concilia dois elementos, aparentemente, antagônicos na figura dos alunos: tradição e inovação. “Os estudantes foram, na história de nossa universidade e de nosso país, os porta-vozes das mais generosas causas” e “A vocês cabe ocupar os espaços que são seus, de questionamento do instituído e do estabelecido, em prol do novo, do melhor, do mais justo” representam o passado e o futuro que passam pelas mãos dos estudantes.

Esse elemento dual, representado pela Chapa nos alunos, é a reprodução da própria Chapa e das pretensões da mesma para a Reitoria. A Chapa 02 representava a situação, ou seja, possuía o apoio da então reitora Ana Lúcia Almeida Gazzola. Desse modo, trazia consigo a tradição institucional (ainda que não declarada nesse material aos alunos) e apontava os caminhos futuros: “[...] pensamos que neste momento é preciso, da parte da instituição, reconhecer a especificidade do que é ser estudante”.

Ao vincular, de forma explícita, a idéia de estudante à de juventude: “Basta cultivar a generosidade e o inconformismo, bens que já são inatos à juventude.”, a carta se estrutura segundo uma racionalidade estratégica (HABERMAS, 1990), extrapolando o espaço acadêmico e inserindo-se no espaço social, na perspectiva que a juventude é um bem cada vez mais valorizado em nossa sociedade. Não simplesmente a juventude cronológica, mas principalmente intelectual, a fim de se estar aberto para novas tecnologias e novos saberes (principais produtos de uma Universidade).

A mensagem se utiliza de um destinatário duplo, na perspectiva de que é direcionada “aos estudantes”, como se vê no penúltimo parágrafo por meio da utilização de verbos no plural: “venham”, “tragam”, mas que se especifica no destinatário individual na conclusão do texto, com

o verbo na 3ª pessoa do singular imperativo que abre o último parágrafo: “participe”. Esse duplo destinatário busca atingir as instâncias coletiva e individual, simultaneamente, mostrando que o processo é coletivo, mas o voto, individual, e dimensionando a campanha com a expressão “palmo a palmo”.

Importante também nessa carta é o movimento dialético criado no último parágrafo, quando estrategicamente as questões da ordem da razão dão lugar à ordem da emoção. Ao dizer “ficaremos muito felizes”, o discurso deixa a esfera racional e entra pela esfera emocional. Contudo, esse afastamento é racional na medida em que busca a empatia do leitor aluno, humanizando a relação docente e discente.

O estudante “que participa” torna-se o responsável pelo futuro da democracia, que representa o futuro da nação, o herói/profeta que pode escrever linhas futuras de maneira única, estabelecendo, enfim, a localização do país literário de Thomas Morus. A Chapa se torna ícone do debate democrático e referência para todos aqueles que primam por práticas democráticas, em um movimento silogístico:

Premissa maior: A Chapa 02 promove o debate democrático

Premissa menor: Sou favorável à democracia.

Conclusão: Sou favorável à Chapa 02.

A construção retórica se estrutura a partir do *logos* que define o estudante como um agente histórico, que tem em mãos, por meio do voto, muito mais do que a simples eleição de um reitor: possui um compromisso social com a nação. Assim, o *pathos* é um chamamento à responsabilidade social, via processo político, que implica um *ethos* consciente e comprometido com essa missão nacionalista do grupo discente.

Além de trabalhar com o *topos* da essência, a carta também se pauta pelo *topos* da ordem, afirmando a superioridade do fim sobre a causa. Não é apenas um voto em uma eleição, mas um passo decisivo para o futuro da nação que todos desejam.

3.1.3 CHAPA 03 – CARTA AOS ESTUDANTES (ANEXO 3)



A carta da Chapa 03 é a que mais se aproxima do gênero proposto, uma vez que se intitula “carta” e segue as orientações de destinatário específico (diferentemente da Chapa 01) e do remetente preciso (com nome e endereço, virtual e físico).

A carta se inicia com “Como você sabe”, forma semanticamente similar àquela encontrada no segundo parágrafo, “Queremos lembrar”, ou seja, que postula o conhecimento prévio do destinatário. Pode-se, porém, inferir que se trate de um recurso discursivo, pois nas linhas seguintes lê-se “pessoas que nos perguntam se estudantes votam”. Um dos motivos alegados para que o voto não seja paritário é o fato de (alguns) qualificarem os alunos como passageiros, constituindo professores e funcionários o eixo fixo e central da instituição. Assim, se professores e funcionários são representantes da Universidade, presumindo-se que eles conheçam a “casa” onde moram, quem teria dúvida se os alunos votam ou não? Os próprios alunos. São eles, numericamente, o maior grupo e também o mais esparsos, o mais difícil de ser atingido em todas as suas possibilidades.

Assim, a carta se estrutura segundo uma razão estratégica (HABERMAS, 1990), utilizando construções semelhantes, mas com propósitos distintos. No final do segundo parágrafo, lê-se “Nosso compromisso social deve ser”, se referindo a 1ª pessoa do plural à comunidade universitária, enquanto no início do quarto parágrafo, “Nosso compromisso principal”, refere-se à chapa. Os candidatos trazem os alunos para o mesmo plano, o mesmo nível, humanizando e “reequilibrando” a distorção da paridade dos votos.

A Chapa, ao declarar que “nosso compromisso é fazer com que a Reitoria passe a ouvir o que têm a dizer os estudantes”, sinaliza uma percepção da chapa em relação à gestão da Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola: o não-atendimento aos alunos, no sentido de não ouvir as reivindicações discentes. O “fechamento” do *campus* para calouradas, fato ocorrido no ano de 2005 e assunto de grande interesse estudantil, poder ser interpretado pela forma eufemística “os espaços de vivência e convivência universitária, eventos culturais e esportivos devem ser retomados”.

Essa carta, diferentemente da Chapa 02 que abordou fatos, se utiliza de *verdades* (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005), ou seja, de sistemas complexos que transcendem a experiência. Pode-se dizer que esse é um dos pontos nevrálgicos da carta, pois “Nosso compromisso social deve ser, portanto, lutar para estender esse direito [o acesso à universidade pública] à maioria dos jovens brasileiros” (final do segundo parágrafo). Que tema é esse senão o mesmo discutido pelas propostas de cotas para negros e índios? Assunto polêmico, com posições favoráveis e contrárias em várias esferas da sociedade brasileira, mas que justamente pelo fato de estar sendo discutido em profusão continua tão delicado.

Em uma sociedade individualista como a contemporânea, o que valem números como “30% das vagas no ensino superior são ofertadas em instituições públicas” ou “10% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior”? A instituição – entendida nesse momento não

como pessoa jurídica, mas como união de pessoas físicas –, inserida nessa sociedade consumista e individualista, sendo parte dela, está preocupada com esses números de forma real e concreta ou apenas como elementos de análise para estudo, *corpora* para pesquisas sobre os mais variados temas?

Na seqüência da carta, “Na verdade, nós, que hoje ou no passado tivemos a chance de estudar aqui, recebemos a nossa quota de justiça”. Estudar na UFMG é questão de justiça ou de mérito? Superar um processo seletivo de admissão em que há 70 mil inscritos e cursos que apresentam disputa de quase 30 candidatos por vaga é uma questão de justiça? O vestibular da UFMG é um exemplo de darwinismo intelectual, ou seja, os mais intelectualmente capazes seriam os aprovados no vestibular da instituição? A UFMG seria, dessa forma, uma instituição de elite, da elite intelectual?

Essas perguntas não apresentam respostas definitivas, nem mesmo certas ou erradas, mas servem de ponto de partida para se analisar a instituição e o corpo social que a constitui. Apesar de os trechos a seguir serem retirados do tema “Eleições diretas para reitor”, do livro *Memória de Reitores (1961-1990)*, vale destacar as palavras de dois ex-reitores sobre a universidade, Gerson Bosen e Marcelo Coelho, que bem ilustram a questão de acesso à Universidade:

[...] ninguém se iluda: massificação da Universidade é deteriorização da Universidade. A Universidade é elite, é elitista mesmo. O que acontece é que o sistema brasileiro não admite o elitismo. O elitismo, no Brasil, é visto no sentido estritamente econômico, de poder aquisitivo, de ter o dinheiro para mandar o estudante para a escola ou de não ter dinheiro. Então, a luta é pela escola gratuita. Mas a Universidade é elitista, é a elite do espírito. (RESENDE e NEVES, 1998, p.347)

[...] a Universidade é uma instituição elitista, pelo tipo de finalidade que ela tem. (RESENDE e NEVES, 1998, p.347)

Não bastasse um assunto delicado que perpassa os muros da Universidade, a Chapa 03 aborda outra questão difícil, essa na esfera interna da instituição: a flexibilização curricular. A flexibilização curricular é o fim das grades curriculares fixas, quando o aluno tem um eixo fixo de disciplinas a cumprir e outro móvel, que ele mesmo escolhe dentro de um espectro amplo de opções, passando, inclusive, por outras unidades da Universidade. Implantada na Faculdade de Letras da UFMG (sem muito sucesso de “público” e de “crítica”), a flexibilização é uma questão que suscita debates calorosos e que necessita de apoio metodológico e institucional para que seja uma prática efetiva e eficaz.

A flexibilização curricular é um assunto que diz respeito à Pró-Reitoria de Graduação, que, como já foi expresso anteriormente, não raras vezes é um local de choque entre os interesses da Universidade e das unidades acadêmicas, devendo-se recordar que a candidata a vice-reitora da Chapa 03 ocupava o cargo de Pró-Reitora de Graduação, no ano de 2005. O debate desse

assunto pode ser entendido como uma forma de mostrar que a Chapa 03 possuía elementos (teóricos e humanos) aptos a efetivar a implantação e a promover as melhorias necessárias para que os alunos não mais enfrentassem “a falta de vagas em disciplinas, desorganização do horário ou turmas lotadas”.

Deixando os assuntos polêmicos, a carta busca também as *presunções* (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005), por meio “novas tecnologias”, “bolsas acadêmicas”, integração da pesquisa ao cotidiano acadêmico e se afirma por um duplo *lugar da ordem* (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Inicialmente, mostrando a importância da causa sobre o fim: a participação do estudante no processo eleitoral e de construção da UFMG (causa) em relação ao resultado da eleição (fim) e, em uma segunda análise, relatando a importância da vitória da Chapa 03 (fim) em relação à consecução da UFMG como uma “instituição consciente de seu papel e comprometida com o Brasil” (causa).

A construção dos argumentos retóricos parte de um *ethos* de consciência e de coragem: consciência para saber quais são os problemas enfrentados pelos estudantes e coragem para enfrentar questões polêmicas sem rodeios, de forma direta. A partir desse *ethos*, o *pathos* convocado é afim: o estudante crítico, que entende que a instituição precisa enfrentar as questões que a sociedade contemporânea lhe impõe, e ciente do papel social da instituição dentro dessa mesma sociedade. O *logos*, não de outra maneira, estrutura-se nas questões nevrálgicas de apelo mais direto ao universo discente.

Ainda sobre a carta, merecem destaque os três trechos destacados (em negrito) no texto pela própria chapa:

- ▶ a palavra “campus”¹⁴, na segunda linha;
- ▶ a oração “Sim, os estudantes votam, do mesmo modo que participam de todos os órgãos colegiados da UFMG”, na segunda metade do primeiro parágrafo;
- ▶ a oração “Nosso compromisso principal é fazer com que a Reitoria passe a ouvir o que têm a dizer os estudantes”, que inicia o quarto (penúltimo) parágrafo.

O destaque revela a importância desses conteúdos na construção do discurso da Chapa 03, podendo ser identificados como os pontos estruturantes (os pilares) da carta. É interessante, contudo, perceber o efeito visual e discursivo criado pelo negrito, que sinteticamente pode ser lido:

Campus,
Sim, os estudantes votam, do mesmo modo que participam de todos os órgãos
colegiados da UFMG.

¹⁴ O destaque poderia ser em virtude de a palavra se constituir em um latinismo, mas os outros trechos negritados sugerem que essa seja uma possibilidade remota.

Nosso compromisso principal é fazer com que a Reitoria passe a ouvir o que têm a dizer os estudantes.

Nessa perspectiva, o termo “campus” aparece como vocativo de uma mensagem sucinta e direta, que revela o que é importante para os alunos (os estudantes votam) e para a Chapa (nosso compromisso), condizente com a objetividade e a rapidez pelas quais a sociedade contemporânea clama.

3.2 AOS TÉCNICOS

Antes de iniciar a análise das cartas direcionadas aos servidores não docentes, é necessário destacar as variações lingüísticas utilizadas na identificação desse grupo. São elas: *técnico-administrativo*, *técnico e administrativo*, *técnico-administrativo em educação* e *técnico administrativo*. Pode parecer insignificante a utilização de termos tão próximos, que designam o mesmo grupo, mas vale ressaltar que há, histórica e hierarquicamente, uma divisão entre o ensino técnico e o ensino superior.

O artigo 4º do Regimento Eleitoral prevê que terão direito a voto: “I - os servidores dos quadros permanentes de pessoal, a saber: de magistério superior, de magistério de 1º e 2º grau, do corpo administrativo e do corpo técnico que estejam em efetivo exercício.” (UFMG, 2005a, p.2). Assim, define-se que são duas instâncias diferentes: os técnicos e os administrativos. Talvez não haja relevância no destinatário da carta pelo fato de os administrativos, que não são técnicos, se identificarem como professores, não reconhecendo o texto como direcionado a eles.

3.2.1 CHAPA 01 – CARTA ABERTA (ANEXO 4)



Não foi destacada em relação aos estudantes, mas cabe aqui uma observação sobre a utilização do termo “carta aberta” pela Chapa 01. Houaiss (2004, p.636) define carta aberta como “carta que se dirige publicamente a alguém através de órgãos de imprensa”, o que não corresponde necessariamente à veiculação utilizada pela chapa. Houve o suporte da internet para a divulgação da carta, assim como houve a distribuição impressa, o que não daria à carta a especificidade “aberta”. Ambas as cartas da Chapa são assim identificadas, numa alusão, talvez, a

outro campo semântico, ao fato de a chapa trabalhar com informações claras, limpas, conhecidas, o que justificaria o “aberta”, não recorrente nas outras duas chapas.

A carta não é direcionada apenas aos técnico-administrativos, mas também aos professores, unindo duas instâncias distintas em um mesmo texto. Isso facilita a produção do texto do ponto de vista de um auditório mais heterogêneo, mas dificulta a especificidade exigida pelo auditório mais homogêneo (no caso, os dois citados: docentes e técnicos), cabendo à chapa todo o ônus ou o bônus decorrente dessa escolha.

Inicia-se a carta com a informação de que a eleição se aproxima e se solicita ao leitor “sua atenção” às propostas da Chapa. Merece destaque aqui a construção ambígua do primeiro parágrafo (a mesma utilizada na carta aos estudantes), que afirma que os próximos dirigentes serão os candidatos da Chapa 01. Dessa forma, o “nós” se referiria aos signatários da carta, que, futuros reitores, pedem a atenção do auditório: “[...] irá definir a escolha dos próximos dirigentes, [que seremos] nós, Dirceu Greco e Antônia Vitória, [nós pedimos] [...]”.

A outra possibilidade de leitura apresenta a informação da eleição e, através do sujeito “nós”, explícito e unido a um aposto, pede a atenção dos eleitores, construindo-se assim: “Nós, Dirceu Greco e Antônia Vitória, [...], pedimos suas atenção [...], ao aproximar-se a data[...]”.

A Chapa 01 descreve a experiência, a vivência da realidade cotidiana acadêmica fruto de um trabalho “de campo”, no qual os candidatos foram ao encontro dos eleitores para perceber as necessidades desse auditório, de maneira coletiva e também individual. Nesse momento, surge a primeira crítica à reitoria de então: “conduzam à real valorização dos servidores”, revelando que a valorização daquele momento não era real.

Na seqüência, a chapa enaltece a instituição por meio de sua comunidade, evitando qualquer relação com a reitoria, mas abordando as áreas de atuação de professores, técnicos e alunos: “pensamento inquieto”, “ensino de qualidade e democrático”, “pesquisa de relevância e extensão referencial”, “discussão política” e “verdadeiro projeto de país”, concluindo o parágrafo com um tema polêmico “enfrentamento das graves disparidades sociais”, expressões que nos remetem aos *factos* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Não há dúvida de que a instituição (pessoa jurídica), a Universidade, está e deve estar vinculada à comunidade na qual se insere, conforme demonstra o discurso de posse do ex-reitor Gerson Boson:

[...] a Universidade não deve isolar-se da comunidade, enviando-lhe apenas e ao fim de cada ano, bacharéis, doutores, graduados ou pesquisadores técnicos, que nela se titulam. Deve participar intimamente da vida comunitária. Deve ter na comunidade o principal campo de suas experiências e inovações. (RESENDE e NEVES, 1998, p.86)

Como já foi questionado anteriormente, porém, até que ponto a instituição (coletivo de pessoas físicas) busca o enfrentamento das graves disparidades nacionais? A pergunta se repete e a resposta se mantém em aberto.

Ao se referir às propostas, a Chapa estrutura o discurso segundo uma racionalidade comunicativa (HABERMAS, 1990), ao demonstrar que elas (as propostas) são decorrentes de discussões e debates, ou seja, são produtos consensuais, ao mesmo tempo em que se mostram não só como oposição, mas em oposição à reitoria de então, atacada por não ouvir e não valorizar a comunidade como deveria. Além de ouvir e valorizar a comunidade, a Chapa se propõe (e tem como lema): *Pensar e Construir juntos*. Mais que ouvir e valorizar, a chapa conclama a comunidade a participar desse projeto.

A chapa volta a entrar em assunto polêmico no quinto parágrafo, talvez aqui comprometendo toda a estrutura da carta ao dizer: “Somos favoráveis à reintrodução do voto paritário”. Em uma carta direcionada aos funcionários técnicos e administrativos, esse assunto seria um *fato*, pois a paridade é uma reivindicação dos servidores não docentes, mas como a carta é direcionada também aos professores, a chapa cria um nó ideológico, porque os professores, em geral, não são favoráveis à paridade. Se assim o fossem, o voto paritário não seria assunto de debate, e sim regra nos processos eleitorais da Universidade.

A chapa critica a gestão da Profa. Ana Lúcia de Almeida Gazzola utilizando-se de um eufemismo para citar a reitora: “administração central da universidade”, assumindo a missão de fazer diferente “nossa tarefa é grande”, o que reforça a possibilidade de leitura do primeiro parágrafo que afirma serem os candidatos da Chapa 01 os próximos dirigentes.

No penúltimo parágrafo, os candidatos voltam a mencionar “as agências nacionais e internacionais”, citadas na carta ao *campus* Saúde. Pela especificidade do conteúdo, vê-se aqui a possibilidade de novamente direcionarem o texto ao *campus* Saúde, maior colégio eleitoral e unidade de origem do candidato Dirceu Greco.

Na despedida, o “abraço cordial” confere proximidade e intimidade com o leitor, construindo a relação pessoal entre eleitor e candidato, humanizando o processo de disputa e afirmando o gênero (carta) utilizado na construção do texto.

Quanto à construção retórica, a carta parte de um *logos* que remete aos problemas reais dos servidores, sejam eles docentes ou técnicos – o que constrói um tom panfletário –, almejando um *pathos* de afinidade, de proximidade, de cordialidade e de entendimento, que implicará um *ethos* de conhecimento, de amizade e de comprometimento.

O *topos* da pessoa aparece em destaque, a partir da valorização da dignidade e do mérito a que se refere “nossa trajetória”, o que, conseqüentemente, também acessa o *topos* da essência: a superioridade de um padrão sobre outros.

A carta apresenta um conteúdo repetitivo em relação à “Carta aos Estudantes”, o que pode ser entendido como uma prática didática, uma vez que a repetição é um instrumento didático, corroborando a “escassa mobilização”, identificada na primeira carta, mas não citada nesse material.

3.2.2 CHAPA 02 – CARTA AOS SERVIDORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS (ANEXO 5)



O primeiro destaque da carta é a destinação correta, segundo a divisão de servidores técnicos e administrativos, conforme a utilização que a própria instituição faz em seu regimento eleitoral. É um sinal de atenção da Chapa para com as características da UFMG, condição inseparável de candidatos que se propõem a dirigi-la pelos próximos quatro anos.

A carta segue o mesmo caminho trilhado na carta aos estudantes: pauta-se pela utilização de *fatos* e de conceitos não limitados teórica ou praticamente. Entre os primeiros, vêem-se: “nação justa e soberana”, “políticas baseadas no diálogo”; entre os segundos, destacam-se “participação mais democratizada” e “educação superior pública robusta e extensiva”.

No segundo parágrafo, apresenta-se um argumento que tenta derrubar os argumentos dos adversários de campanha, ao atacarem a gestão da Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola: “Nossa universidade tem sido o resultado de uma construção coletiva, reiniciada a cada dia e conseqüência da ação de todos que dela fazem parte”. Assim, valoriza aqueles que trabalham cotidianamente na instituição e fazem dela uma referência entre as universidades públicas do país, e atacam aqueles que condenam a reitoria da época, lembrando a esses que eles também são responsáveis pelos resultados. Nesse ponto, há uma união de dois termos distintos, apresentados como equivalentes: instituição e gestão.

Ao relatar que as relações internas “devem ser, permanentemente, objeto de um exame cuidadoso”, a Chapa sinaliza que está com os olhos atentos para o futuro e para o aperfeiçoamento institucional. Isso não agride a gestão da época, ao contrário, valoriza o trabalho e mostra que há valores positivos a serem mantidos e outros valores a serem aprimorados.

Ao afirmar: “Temos falado muito”, reportam à campanha eleitoral, no sentido de visitar as unidades universitárias e buscar o diálogo, o que demonstra respeito e valorização pelo cidadão acadêmico e, por conseqüência, pelo eleitor. A apresentação do termo “cidadania universitária” inclui um elemento novo na carta, diferentemente do que até então havia sido mostrado. Mesmo que o conceito remeta a valores e ideais já defendidos anteriormente, ou mesmo por outras chapas, o fato de nomear (de se batizar) confere à Chapa um *status* científico, acadêmico, condizente com aquilo que se espera de professores universitários.

Questões universitárias que extrapolam os muros do *campus* são apresentadas, sem entrar, contudo, no mérito de respostas ou de possibilidades concretas. Sinalizam a relevância desses conteúdos para a vida universitária, afirmando que “todos os que se colocam do lado da defesa de uma educação superior pública robusta e extensiva devem se pronunciar”.

Fecham a carta conclamando técnicos e administrativos a participarem desse movimento coletivo, conjunto, que defenda o “sistema público de ensino superior no Brasil”. Aqui, não é só a UFMG que está sendo defendida, mas a própria nação brasileira, a mesma “justa e soberana” citada no primeiro parágrafo.

O texto se distancia do gênero carta pela linguagem dissertativa, ainda que utilizada a primeira pessoa do plural, e busca uma relação mais formal com o leitor, o que pode se perceber pelo final sem “despedida” (*abraço cordial, gratos, certos de sua compreensão*, etc.). Essa opção sinaliza uma razão comunicativa (HABERMAS, 1990) ao conclamar os servidores que criem, juntamente com a chapa, a Universidade que todos desejam e que o país necessita. Em nenhum momento, formas como “nós faremos”, “prometemos” ou outros verbos que apresentem ações similares são utilizadas. (as formas verbais na primeira pessoal do plural se resumem a “entendemos”, “temos” e “conclamamos”)

Esse indicativo de razão comunicativa, contudo, é a confirmação da razão estratégica, uma vez que o resultado do voto do eleitor na Chapa 02 é decorrente de uma influência extradiscursiva dos candidatos na medida em que eles visam ao bem e ao fortalecimento da instituição, como o produto de uma ação de forças coletivas que os elejam. A influência é extradiscursiva, pois o discurso se apresenta voltado aos interesses da UFMG, não é pedido voto, não é prometido nada, mas tão-somente se afirma que a proposta é para que “juntos, sejamos capazes de construir uma gestão universitária”.

O mesmo postulado da “Mensagem aos estudantes” reaparece nesse texto: o caráter histórico do eleitor. A eleição não definirá apenas um reitor, mas o futuro de uma nação, do país que todos que primam por valores éticos e morais e por condições sociais mais dignas e justas esperam construir.

O *ethos* da responsabilidade social abrange a responsabilidade de gestão acadêmica, uma vez que a Universidade é, talvez, a instituição mais propícia a promover esse estado de bem-estar geral que a democracia almeja. Conseqüentemente, retidão, compromisso com a causa e com a coisa pública são inseparáveis desse *ethos* da Chapa 02. O *pathos*, dessa forma, construir-se-á por atitudes afins, sérias e comprometidas com uma causa social maior: a cidadania universitária, que é a cidadania nacional. Ao *logos* caberá a explicitação dessa cidadania universitária e esses valores públicos que corroboram as questões sociais.

Os *topoi* utilizados são o da pessoa e o da ordem: o primeiro pelo mérito dos envolvidos (*ethos* e *pathos*), e o segundo pela importância do fim sobre a causa.

3.2.3 CHAPA 03 – AOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG (ANEXO 6)



O primeiro ponto a ser destacado é a não-presença do termo “carta” no material, ainda que se reproduza o mesmo padrão utilizado pela Chapa nas outras “cartas” (construção discursiva, qualidade gráfica, etc.). Há um direcionamento explícito ao auditório ao qual se dirige o título do material, assim como um tratamento técnico da própria denominação desse segmento.

Essa abordagem técnica da questão dos servidores técnicos e administrativos propõe um conhecimento e uma preocupação dos candidatos com esse grupo, revelado pela “satisfação [de] poder abrir esta carta” (importância do auditório para a Chapa), pela responsabilidade social da instituição “que não se faz só na sala de aula” (importância do auditório para a instituição) e “as políticas para o pessoal técnico administrativo em educação são um dos eixos que orientam nossa proposta” (importância do auditório para o sucesso da Chapa na administração da instituição).

A carta apresenta os *factos* (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005) pertinentes ao auditório dos servidores técnicos e administrativos (doravante TA): “objetivos acadêmicos”, “o dimensionamento e a qualificação da força de trabalho”, “seleção de pessoal”, concluindo com a definição direta da proposta da Chapa: “A meta deve ser que o corpo técnico e administrativo se aprimore constantemente”.

Apresentam-se os (possíveis) resultados da implantação das propostas apresentadas (“essas ações propiciarão”), a demonstração de reconhecimento pelo esforço dos funcionários TA (“é

preciso valorizar o esforço, em que todos se empenham diariamente”) e a explicitação de aspectos práticos e de caráter positivo das intervenções propostas: “representa ganhos em termo de tranqüilidade e respeito, como os programas de saúde, creche e acesso à educação, cultura e benefícios sociais” – mesmo sem citar quais são esses “benefícios sociais” – e “a fim de que os salários não se deterioreem, se recupere a tabela de Funções Gratificadas e se corrijam as distorções que ainda permanecem no plano de carreira”.

Torna-se relevante observar como a Chapa critica a gestão da época, de maneira direta e seqüencial. Não há um parágrafo destinado a esse fim, mas pontualmente as críticas vão surgindo. Assim, tem-se, no segundo parágrafo: “na certeza de que, na próxima gestão, é indispensável que a UFMG dê os passos necessários para a valorização de seu quadro de pessoal”. No parágrafo seguinte, o terceiro, “atribuir aos órgãos colegiados sua definição e condução, para que as mesmas deixem de ser projetos de gestões que passam pela Reitoria”.

No quarto parágrafo, afirma-se que “é preciso inverter a prática atual”, o mesmo apresentado no quinto parágrafo: “É preciso quebrar a lógica atual”. No sexto parágrafo, o campo semântico dos verbos utilizados torna as críticas mais fluidas, mas não menos diretas: “sem esquecer aquilo”, “se recupere” e “se corrijam”. Os verbos fazem referência a ações anteriores, que deverão ser abordadas ou tratadas de forma distinta pela Chapa 03: sem esquecer aquilo que foi esquecido, recuperando o que foi perdido ou danificado e se corrigindo o incorreto ou o imperfeito, o que atribuiria à gestão da época esquecimento, descuido (imperícia ou desmazelo) e imperfeição (incorrecção ou incompetência).

A conclusão da carta retoma a importância dos servidores TA para a instituição, para a Chapa 03 e, sobretudo, para vitória da chapa no pleito eleitoral. Pela utilização de uma “idéia” de Universidade: “viva, forte, atuante, digna e socialmente responsável”, a chapa conclama os servidores a apoiarem essas “metas” que não são “impossíveis” e que fortaleceriam a UFMG, a “nossa UFMG”.

No fechamento da carta, a Chapa busca uma aproximação mais pessoal ao dizer “nossa”, colocando-se ao lado dos servidores, criando uma imagem de comprometimento, de identidade e pertencimento, que se espelharia em “nossa casa”, “nossa família” e/ou “nossa vida”.

A construção dos argumentos retóricos apresenta o *logos* pautado a partir de questões pragmáticas, que são identificadas facilmente no cotidiano dos servidores. Isso pressupõe um *ethos* de compromisso com a causa, indicando conhecimento, sensibilidade e vontade política, que implicará um *pathos* crítico e desejoso de mudanças efetivas e não apenas paliativas.

Ao propor questões efetivas e respostas diretas às questões pertinentes aos técnico-administrativos, a Chapa 03 instaura o *topos* do existente, que afirma a superioridade do real sobre

o provável. Explicitando como poderia alcançar esses objetivos propostos (“Em termos práticos, as providências envolvem, antes de tudo, o dimensionamento e a qualificação da força de trabalho necessária em cada local, a partir de indicadores bem definidos. Em seguida, é preciso refinar...”), a Chapa constrói esse *topos* de maneira paradoxal, uma vez que ele versa sobre o possível, o provável, mas é apresentado como realidade, uma vez confirmada a vitória da Chapa nas urnas.

3.3 AOS PROFESSORES

O material destinado aos professores apresenta características peculiares, como não poderia ser diferente em virtude do “peso” dos votos dessa categoria, constituindo-se o foco principal de, pelos menos, duas das três chapas. Essa afirmação se deve ao fato de a Chapa 01 não apresentar uma carta (ou similar) destinada aos professores, ocorrendo que tanto a carta aos alunos como a carta aos servidores era direcionada também aos professores.

Aqui é preciso explicitar que o “também” utilizado não significa um direcionamento inicial reaproveitado para um segundo momento, mas apenas a inclusão de dois (ou três) grupos de destino do mesmo material. Assim, a carta aos estudantes não foi *também* direcionada aos professores e servidores TA, mas foi apresentada aos três segmentos conjuntamente (da mesma forma com a carta aberta aos servidores técnico-administrativos e docentes).

A Chapa 02 não apresentou um material que fosse destinado “aos professores”, revelando, porém, no Programa de Gestão, um item que a eles se dirigia (p.4), que será aqui analisado. A Chapa 03 foi a única a apresentar um material específico para docentes, “Aos professores da UFMG”, construindo, dessa forma, sua estratégia de campanha de maneira paritária aos três segmentos.

O não-direcionamento de material impresso específico ao segmento de professores não sinaliza um desmerecimento das chapas em relação a esse grupo, mas, ao contrário, revela a importância dispensada a eles. Na medida em que houve materiais específicos para os outros segmentos e não houve para os professores, a construção das estratégias eleitorais usou o grupo de docentes como referência, tornando-se, desse modo, servidores TA e alunos os grupos acessórios.

Nessa perspectiva, pode afirmar-se que todo o material de campanha foi produzido com o foco nos professores, não necessitando de assim nomeá-lo para que possuísse esse fim. Materiais que não fossem destinados aos docentes, então, precisariam ter os destinatários identificados: alunos e servidores TA, demonstrando que não só eleitoralmente, mas discursivamente também havia a não-paridade no pleito.

A destinação de materiais aos três grupos pela Chapa 03 corrobora a posição da chapa pela paridade nos votos, ainda que não haja esse posicionamento explícito, textual, nos materiais analisados. Historicamente, a participação de professores na eleição para a reitoria é predominante, o que, acrescida do “peso” do voto, a torna definidora do resultado final. A análise dos números da eleição de 2001, vencida pela Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola, comprova o fato: participação de 74,03% dos docentes, contra 20,99% de servidores TA e alunos.¹⁵ Ao final do processo de 2005, os números reafirmaram as participações de docentes (74,50%), de técnicos (55,98%) e de alunos (24,32%).¹⁶

Apenas como nota explicativa: a eleição de 2001 ocorreu durante um período extenso de greve na UFMG e a ponderação de votos de técnicos e alunos era feita de forma conjunta, motivo esse que impede uma exata comparação entre a participação de técnicos e alunos nos dois pleitos.

3.3.1 CHAPA 01 – CARTA ABERTA (ANEXO 4)



A carta direcionada aos professores já foi analisada no direcionamento aos servidores TA, uma vez que se trata da mesma carta, ainda que os grupos envolvidos tenham interesses nem sempre convergentes. Cabe observar a proximidade das cartas da Chapa 01, quiçá se tratando do mesmo discurso com pequenas alterações de ordem técnica.

Ambas têm o mesmo início (“Ao aproximar-se a data de consulta”) e o mesmo fim (“Abraço cordial de”), assim como o trecho inicial do segundo parágrafo (“Nas nossas extensas andanças”) e o fechamento, que sofre alteração de “comunidade deste Campus” para “comunidade da UFMG”, uma vez que a primeira era direcionada ao *campus* Saúde, enquanto a segunda visava a toda universidade.

Não é prudente repetir um texto em um ambiente em que as palavras e os discursos são tão valorizados, constituindo-se mesmo uma característica inerente ao universo acadêmico, além de o direcionamento da segunda carta incluir o primeiro auditório (o *campus* Saúde está contido na

¹⁵ Dados disponíveis em <http://www.ufmg.br/eleicoes2001>. Acesso em 26 jan. 2008.

¹⁶ Dados disponíveis em <http://www.ufmg.br/eleicoes2005>. Acesso em 4 dez. 2005.

comunidade da UFMG). Soaria, entre leitores mais atentos e críticos, como ausência de discurso, de “não ter o que falar”, de falta de respeito para com o eleitor que está preocupado com o processo eleitoral e os rumos que esse processo pode produzir.

Em outra perspectiva, analisar-se-ia como uma estratégia da Chapa 01, considerando que o *campus* Saúde faria parte da UFMG, sem nela estar inserido, o que reforçaria a idéia, arraigada e não superada, da união de faculdades sobre um reitorado, como descrito pelo discurso de ex-reitores (cf. Capítulo 2). Os eleitores das duas instâncias (*campus* Saúde e UFMG) – considerando-se aqui a UFMG como os demais *campi* que não o Saúde – poderiam (e podem) ser atingidos e influenciados por questões diferentes, mas os leitores seriam atingidos pelas mesmas cartas, configurando-se um risco a repetição do material impresso.

3.3.2 CHAPA 02 – AOS SERVIDORES DOCENTES (ANEXO 7)



A Chapa 02 não direcionou um material especificamente para os docentes, considerando-se que, neste trabalho, como já foi dito, todos os materiais que não possuíssem destinatário segmentado seriam destinados aos docentes. Contudo, no *Programa de Gestão*, um caderno de oito páginas produzido pela Chapa, há um item (p.4) que se dirige aos docentes.

Aos Servidores Docentes:

Temos assistido, na UFMG, a dois processos contraditórios. Por um lado, essa instituição vem obtendo, cada vez mais, justo reconhecimento no meio acadêmico e na sociedade, devido à elevada qualidade com que executa um crescente número de atividades. Por outro lado, a esse crescimento quantitativo das atividades, não tem correspondido um aumento no número dos docentes, o que vem impactando, de maneira significativa, a carga de trabalho que incide sobre cada um de nós. É necessário que esta Universidade reafirme o princípio de que os docentes precisam, fundamentalmente, do tempo para a reflexão como matéria-prima para a qualidade do seu trabalho. A tão necessária e socialmente relevante expansão de atividades deve ser, assim, precedida do resgate do valor do professor em suas múltiplas dimensões, com a construção de condições mais adequadas de trabalho.

A Chapa inicia louvando a qualidade das atividades desenvolvidas na UFMG, por conseguinte, louvando também os professores, responsáveis diretos pela excelência acadêmica, e reconhecendo o quão dispendioso tem sido o crescimento dessas mesmas atividades, em virtude de uma sobrecarga de trabalho docente. Na seqüência, utiliza-se de uma palavra de ordem (“É necessário”), seguida de um verbo de re-ação (“re-afirme”), ou seja, uma ação que precisaria ser

refeita, que sugeriria, em um primeiro momento, uma crítica à gestão da época; e de um substantivo que apresenta a mesma orientação semântica (“resgate”) de reação a uma ação anterior e de “mais adequadas”, que traduz uma idéia de melhoria, de incremento.

Uma leitura menos cuidadosa apontaria a crítica da Chapa 02 à gestão que lhe dava apoio, revelando que a Chapa não estava de acordo, em tudo, com a gestão da época, que recebia o apoio, mas que possuía constituição própria (personalidade) para caminhar e identificar os pontos fracos da Instituição. Uma análise mais detalhada, porém, revelará que essa “crítica” não se sustenta, porque as questões levantadas pela Chapa estão em uma esfera de resolução que ultrapassa o papel da Reitoria, encerrando-se no Ministério da Educação e, por conseqüência, na Presidência da República. O número de vagas, por exemplo, não é atribuição do Reitor definir, assim como o regime de trabalho, que implica as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Chapa 02 mantém sua conduta discursiva, não descartando as conquistas da gestão da época, ressaltando os pontos que precisam ser melhorados e buscando um caminho de excelência e de inovação, tão bem traduzido pelo seu lema: “Utopia. Com os pés no chão”.

A argumentação retórica se estrutura a partir de um *logos* reflexivo, representado na primeira linha por “processos contraditórios”. Ativando esses argumentos, constrói um *pathos* crítico e também reflexivo, pensante, que busca um entendimento racional a fim de enfrentar as questões que se apresentam à Universidade. Assim, o *ethos* será de conhecimento, de experiência e de visão administrativa, complementando imagens pessoais dos candidatos da Chapa. Observa-se, nesse ponto, como o discurso foi produzido em consonância com a trajetória curricular do candidato a reitor da Chapa, na condição de ex-Pró-Reitor de Planejamento.

O *topos* parte da essência, na perspectiva que afirma a superioridade de um padrão, a saber, o da qualidade das atividades desenvolvidas pela Instituição, que, metonimicamente, se refere aos docentes.

3.3.3 CHAPA 03 – AOS PROFESSORES DA UFMG (ANEXO 8)



A Chapa 03, mantendo sua conduta discursiva, direcionou uma carta de caráter técnico aos professores, abordando assuntos de interesse e de conhecimento do corpo docente.

Com a retomada dos pontos que pautavam a campanha e que haviam aparecido em outras cartas (“em defesa da universidade pública, autônoma e engajada nas transformações demandadas pelo Brasil”), a carta se inicia. A condição de oposição em relação à gestão da época tem destaque, na afirmativa de que o compromisso da Chapa é de renovação, com a utilização do verbo “recuperar”, indicando uma ação contrária anterior, e pela “concentração de poder e recursos na Reitoria” e no “enfraquecimento das Unidades”, a mesma questão de relacionamento entre unidades e reitoria já citada.

Mais que apresentar, nessa carta, que marca a proximidade da eleição, a Chapa 03 explicita suas idéias e as propostas de ação para o corpo docente. É uma maneira de mostrar conhecimento (saber) e atitude (vontade política), que poderia causar algum impacto nas urnas.

Novamente, a chapa se utiliza do recurso gráfico do negrito para dar destaque aos pontos principais do discurso, destacando as três premissas citadas no segundo parágrafo e detalhadas nos parágrafos seguintes:

- ▶ organizar as atividades da Universidade de modo que o professor possa também organizar seu próprio tempo;
- ▶ apropriar o trabalho real do professor;
- ▶ adotar critérios qualitativos.

Na seqüência, aparecem negritadas: “alocação de vagas”, “concursos, afastamentos [e] progressões”, “regime de trabalho”, “burocracia acadêmica” e “planejamento acadêmico consistente”. Essas palavras ou expressões funcionariam como palavras-chave, destacando-se graficamente (em virtude do negrito) em relação ao texto como um todo. Desse modo, seriam índices de leitura para leitores menos interessados ou desinteressados, que poderiam ter sua atenção captada pelo destaque de algum termo em virtude de questões pessoais.

No penúltimo parágrafo, a Chapa afirma que orienta as propostas para que “propiciem o crescimento harmônico das pessoas, das áreas de conhecimento e da UFMG como um todo.” Essa gradação é importante porque sinaliza que cada um e todos serão beneficiados se a Chapa obtiver êxito nas urnas, revelando mais uma vez a importância da relação entre as instâncias pessoais (individuais) e coletivas.

Essa carta se difere das duas anteriores, constitutivamente, em virtude de ser uma reprodução fotocopiada em papel 75 g/m², contendo as assinaturas dos candidatos da Chapa, enquanto as primeiras foram impressas em papel jornal e apenas continham os nomes dos candidatos. Isso sinaliza a possibilidade de uma produção mais rápida, mais pertinente ao prazo disponível para sua circulação (“A poucos dias do primeiro turno da eleição[...]). Se por um lado

peça pela qualidade gráfica do símbolo que identifica a chapa, revela, por outro, uma originalidade e uma adaptação discursiva ao momento real que antecedia o pleito.

A argumentação retórica parte de um *ethos* comprometido com a causa universitária, com a “renovação da UFMG”. Esse *ethos* crítico e transformador ativará um *pathos* semelhante, que não se identifique com a então gestão da universidade e que almeje novos caminhos para a administração universitária, por meio de um *logos* concreto e comprovável. O *topos* é o da pessoa, uma vez que toda a ação é pensada a partir do professor e da importância dele nas “transformações demandadas pelo Brasil”. Surge, novamente, a questão do agente histórico, que não apenas votará em uma eleição, mas que poderá decidir o futuro da nação.

CAPÍTULO 4 – DAS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

A força do agressor tem na oposição de que precisa uma espécie de medida; todo crescimento se revela na procura de um poderoso adversário – ou problema: pois um filósofo guerreiro provoca também os problemas do duelo. A tarefa não consiste em subjugar quaisquer resistências, mas sim aquelas contra as quais há que investir toda a força, agilidade e mestria das armas – subjugar adversários iguais a nós... Igualdade frente ao inimigo – primeiro pressuposto para um duelo honesto.

Friedrich Nietzsche

4.1 AS CARTAS AOS ESTUDANTES

As cartas aos estudantes têm um caráter mais convidativo do que propositivo, uma vez que são focadas mais no chamamento dos discentes para o processo eleitoral, restando pouco (ou quase nada) para a apresentação de propostas concretas.

A Chapa 01 se limita a conclamar os alunos, parte do destinatário da carta, a participarem das eleições, expressando o “desejo de novos rumos” com o voto. A Chapa 02 apresenta um discurso humanista, almejando um projeto fraterno, solidário, capaz de envolver os alunos para que esses possam contribuir com a riqueza que lhes é peculiar: “generosidade” e “inconformismo”. É feito o chamamento às urnas, com a certeza de que os candidatos ficarão “muito felizes” com o voto de confiança, que se traduza em voto eleitoral.

A Chapa 03 busca um discurso que exige mais participação dos alunos, apresentando questões polêmicas e de difícil solução, como a questão das cotas para negros e índios e a flexibilização curricular. Diferentemente das chapas anteriores, o chamamento não é direcionado às urnas, mas à campanha (“engajar-se em nossa campanha desde já”), o que postula um maior envolvimento discente. A idéia do voto como solução rápida e decisiva é substituída pela participação no processo, remetendo a tudo que o envolve: debate, discussão de idéias, militância, etc., que ao término será transformado em voto.

A perspectiva da Chapa 03 em relação aos alunos era de um agente transformador, o que implicaria o engajamento na campanha, e não apenas um dado contabilizante para o resultado das urnas. A perspectiva da Chapa 02, ao dizer “venham ajudar”, “tragam suas concepções, suas experiências, seus pontos de vista”, é menos associativa do que a da Chapa 03, uma vez que abre a participação pontual do aluno, sem um engajamento. Desse ponto de vista, o discurso da Chapa 02 seria mais facilmente adequado à agenda do aluno, diferentemente da Chapa 03.

Considerando as cartas no conjunto, o que as distingue substancialmente é a concepção de *pathos* utilizada pelas Chapas, ao que diferirá, em consequência, o *logos*. A Chapa 01 busca um auditório de iguais, ou seja, um auditório particular, considerando, talvez, os alunos como profissionais de saúde, repercutindo assim um *ethos* profissional (douto). A Chapa 02 busca a

afinidade e a afetividade do auditório por meio de palavras “amigas” e de valorização do ser humano, o que modela um *ethos* socialmente responsável. A Chapa 03 busca o debate e o engajamento dos alunos em questões difíceis, verdadeiras e próximas, e que, como tais, não podem ser proteladas, imaginando um *pathos* ativo e crítico, implicando um *ethos* de liderança.

Todas as cartas se pautam pela razão estratégica, pois visam ao voto dos alunos, destacando a carta da Chapa 03 por ser a menos direta nesse sentido, abrindo um espaço comunicativo em prol de um consenso com os alunos.

4.2 AS CARTAS AOS TA

Novamente, a constituição do *pathos* repercute o *logos* e o *ethos*, demonstrando como as campanhas foram focadas em perspectivas idênticas para os três grupos, o que revela uma maior percepção social do que uma percepção acadêmica.

A Chapa 01 projeta um *pathos* de iguais, de profissionais da área de saúde. Com a carta praticamente idêntica àquela destinada aos estudantes, a Chapa repete o mesmo *logos* e, por conseqüência, a mesma construção do *ethos*, mas erra ao utilizar um argumento que possui valor distinto para os profissionais de saúde envolvidos, esquecendo-se de que esse grupo não é homogêneo. A “reintrodução do voto paritário” é, de forma geral, bem-vinda pelos TA e descartada pelos docentes, o que divide o auditório em dois.

A Chapa 02 cria um *ethos* de sensibilidade social e projeta um *pathos* fraterno, na medida em que constrói seu *logos* a partir de uma orientação familiar. Familiar do ponto de vista de ser a UFMG uma grande “família”, em que o sucesso de uns é o sucesso de todos, de uma “engrenagem” composta de inúmeras peças, todas de grande importância, que deve ser harmônica para se desenvolver e evoluir.

Assim, a Chapa afirma que contribuir para a construção de uma “nação justa e soberana” é responsabilidade da UFMG, é o que “todos sonhamos”. A “UFMG” é utilizada metonimicamente, pois a responsabilidade da instituição é decorrente da responsabilidade da comunidade que a compõe, que se conclui pelo sujeito desinencial de “sonhamos”, ou seja, “nós” – comunidade acadêmica – devemos construir essa nação somando esforços.

No segundo parágrafo, ao dizer “os servidores técnicos e administrativos têm defendido uma idéia de universidade caracterizada por políticas baseadas no diálogo, na cooperação e na responsabilidade”, a Chapa 02 revela a sintonia entre as propostas dos servidores e as propostas defendidas por ela. O diálogo será a base de sustentação do reitorado do candidato, caso seja eleito, fato esse já demonstrado na campanha: “Temos falado muito [...]”.

Esse *ethos* de sensibilidade social, que busca uma interação mediada pelo diálogo, pelo debate (razão comunicativa), em prol de um bem comum – a UFMG e a nação –, somado ao *pathos* fraternal (afinal, são todos “filhos” da mesma instituição), que é civilizado (“diálogo”), participativo (“cooperação”) e ciente de seus deveres e direitos (“responsabilidade”), introduz um *logos* doméstico, no sentido de ser um assunto que é de conhecimento de todos.

Na condição de doméstico, perde seu caráter político, ainda que seja a característica que lhe confira existência, porque assuntos “familiares” são de interesse de todos e deles não se pode omitir. É a razão estratégica transfigurada discursivamente em razão comunicativa.

A Chapa 03 afirma um *ethos* de “chefe” (segundo denominação de CHARAUDEAU, 2006), na medida em que se utiliza da carta para relatar as questões cotidianas dos TA (conhecimento de causa) e propor mudanças que visem a reparos ou melhorias no dia-a-dia desses servidores (vontade e ação administrativas), colocando-se em uma posição híbrida de *guia* e de *comandante*.¹⁷ Com a proposição desse *ethos*, caberia ao *pathos* a adesão integral para que a relação líder e liderado se concretizasse efetivamente.

A Chapa 03 trabalha com uma idéia de “família UFMG”, assim como a Chapa 02, mas em outra composição estrutural. Ao dizer “[...] aponta para a diferença que há entre nós, servidores públicos de uma universidade, e os servidores de outros órgãos.”, unifica os servidores públicos de uma universidade em um mesmo grupo, que daria a professores e técnicos uma paridade constitutiva, ou, em outras palavras, grosso modo, que todos seriam iguais.

Nesse ponto, essa Chapa apresenta o *logos* implícito (a paridade do voto) como decorrente da interação entre *ethos* e *pathos*, *logos* esse de maior interesse e de muita importância para os TA. Na seqüência da análise, a Chapa executa um processo de diferenciação entre os servidores da UFMG e outros servidores públicos, procedendo à individualização em detrimento da massificação (atitude tão desejada na sociedade contemporânea e já abordada neste trabalho).

A família UFMG, para a Chapa 03, se configura segundo a orientação de um chefe que administra o lar, enfrenta os conflitos e fornece aos entes a condição de crescimento necessária. O reitor seria o pai em uma estrutural patriarcal democrática, em que os membros pudessem opinar e participar ativamente da construção (“compromissos que exigirão muito de nós”) dessa casa universitária.

Pelo tom de liderança, a carta se constrói sobre uma razão estratégica, de orientação teleológica, revelando ao auditório as benesses que todos teriam em virtude da vitória da Chapa 03: programas de saúde, creche e acesso à educação, cultura e benefícios sociais, assim como os

¹⁷ O *guia*, segundo Charaudeau (2006, p.154), seria “um ser superior capaz de guiá-lo [o grupo social] em meio aos acasos do tempo, à fortuna da vida e às peripécias do mundo.” O *comandante* “deve ter uma visão clara do que faz a diferença entre o bem e o mal, e, conseqüentemente, ao dizer-se esclarecido por uma força sobrenatural, indicar a via que segue para combater as forças do mal.” (p.159)

salários, as funções gratificadas, etc. Uma “Universidade viva, forte, atuante, digna e socialmente responsável”, ou seja, o *mundo da vida* acadêmico era a proposição da Chapa 03.

4.3 AS CARTAS AOS PROFESSORES

O segmento mais importante da eleição, em virtude da proporção eleitoral do voto, foi – discursivamente – subestimado pela Chapa 01, priorizado pela Chapa 02 e equiparado aos demais pela Chapa 03. Nesse momento, uma vez que candidatos e eleitores se encontravam no mesmo estrato acadêmico, o *ethos* e o *pathos* deveriam estar conceitualmente próximos para que o *logos* se constituísse em uma relação horizontal, de iguais para iguais, e não em posição vertical, de reitores para professores.

Essa proximidade entre *ethos* e *pathos* é postulada por Amossy (2005, p.124): “pode-se dizer que a construção discursiva do *ethos* se faz ao sabor de um verdadeiro jogo especular. O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público.” Acrescentando-se a afirmação de Eggs (2005, p.31): “O lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele.”, construímos o complexo quadro retórico. Os três elementos do quadro retórico precisam estar em equilíbrio, para que o discurso seja eficaz e eficiente: eficaz para acionar e envolver as instâncias envolvidas, e eficiente para obter os resultados desejados.

Isso posto, a Chapa 01 se equivocou ao considerar os TA como semelhantes aos professores, em um mesmo auditório particular, por repetir o mesmo discurso para os três segmentos e por construir esse discurso de forma mais técnica e direcionada ao *Campus* Saúde. Ao se utilizar de um *logos* mais especializado, limitou a participação do *pathos*, ao mesmo tempo em que excluiu parte significativa dele, seja por ação ou por omissão (de cada uma das partes), tornando a figura de seu *ethos* confusa e difusa.

A Chapa 02, como já foi dito, ao produzir cartas para TA e estudantes e um pequeno material “aos servidores docentes”, orientou sua campanha aos professores. O que, inicialmente, parece um equívoco é uma estratégia comunicativa, por marcar os acessórios e não o essencial de sua ação eleitoral. Nesse parágrafo de “Aos servidores docentes”, a Chapa busca um diálogo entre iguais e se mostra sensível às questões desse segmento, não só por ser parte dele, mas também por reconhecer a “elevada qualidade” decorrente do trabalho dos professores. *Ethos* e *pathos* estão próximos e o *logos* é familiar a ambos, sem ruídos e breve para não comprometer “a carga de trabalho que incide sobre cada um de nós” e “o tempo para a reflexão”.

A Chapa 03 orienta a construção do *ethos* cômico e prático, na medida em que revela o conhecimento do cotidiano dos professores e, por consequência, das dificuldades que a profissão acarreta: se mostra apta para resolver ou, pelo menos, abrir canais de comunicação que possibilitem a superação dessas questões. O *pathos* proposto é idêntico ao *ethos*, somando-se criticidade e idealismo universitários, o que introduz um *logos* baseado em questões cotidianas e práticas.

A carta se baseia em uma razão estratégica, de cunho teleológico, pois visa a fins bem definidos e não busca um consenso explícito (também não pede o voto), mas aquele decorrente da ação afirmativa de confiança na proposta, traduzida em voto eleitoral.

4.4 AS CARTAS E AS VISÕES DOS SEGMENTOS

As cartas identificam, de maneira aproximada, a imagem que as chapas criaram de seus auditórios e de quais lugares do preferível (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005) elas se posicionavam para fazê-lo. Desse modo, a Chapa 01 buscou os iguais da área de saúde, utilizando o lugar de essência e o lugar da pessoa, orientado (o primeiro) pela superioridade de um padrão de qualidade (a excelência das pesquisas e importância social da área da saúde) e (o segundo) pelo mérito e pelo reconhecimento nacional e internacional desses pesquisadores.

A Chapa 02 construiu seu auditório a partir de um eleitor médio, que identificava as qualidades da gestão vigente, mas percebia que havia algo a ser melhorado. Nesse pensamento, não surge uma ruptura, mas uma gradação baseada na continuidade de um trabalho sério e responsável. A Chapa, nas cartas de campanha, não apresenta propostas detalhadas ou explícitas de um futuro reitorado, mas busca sempre o lado de “humanidade” do eleitor para uma construção conjunta dessa “utopia”, dessa caminhada “com os pés no chão”. O lugar do existente, então, é a opção essencial da Chapa 02, postulando que o real é melhor que o impossível.

Pode parecer contraditório, já que a chapa se estrutura em torno da “utopia”, que possui, entre os seus significados, o de “projeto de natureza irrealizável” (HOUAISS, 2004. p.2817). Como o real seria melhor que a utopia, que é o lema da campanha? Partindo dessa concepção, entende-se facilmente o lema da Chapa 02, que possui uma inversão de ordem em “Utopia. Com os pés no chão”.

A “utopia” é o primeiro elemento do lema, mas é a consequência do segundo, “Com os pés no chão”. A proposta da Chapa 02 é o diálogo entre os segmentos para a construção de uma Universidade “justa e soberana”, reflexo de uma nação que se almeja, e que será o resultado de um trabalho coletivo, de uma “caminhada” cooperada e responsável. Assim, o primeiro elemento

para a construção dessa instituição desejada é ter os pés no chão, condição básica para se iniciar a caminhada.

O impossível só é impossível até que alguém o consiga, o conquiste ou o faça, e dessa forma será a utopia. A utopia torna-se, então, um estado temporal, dinâmico, não uma verdade sempiterna, valorizando ainda mais a Chapa 02 ao se propor mostrar que o impossível é possível.

Quanto à Chapa 03, ela se fundamenta na pretensão de validade que o sujeito acadêmico é crítico, justo e está disposto a construir o ideário de liberdade, justiça e responsabilidade social. Não por outros motivos assuntos polêmicos são chamados à terna das cartas, ao mesmo tempo em que são discutidos problemas cotidianos – de ordem prática e/ou administrativa – do universo acadêmico.

Dessa pretensão da Chapa 03, são acionados o lugar da ordem e o lugar da essência. O lugar da ordem sinaliza a importância da vitória da Chapa e do voto dos eleitores para a construção de uma Universidade melhor, assim como uma Universidade mais sólida, aberta e justa propiciará a todos uma vida mais justa e digna.

Em perspectiva diferente da Chapa 01, o lugar da essência utilizado pela Chapa 03 postula a criticidade do sujeito acadêmico, assim como o desejo que ele tem de mudar o mundo, tornando-o (o mundo) mais justo e solidário. Essa essência está diretamente relacionada a uma função, qual seja a social, como afirma a chapa na carta aos estudantes “nós, que hoje ou no passado tivemos a chance de estudar aqui, recebemos a nossa cota de justiça. Nosso compromisso social deve ser, portanto, lutar para estender esse direito à maioria dos jovens brasileiros.”

Há ainda que se destacar que o lugar da qualidade é utilizado explicitamente pela Chapa 01, ao dizer que há uma “escassa mobilização e envolvimento” por parte dos eleitores. Não se trata aqui de contestar os números ou um possível consenso, mas de alertar os leitores de que eles são os eleitores que podem mudar esse quadro quantitativo.

Considerando-se o histórico das eleições para a reitoria da UFMG, as chapas de oposição deveriam ocupar o lugar da quantidade, uma vez que a participação percentual dos segmentos é relativamente baixa (exceção aos professores). A chapa de situação, em geral, não se preocuparia com esse lugar em virtude de uma inércia (aqui entendida como a força que faz com que um corpo em movimento se mantenha em movimento, ou que um corpo estático assim se mantenha) política, além de contar com as benesses da estrutura administrativa vigente.

De qualquer modo, tanto a Chapa 02 quanto a Chapa 03 guiaram estratégias para ocupar esse lugar da quantidade – que afirma que uma coisa é melhor que outra por razões quantitativas –, ainda que de forma não explícita, convidando o eleitor e o informando da importância de sua

participação no pleito. A quantidade de votos não só venceria a eleição, mas também conferiria apoio e credibilidade à nova reitoria, explicitando a sintonia entre as propostas apresentadas e o anseio da comunidade acadêmica.

Analisadas as cartas individualmente, passa-se à análise conjunta das mesmas, considerando-se, em um primeiro momento, aquelas direcionadas a um mesmo segmento e, em seguida, a relação entre os diversos segmentos.

4.5 DIFERENCIAÇÃO

Durante um processo eleitoral, mesmo com cada chapa possuindo suas especificidades, faz-se necessário que cada uma delas busque e apresente elementos de diferenciação em relação às demais, ou seja, que se crie uma identidade própria e se torne reconhecida pelos eleitores. Como bem sintetiza o aforismo de Nietzsche (2003, p.132): “Devemos não apenas tocar bem, mas igualmente fazer com que nos ouçam bem.”

Lessa (2007, p.91), sobre o processo de diferenciação, afirma:

O processo de diferenciação abrange operações de marcação de fronteiras (eu/nós); inclusão/exclusão, avaliação (bom/mau). A diferença seria o processo pelo qual a identidade se configura. Trata-se de tomar aquilo que se é como norma pela qual se descreve ou se avalia aquilo que não se é.

Por identidade, Lévi-Strauss (*apud* ORTIZ, 1997, p.137) entendia “uma entidade abstrata sem existência real, muito embora indispensável como ponto de referência.” Assim, a identidade é resultante de um processo discursivo, em que afirmativas pontuais se encadeiam e criam uma entidade que, não necessariamente, corresponde ao ser de referência.

Além disso, a identidade, apesar de ser um processo interno da entidade ou do indivíduo, só se realiza em virtude de um processo externo, de relação com um outro, que possibilite uma diferenciação entre as duas instâncias: *eu* e *ele*(outro), *interno* e *externo*. Isso pressupõe o conhecimento do outro para o conhecimento de si mesmo e, levando-se esse preceito para o campo do processo político, o acompanhamento da campanha adversária para que a própria campanha seja bem orientada, buscando as lacunas e as inconsistências dos adversários, reduzindo as próprias incorreções e focando as questões que agregam apoios e votos entre os eleitores.

Além disso, não é possível ocorrer uma diferenciação sem que haja valoração das partes, pois diferenciar-se pressupõe a utilização de conceitos duais: mais e menos, presença e ausência, maior e menor, quente e frio, pertinente e não pertinente, explícito e implícito, etc. Essa relação opositiva é definida por Koselleck (2006, p.195) como **conceitos antitéticos assimétricos**, que “determinam uma posição seguindo critérios tais que a posição adversária, deles resultante, só

pode ser recusada. Nisto reside sua eficácia política, mas ao mesmo tempo também a dificuldade para serem aplicados ao conhecimento científico”.

A título de exemplificação, citaremos aqui a análise de Koselleck (2006, p.197-200) a respeito da constituição semântica e discursiva dos termos *helenos* e *bárbaros*:

As palavras já existiam antes que sua polaridade fosse assumida. Todos os que não eram gregos já eram considerados bárbaros antes de os próprios gregos se entenderem pelo nome coletivo de helenos. [...] Os bárbaros eram não-gregos, estrangeiros, e isto não apenas em sentido formal: como estrangeiros, eles carregavam consigo uma determinação negativa.

[...] A natureza, portanto, separou de tal modo helenos e bárbaros que sua diferença ajuda a fundamentar tanto a constituição interna quanto a política externa. Se Platão quis transferir a guerra civil da Grécia para o Oriente, Aristóteles superpunha os âmbitos de legitimação: a assimetria dos conceitos antitéticos garantia o predomínio dos cidadãos helênicos, tanto para baixo quanto para fora.

Por meio do conceito de “pares antitéticos”, de Koselleck, podemos, então, descrever alguns processos argumentativos constantes nas cartas de todos os candidatos a reitor. A palavra “universidade” exemplifica esse procedimento discursivo no qual os “conceitos opostos antitéticos” constituem “uma unidade de ação política e social e só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma”. (2006, p.192)

É nessa contraposição “inclusão/exclusão” ou “negação/afirmação” que os pares opostos antitéticos estruturam processos argumentativos e semânticos através dos quais o discurso se organiza. A expressão “universidade”, na fala dos candidatos, constrói um sentido privilegiado para a universidade enquanto instituição social. Nesse aspecto, o apelo à importância da universidade, no contexto de outras instituições sociais, sobressai, para os eleitores, como uma ação de responsabilidade social e cidadã, afinal, votar na chapa correta, ou escolher o melhor reitor, equivale a valorizar a universidade no universo das outras instituições sociais.

Assim, o conceito de Universidade, no discurso das cartas, reveste-se de certos atributos que são, implicitamente, negados ou ausentes em outras instituições que não a universitária, sugerindo uma argumentação retórica. Constrói-se, portanto, uma auto-imagem da instituição e do candidato a reitor, projetando o sentido de uma oposição assimétrica na qual a universidade aparece revestida de uma missão histórica. A semântica desse contraconceito sedimenta a idéia de progresso, modernidade, prerrogativa, nos discursos dos candidatos da Universidade.¹⁸

Vemos nas cartas uma afirmação de ser a Universidade um local privilegiado, que possui a missão de mudar o país, de apresentar soluções para os problemas nacionais e de formar o corpo cidadão da nação.

¹⁸ Quanto a isso, queremos salientar a importância dessa estratégia argumentativa na constituição do *ethos* fundamentada no respeito e credibilidade do orador.

Há muitos desafios relacionados à missão da universidade, este local privilegiado do pensamento inquieto, do ensino de qualidade e democrático, da pesquisa de relevância e da extensão referencial, da discussão política e da participação efetiva na definição de um verdadeiro projeto de país, no enfrentamento das graves disparidades nacionais. (Chapa 01 – Carta aberta aos servidores Técnico-administrativos e docentes da UFMG)

A universidade deve a este país o compromisso com a formação do estudante, tornando-o não apenas habilitado com excelência, mas ainda um indivíduo crítico, transformador, comprometido com o avanço da cidadania e da justiça social. [...] Entendemos que democracia e civilização integram aquilo que a humanidade carrega enquanto esperança, na forma de utopia, e têm a função de apontar uma direção. As pequenas ações de cada dia, referenciadas nesses valores, adquirem a grandeza de representarem minúsculos fragmentos do maior projeto do homem. Nesse contexto, entendemos que a universidade aponta para tal bem maior [...]. (Chapa 02 – Mensagem aos Estudantes)

[...] para que a Universidade atinja seus objetivos como uma instituição autônoma e engajada nos processo de transformação do país e do mundo. [...] Para que possamos coletivamente fazer da UFMG uma instituição consciente de seu papel e comprometida com o Brasil. (Chapa 03 – Carta aos estudantes)

A Universidade, desse modo, é elevada à condição de instituição de suma importância dentre as demais existentes (família, comunidade, igreja, entre outras) por seu caráter acadêmico e transformador, peça-chave para o desenvolvimento do país. Nesse movimento discursivo, marginaliza outras instâncias e volta os olhos para si mesma como meio e fim de um processo de transformação e/ou criação social e nacional. Como afirma Koselleck (2006, p.192), “nesses casos, um grupo concreto reclama o direito exclusivo à universalidade, aplicando um conceito lingüístico apenas a si próprio e rejeitando qualquer comparação. As autodeterminações desse tipo produzem conceitos opostos que discriminam os excluídos.”

Nesse contexto, a chapa se amalgama, no discurso político dos candidatos, à instituição social universidade, construindo uma argumentação polarizada em pares antitéticos nos quais para se valorizar a universidade e a responsabilidade do voto, marginaliza-se ou diminui-se a importância de outras instituições sociais. Assim sendo, o voto e a campanha pela reitoria revestem-se da valorização em relação ao Outro.

A expressão “cidadania universitária”, da Chapa 02, ilustra perfeitamente essa discussão.

Temos falado muito na necessidade de construir o que chamamos de cidadania universitária, um conceito que nos é muito caro e que a todos diz respeito. Além de estar presente nas relações de trabalho, se desdobra em várias direções, de espaços de convívio ao lazer, da cultura à atenção à saúde, de programas de desenvolvimento pessoal a iniciativas de desenvolvimento profissional. (Chapa 02 – Carta os Servidores Técnicos e Administrativos)

A cidadania universitária está vinculada à idéia de “construção da nação justa e soberana com que todos sonhamos”, presente no primeiro parágrafo da carta aos TA, que permitirá ao cidadão universitário meios e modos mais eficazes de contribuição do que aquele cidadão não universitário. Portanto o *ethos* projeta em si uma identificação coletivamente partilhada por um

pathos que a ele se associa e assim se diferencia do outro. Provavelmente, esse é o ponto fundamental do discurso das cartas, pois vemos uma “semelhança na diferença”, paradoxo que cria “a política na ciência”, um discurso refinado pela sutileza das argumentações.

Assim, as Chapas constroem seus discursos a partir de pares antitéticos opositivos: a Chapa 01, a partir do *Campus* Saúde em oposição aos demais *campi*, com destaque para o *Campus* Pampulha; a Chapa 02, entre o cidadão universitário e o cidadão nacional¹⁹; e a Chapa 03, entre aqueles que representam a administração de então e os que buscam novas possibilidades. Toda essa diferenciação se constitui em detrimento do outro, do diferente, uma vez que todas buscam personalizar em si mesmas as virtudes e os valores mais desejados.

Vale ressaltar a relação teórica, presente neste trabalho, entre *identidade* e *auditório universal*, na perspectiva de que ambos são construções abstratas, sem referência real concreta, mas imprescindíveis na elaboração de um discurso que se proponha a ser persuasivo. Nesta análise, os dois elementos interagem entre si de forma ininterrupta e construtivamente recíproca, na perspectiva de que a identidade é criada de acordo com um auditório que se pretende atingir, assim como o auditório se constitui segundo uma identidade que lhe seja reconhecível.

4.6 AS DIFERENCIAÇÕES

A Chapa 01 buscou sua identidade a partir do *Campus* Saúde, numa clara opção de um projeto que se iniciasse com o específico (o semelhante, o profissional da saúde – em relação ao Prof. Dirceu Greco) para o geral (o outro – as demais unidades da Universidade), utilizando os cursos da área de ciências Biológicas – Odontologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – como entrada (ponte) para o *campus* Pampulha.

As cartas explicitaram a oposição da Chapa em relação à reitoria de então, como já foi demonstrado, tornando-se, de certa forma, “a” chapa de oposição, em virtude da relação imagética da Chapa 03, também de oposição, à reitora Ana Lúcia Almeida Gazzola. Além disso, optou por usar a cor vermelha como referência, o que simboliza, historicamente, os movimentos políticos de oposição a um regime estabelecido, ainda que a história recente tenha derrubado tal conotação.

O discurso da Chapa 02 se constituiu como representante do imaginário da tradição. Na medida em que representava a situação vigente, com o apoio da então reitora, a chapa propõe um discurso modernizante sem a modernidade. Modernizante na perspectiva de melhorar as formas já existentes, de abraçar as benesses que as novas tecnologias oferecem e que a sociedade clama,

¹⁹ *Cidadão nacional*: essa nomenclatura limita-se, estritamente, à confrontação teórica deste trabalho entre o cidadão da Universidade e todos aqueles que estão fora dela.

de aperfeiçoar a instituição. Refuta a modernidade enquanto representante (desumano) de um processo de ruptura, mais próxima talvez do sentido de “revolução”.

O que quer que ande sobre duas pernas é inimigo, o que quer que ande sobre quatro pernas, ou tenha asas, é amigo. Lembrai-vos também de que na luta contra o Homem não devemos ser como ele. Mesmo quando o tenhais derrotado, evitai-lhes os vícios. Animal nenhum deve morar em casas, nem dormir em camas, nem usar roupas, nem beber álcool, nem fumar, nem tocar em dinheiro, nem comerciar. Todos os hábitos do Homem são maus. E, principalmente, jamais um animal deverá tyrannizar outros animais. Fortes ou fracos, espertos ou simplórios, somos todos irmãos. Todos os animais são iguais. (ORWELL, 2003, p.13)

Assim, a Chapa 02 não visava a uma revolução, mas à permanência, à conservação (melhorada) da realidade universitária.

A utilização das cores azul e branco como índice da Chapa remete à paz e à tranquilidade, sentimentos esses que corroboram a proposta de “não-revolução”. As cores do céu são utilizadas numa referência à utopia do lema de campanha, sinalizando que ele (o céu) pode ser integrado ao cotidiano, não sendo “o limite”.

A Chapa 03 busca um discurso de oposição, demonstrando claramente seu pensamento contrário à reitoria de época e buscando desvincular a imagem da candidata – a vice – da gestão Ana Lúcia Almeida Gazzola. Posicionava-se a favor do voto paritário, apesar de não citar tal posicionamento, de maneira explícita, em nenhuma das cartas analisadas.

No material analisado, sempre há críticas à reitoria, mostrando a cada segmento os pontos em que a gestão de então se omite ou não age corretamente e indicando o que pretende a Chapa, se eleita. Com críticas pontuais e em tom moderado, no início da campanha, a Chapa 03 parte para um tom mais agressivo nas vésperas do pleito, conforme se pode observar nos “panfletos coloridos” – que serão abordados no próximo capítulo. (cf. anexo 9)

A Chapa 03 utiliza duas cores como referência própria: o verde (suporte) e o vermelho (destaque). O símbolo circular, de fundo verde, com letras azuis para os nomes dos candidatos e letras vermelhas para o lema de campanha (“Pense bem”) dá destaque ao número da Chapa e ao lema. Desse modo, a Chapa 03 postula um pedido, uma ordem, ao utilizar o verbo flexionado no imperativo (Pense), criando uma gradação em relação à Chapa 01: mais que “pensar”, é preciso pensar “bem”.

Nessa análise, destaca-se que a Chapa 01 utilizou dois verbos de ação no infinitivo (*pensar* e *construir*), enquanto a Chapa 02 não fez uso de verbos, mas de um substantivo – *utopia* – e uma expressão adverbial – *com os pés no chão*. Os campos semânticos a que se referem o lema da Chapa 02 são distintos e mesmo contraditórios, o que por si só já implica uma reflexão mais elaborada para se buscar o entendimento.

Toda essa simbologia é resultante de um *imaginário sociodiscursivo*, que, segundo Charaudeau (2006), é o processo de construção do real como universo de significação por meio de textos, ditados, *slogans* e enunciados interdiscursivos, segundo um princípio de coerência.

Talvez o imaginário sociodiscursivo em questão postule que a realidade e os fatos já caminhem bem, necessitando apenas de alguns reparos/retoques. Desse modo, as chapas 01 e 03, que propunham novas formas de pensar e de fazer, na condição de oposição à reitoria de então, poderiam ser vistas como ameaça à tradição, que é um paradoxo acadêmico.

A tradição é um paradoxo acadêmico, pois a Universidade é o local de pesquisa, e por conseqüência, da inovação. Inovação essa que vai suplantar as formas vigentes, construindo novas estruturas que durarão até serem obsoletas por novas descobertas e invenções. É o choque entre a tradição pessoal (professoral) e institucional e a inovação científica que estrutura e mantém o ambiente acadêmico, fato esse que explicaria a refutação de uma “revolução”.

4.6.1 A DIFERENCIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Dentro desses processos de diferenciação citados, há que se destacar o da diferenciação da Instituição, uma vez que se diferencia o membro da comunidade acadêmica dos indivíduos que não fazem parte desse grupo.

Em todas as cartas, a UFMG²⁰ é apresentada como uma instituição ímpar, com padrões de excelência e de responsabilidade social sem semelhantes em nossa sociedade. À UFMG, pelas cartas, cabe o papel de intermediar questões nacionais e internacionais relacionadas à saúde (Chapa 01), de promover e de construir uma “nação justa e soberana” (Chapa 02) e de engajar-se nos “processos de transformação do país e do mundo” (Chapa 03).

Dessa perspectiva, a Universidade Pública de excelência (a UFMG) se torna a instituição mais importante da sociedade, constituindo-se um lugar privilegiado para que ações desse porte possam ser pensadas e desenvolvidas. Isso implicará o engrandecimento de toda a comunidade acadêmica, uma vez que as mentes mais brilhantes estarão ali concentradas, trabalhando para o desenvolvimento do país e no enfrentamento das questões sociais.

Isso posto, torna-se nítido que todo o discurso das cartas é político e científico simultaneamente, em que as várias esferas científicas são acessadas de acordo com uma necessidade política, e vice-versa. O discurso científico é, por natureza, político, na medida em que requer um conjunto de normas e saberes que visa à obtenção de um resultado, direta ou indiretamente, vinculado a uma ordem social, e que se torna representante dessa ordem em uma

²⁰ A UFMG, nesse caso, é tomada como Universidade Pública, personalizando-se em virtude de sua localização geográfica.

instância superior, no contexto de uma estrutura administrativa hierarquizada. Esse postulado é uma variação discursiva do conceito de discurso político apresentado por nós no capítulo 1 deste trabalho.

CAPÍTULO 5 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terei alcançado meu propósito se meus resultados forem julgados sugestivos. Se, além disso, forem considerados provocantes, tanto melhor; neste caso, tenho uma certa esperança de que, do choque de opiniões, resultem óbvias as soluções mais adequadas para os problemas aqui levantados.

Stephen Toulmin

A proposta deste trabalho é analisar as cartas de campanha dos candidatos à reitoria da UFMG em 2005, apresentando elementos que contribuam para a análise do processo de escolha como um todo, em uma perspectiva macro. Não é possível, nem mesmo é nossa pretensão, afirmar que o resultado das eleições foi decorrente, exclusivamente, da utilização das cartas e do impacto causado por elas nos eleitores.

Muitos fatores são ponderáveis em uma eleição e a tentativa de análise de todos eles é vã, uma vez que alguns são de ordem pessoal, individual, mas crescem ao ponto de se tornarem coletivos, identificados com um grupo ou uma comunidade, que, não raramente, desconhece a origem daquele fato. Como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.23): “a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas.”

Além disso, há os debates políticos, em que as chapas se confrontam discursivamente, num movimento dialético que propicia aos eleitores uma oportunidade de análise mais acurada de candidatos e propostas. Papel incontestável também desempenha a militância partidária em uma eleição, no percurso da campanha corpo a corpo, na conquista de votos, na afirmação de idéias, no acompanhamento das campanhas nas esferas de menor proporção, seja ela uma família, uma igreja, um bairro, o que se poderia chamar de microestruturas. No caso em análise, a militância não seria partidária, mas possuiria o mesmo sentido, pois ocorreria em função de cada uma das chapas.

As alianças também são fundamentais porque propiciam a união de grupos, vinculados a correntes distintas, em prol de um mesmo candidato, de uma mesma proposta. Em um ambiente de grandes proporções, como o da UFMG, nem todos os eleitores conheceriam todos os candidatos, mas o apoio de um professor ou de um colega a um determinado candidato poderia sinalizar o caminho do voto desse eleitor indeciso.

O apoio de ex-reitores ou de professores eméritos também é relevante, uma vez que são ícones da instituição ou mesmo de uma unidade acadêmica, representantes de uma experiência ou de um conhecimento altamente refinados, que não podem e não devem ser esquecidos. Aqui,

retoma-se o tema da tradição, já analisado anteriormente, demonstrando ser a Universidade um espaço de valorização e reconhecimento daqueles que ajudaram a construir o seu nome.

Isso posto, as cartas se tornam índices importantes na análise da campanha eleitoral, incapazes, porém, de explicar o processo em toda sua extensão e nuances, o que não as impede de serem tomadas como ponto de partida e estudo para futuras disputas no âmbito da UFMG.

5.1 OS RESULTADOS

O resultado final da eleição à Reitoria apontou a vitória da Chapa 02, composta pelos professores Ronaldo Tadêu Pena e Heloisa Maria Murgel Starling, com ampla vantagem no cômputo geral. Em segundo lugar ficou a Chapa 03, composta pelos professores Jacyntho José Lins Brandão e Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin, e em terceiro lugar, a Chapa 01, composta pelos professores Dirceu Bartolomeu Greco e Antônia Vitória S. Aranha. O quadro abaixo demonstra o resultado final da eleição, explicitando a participação percentual dos três segmentos no processo de escolha do novo reitor.

Total de Votos Apurados sem ponderação	Chapa 01	Chapa 02	Chapa 03	Brancos	Nulos	Votaram	Aptos	Percentual
Docente	355	989	408	18	37	1.807	2.432	74,30%
Técnico e Administrativo	746	730	757	71	144	2.448	4.373	55,98%
Discente	1.856	3.229	2.133	66	149	7.433	30.561	24,32%
Totais	2.957	4.948	3.298	155	330	11.688	37.366	31,28%

Quadro 3 – Resultado final da eleição à Reitoria da UFMG, em 2005
Fonte: <http://www.ufmg.br/eleicoes2005>. Acesso em 11 nov. 2005.

A análise quantitativa não é proposta deste trabalho, mas vale destacar alguns dados no resultado final. A Chapa 02, vitoriosa no cômputo geral, ficou em terceira colocação no segmento dos TA, ainda que diferença reduzida separasse as três chapas, enquanto a mesma Chapa 02 obteve mais do dobro do número de votos de docentes em relação à segunda colocada, Chapa 03, número esse superior à soma das duas outras chapas juntas. Além disso, a Chapa 02 obteve mais de 50% (cinquenta por cento) a mais de votos discentes que a segunda colocada, Chapa 03.

O fato mais relevante, contudo, decorrente da análise do resultado final, para este trabalho, é o percentual de comparecimento às urnas. Em valores arredondados, de cada quatro professores, um não foi às urnas; dentre os TA, esse índice é de dois a cada cinco e entre os alunos, de apenas dois a cada dez, o que propicia um resultado global de apenas três eleitores votantes a cada dez aptos a votar.

Isso sinaliza, dentre várias análises, que a eleição para a reitoria não suscita grandes paixões no eleitorado, mesmo que haja paixões grandes naqueles que militam nesse processo eleitoral.

Ainda sobre o resultado, revela certo desinteresse político por parte da comunidade acadêmica, o mesmo que permeia a sociedade brasileira em geral, diferentemente quantificado nas eleições legais brasileiras em virtude da obrigatoriedade do voto. Aqui, reforça-se a análise que os universos individuais se sobrepõem aos universos coletivos, que gabinetes, laboratórios e salas de aula são mais importantes do que o espaço que os abriga.

Outro dado importante a se destacar é o resultado das chapas em relação à Unidade acadêmica de origem do candidato a reitor de cada Chapa, apresentados nos quadro abaixo.

Identificação			Votos Computados						
Local	Nome	Segmento	Chapa 01	Chapa 02	Chapa 03	Branco	Nulos	Total	
25	Faculdade de Medicina	Docente	89	191	14	1	5	300	
		TA	40	11	12	6	12	81	
		Discente	224	287	22	0	6	539	
		Total	353	489	48	7	23	920	
		Percentuais de Votos Apurados por Segmento							
		Segmento	Chapa 01	Chapa 02	Chapa 03	Branco	Nulos	Total	
		Docente	29,67%	63,67%	4,67%	0,33%	1,67%	100,00%	
		TA	49,38%	13,58%	14,81%	7,41%	14,81%	100,00%	
		Discente	41,56%	53,25%	4,08%	0,00%	1,11%	100,00%	

Quadro 4 – Resultado final na Faculdade de Medicina
Unidade de origem do candidato da Chapa 01

Fonte: <http://www.ufmg.br/eleicoes2005>. Acesso em 11 nov. 2005.

Identificação			Votos Computados						
Local	Nome	Segmento	Chapa 01	Chapa 02	Chapa 03	Branco	Nulos	Total	
10	Pavilhão Central de Aulas	Docente	8	82	14	0	3	107	
		TA	8	24	4	1	2	39	
		Discente	20	596	17	7	6	646	
		Total	36	702	35	8	11	792	
		Percentuais de Votos Apurados por Segmento							
		Segmento	Chapa 01	Chapa 02	Chapa 03	Branco	Nulos	Total	
		Docente	7,48%	76,64%	13,08%	0,00%	2,80%	100,00%	
		TA	20,51%	61,54%	10,26%	2,56%	5,13%	100,00%	
		Discente	3,10%	92,26%	2,63%	1,08%	0,93%	100,00%	

Quadro 5 – Resultado final no Pavilhão Central de Aulas
Unidade de origem do candidato da Chapa 02

Fonte: <http://www.ufmg.br/eleicoes2005>. Acesso em 11 nov. 2005.

Identificação			Votos Computados						
Local	Nome	Segmento	Chapa 01	Chapa 02	Chapa 03	Branco	Nulos	Total	
15	Faculdade de Letras	Docente	6	12	66	0	1	85	
		TA	1	3	30	0	3	37	
		Discente	21	30	628	3	4	686	
		Total	28	45	724	3	8	808	
		Percentuais de Votos Apurados por Segmento							
		Segmento	Chapa 01	Chapa 02	Chapa 03	Branco	Nulos	Total	
		Docente	7,06%	14,12%	77,65%	0,00%	1,18%	100,00%	
		TA	2,70%	8,11%	81,08%	0,00%	8,11%	100,00%	
		Discente	3,06%	4,37%	91,55%	0,44%	0,58%	100,00%	

Quadro 6 – Resultado final na Faculdade de Letras

Unidade de origem do candidato da Chapa 03

Fonte: <http://www.ufmg.br/eleicoes2005>. Acesso em 11 nov. 2005.

A análise do quadro 3 revela uma correlação entre as cartas da Chapa 01 e o resultado obtido por ela nas urnas. Mesmo sendo a Faculdade de Medicina a unidade acadêmica de origem do Prof. Dirceu Greco, a Chapa 01 só venceu entre os TA, perdendo nos outros dois segmentos, provavelmente pela explicitação do apoio da chapa ao voto paritário entre os três segmentos (vide carta aos TA). Se a proposta da chapa era buscar um auditório de iguais, aproximando as características de *ethos* e de *pathos*, partindo de um processo dedutivo – do específico para o geral –, o equívoco discursivo surge com grande probabilidade.

As demais chapas, 02 e 03, conseguiram vitórias tranquilas em suas unidades de referência, com destaque para o índice obtido pela Chapa 02 entre os alunos (92,26%) e pelo desempenho da Chapa 03 entre os três segmentos, com índices acima de setenta por cento entre os professores, acima de oitenta por cento entre os TA e acima de noventa por cento entre os discentes.

Importante destacar a vitória da Chapa 02 entre os estudantes, mesmo que a chapa possuísse o apoio da Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola, então reitora, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que se articulava contra a reitora em virtude de, entre outros motivos, o “fechamento” do *campus* para atividades “extracurriculares”. Essa vitória é indicativa da relação existente entre os estudantes da instituição e o DCE, proporcionando uma reflexão acerca da representatividade que o diretório possui dos estudantes e que os estudantes projetam nele.

5.2 AS CARTAS E OS PANFLETOS

As cartas representam mais as percepções sociais das chapas do que as percepções acadêmicas, uma vez o discurso mais acadêmico foi preterido em favor de um discurso mais

político. O discurso acadêmico é um discurso político, como já afirmamos anteriormente, mas ao afirmarmos que o político se sobrepôs ao acadêmico, entendemos que um discurso de tom mais social foi preponderante, ou seja, excetuadas as especificidades do processo eleitoral, os discursos se adequariam a uma disputa em outra instância, como a municipal, por exemplo, que ocorre em outubro deste ano.

A Chapa 03 é, talvez, a que mais aproxima o discurso social ao acadêmico na medida em que propõe as questões nevrálgicas que afligem a instituição e conclama os eleitores a participarem dessa reflexão mais elaborada e mais criteriosa, característica do discurso acadêmico.

Em contrapartida, a Chapa 03 buscou uma linha de ação mais radical – *radical* entendido aqui como a distância entre as perspectivas inicial e final. Nas vésperas da eleição, a Chapa 03 colocou em circulação uma série de panfletos coloridos (verdes, azuis, amarelos e vermelhos), que atacavam diretamente a gestão da época, causando um impacto difícil de se mensurar, mas que, certamente, alterou os caminhos da eleição.

Os panfletos (anexo 9) consistiam em uma pergunta e três parágrafos que continham as respostas. As perguntas eram diferentes nos vários panfletos, mas as respostas eram únicas para quaisquer que fossem as indagações. Assim, entre outras, havia:

Por que você não consegue estacionar?
 Por que os projetos institucionais para pesquisa não conseguem recursos significativos?
 Por que o sistema de informática da Universidade não funciona?
 Por que você tem de preencher tantos formulários?
 Por que você tem de arrecadar dinheiro para completar o que precisa para dar aulas?
 Por que você não consegue vagas na hora da matrícula?
 Por que não se criam incentivos para estimular servidores técnicos e administrativos a contribuir para o aperfeiçoamento da gestão administrativa e acadêmica?
 Por que você tem de pagar a conta do telefone que você usa para trabalhar?
 Por que não há serviço de atendimento médico à noite no Campus Pampulha?

Na seqüência, as respostas:

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Falta planejamento. Falta ouvir as Unidades e as pessoas. Falta discutir políticas e estabelecer normas claras. A Reitoria concentrou recursos financeiros e poder em suas mãos. Prioriza seus próprios projetos. Adotou uma gestão burocrática.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências eram menos pesadas, pois havia normas claras. As pessoas eram ouvidas.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para acabar com as improvisações imediatistas.

Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de seu voto. Pense bem.

Faça melhor.

Todas as questões apresentadas implicavam a ausência de uma boa gestão na Universidade, refletindo inevitavelmente na figura da Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola como administradora e

em sua equipe de trabalho. Dessa forma, muitos foram atingidos pela crítica e esse movimento repercutiu pela instituição, com um resultado que aponta mais para o desastre do que para o sucesso. Não é possível dizer, com exatidão, qual foi o impacto dos panfletos nos eleitores participantes da eleição e, mesmo, se esses eleitores tiveram contato com esse material, mas o resultado das urnas aponta que o desejo da Chapa 03 não foi alcançado.

Sobre a crítica ao adversário, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.116) afirmam que “o orador que ataca um adversário não pode avançar certas informações relativas ao comportamento deste último sem depreciar a si próprio: um grande número de regras morais, de regras de etiqueta e de deontologia impedem a introdução de certos fatos num debate.” Dessa forma, o ataque da Chapa 03 à gestão administrativa da reitoria atingiu vários segmentos e abordou vários temas de maneira geral, que causam um impacto discursivo, mas que esbarram em inverdades. Observe-se: “Por que você não consegue estacionar?” Apresentada dessa forma, o fato presumível é que o leitor não consegue estacionar de maneira nenhuma, ao invés de encontrar dificuldades para fazê-lo.

Outro exemplo: “Por que o sistema de informática da Universidade não funciona?”. Ao afirmar que o sistema de informática não funciona, o leitor é levado a crer que o sistema não funciona de maneira nenhuma, não dando a ele (ao sistema) o atributo de funcionar bem, mal, de maneira insatisfatória ou mesmo de não corresponder às necessidades acadêmicas.

Essas postulações, que não são de todo inverídicas, mas também não são representações fiéis dos fatos, podem ser, habilmente, consideradas calúnias, uma vez que os valores relativos são dispensados em favor de um absoluto. Assim, ao invés de agregar apoios e votos, pode desencadear um movimento de rejeição por parte de alguns eleitores, o fim de alianças, o redirecionamento eleitoral de apoiadores, numa seqüência de ações e fatos de difícil previsão e controle.

5.3 A VITÓRIA DA CHAPA 02

Ainda que as cartas não definam a vitória de um candidato, a vitória da Chapa 02 revela que a estratégia discursiva utilizada nas cartas aqui analisadas pode ser vista segundo um preceito maquiavélico de sucesso: a raposa e o leão. “Visto que um príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos.” (MAQUIAVEL, 2001, p.84)

A Chapa 02 foi leão ao enfrentar a oposição e as críticas à gestão que a apoiava, ao mesmo tempo em que foi raposa para não discutir, debater ou mesmo detalhar propostas sobre as

questões polêmicas (a paridade dos votos, a flexibilização curricular, o sistema de cotas, etc.), mas para admitir que os espaços de discussão estariam abertos e que seria mesmo interesse dos candidatos, se vitoriosos, ouvir e contar com a participação de toda a comunidade acadêmica.

A Chapa 02 construiu, assim, um discurso mais geral (menos específico) e de menor profundidade, de mais fácil assimilação e de menor impacto acadêmico, mas de maior impacto político. Uma proposta vitoriosa, de orientação teleológica, porque “os homens, em geral, julgam as coisas mais pelos olhos que com as mãos, porque todos podem ver, mas poucos podem sentir.” (MAQUIAVEL, 2001, p.85)

Além disso, os processos retóricos utilizados pela Chapa 02 e descritos anteriormente devem ser analisados com atenção em futuras disputas acadêmicas à Reitoria, pois o sucesso obtido, de certa forma, revela um índice sobre quem é essa comunidade universitária da UFMG, seja ela representada pelos votos válidos, seja ela representada por votos brancos, nulos e inexistentes.

O que se pode concluir, também de maneira geral, sobre a eleição para reitor da UFMG, em 2005, é a pouca abrangência do processo. Em um ambiente tão rico cultural e socialmente, com tantas mentes brilhantes à disposição para a realização de um debate profundo e enriquecedor, observamos uma participação em “quartos” (aproximadamente três quartos de professores, dois quartos de técnicos e um quarto de alunos). Com as palavras de Adorno e Horkheimer ([s.d.], p.47), encerra-se este trabalho.

É da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade. Quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelos sistemas de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [s.d.]. p.19-52.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da Cultura de Massa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.159-204.
- AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p.119-144.
- APEL, Karl-Otto. A priori da comunidade de comunicação e os fundamentos da ética. In: _____. *Transformação da Filosofia II. O a priori da comunidade de comunicação*. São Paulo: Loyola, 2000. p.407-427.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick. Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo *et al. Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/Carol Borges, 1999. p.27-43.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DUCROT, Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.367-391. v.2.
- EGGS, Ekkehard. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p.29-56.
- ESPINOSA, Baruch de. *Tratado da Reforma da Inteligência*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.53.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.
- FOCAS, Júnia. Dialética e Argumentação: as categorias aristotélicas e o discurso. EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lucia. MENEZES, William (org.). *Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE, 2006. p.161-174.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8.ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

HABERMAS, Jürgen. Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo da vida. In: _____. *Pensamento Pós-metafísico*. Estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1990. p.65-103.

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. Política científica e opinião pública. In: _____. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 2006. p.129-147.

HABERMAS, Jürgen. Racionalidade do entendimento mútuo. In: _____. *Verdade e Justificação*. Ensaios Filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004. p.132-199.

HADDAD, Galit. *Ethos* prévio e *ethos* discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p.145-166.

HOAUISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1.ed. rev. e alt. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX: 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antéticos assimétricos. In: _____. *Futuro passado*. Contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006. p.191-231.

KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: _____. *Futuro passado*. Contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006. p.21-39.

LANDOWSKI, Eric. A Opinião Pública e seus porta-vozes. In: _____. *A Sociedade Refletida*. Ensaios de Sociosemiótica. São Paulo: Educ / Campinas: Pontes, 1992. p.19-43.

LESSA, Cláudio Humberto. Gestão das paixões políticas em discursos sobre a esquerda: identidade, valores e imaginários. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emilia (org.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p.89-102.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso, Enunciado e Texto. In: _____. *Análise de textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001. p.51-57.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATOS, Gregório de. *Crônica do viver baiano seiscentista*. Obra poética completa. Códice James Amado. 4.ed. Rio da Janeiro: Record, 1999. p.1141. v.2.

MENEZES, William. *Ethos*, ética e lugares de degenerescência do discurso político. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lucia. MENEZES, William (org.). *Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE, 2006. p.311-331.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Ecce homo*. Como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.29.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, demasiado humano*. Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. 2.ed. São Paulo: Globo, 2003.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: A Nova Retórica*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REIS, Fábio Wanderley. A abordagem da *public choice*. Racionalidade, utilitarismo e conflito de interesse. In: _____. *Política e racionalidade*. Problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.95-146.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *Memória de Reitores (1961-1990)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Pressupostos do esclarecimento harbemasiano. In: _____. *Jürgen Habermas: Razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p.47-133.

TOULMIN, Stephen E. *Os usos do argumento*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p.1.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais. *Decisão do Colégio Eleitoral da UFMG*, de 23 de agosto de 2005. Belo Horizonte: UFMG, 2005a. 9p.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais. *Eleições 2001*. Disponível em <http://www.ufmg.br/eleicoes2001>. Acesso em 26 jan. 2008.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais. *Eleições 2005*. Disponível em <http://www.ufmg.br/eleicoes2005>. Acesso em 10 nov. 2005. 2005b.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais. *Regimento Interno*. Disponível em http://www.ufmg.br/conheca/informes/ia_reg_atual.html. Acesso em 26 jan. 2008.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

**Carta Aberta****Aos servidores docentes, técnico-administrativos e aos estudantes do Campus da Saúde,**

Ao aproximar-se a data da consulta à comunidade da UFMG, que definirá a escolha dos seus próximos dirigentes, nós, Dirceu Greco e Antônia Vitória, candidatos a reitor e vice-reitora da Chapa 01, pedimos sua atenção para o processo eleitoral e para o pensamento expresso em nossas propostas, principalmente no que diz respeito às atividades desenvolvidas no Campus da Saúde.

Nas nossas extensas andanças, debates e conversas ao longo deste período, percebemos escassa mobilização e envolvimento no processo de sucessão do reitorado, apesar da evidente insatisfação e do desejo de novos rumos, que conduzam à valorização do nosso trabalho e do aperfeiçoamento da nossa Universidade.

Vivemos em período de muitos desafios relacionados à promoção da saúde da população brasileira. O Brasil é signatário do Programa de Desenvolvimento Mundial para o Milênio da ONU, que define a saúde como alicerce para o desenvolvimento humano e temos a obrigação e a capacidade de inserção ativa e criativa neste programa. O Sistema Único de Saúde é uma conquista pública, programa de Estado e nele, o Hospital das Clínicas, centro integrado ao SUS, mas autônomo em sua função de referência e ensino, se destaca não só pela assistência que destina à comunidade, mas pela participação na formação exemplar de profissionais, nos cursos de Graduação e pós-graduação em Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia, Odontologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Há mudanças urgentes e necessárias que exigirão do futuro reitorado envolvimento intenso com a comunidade universitária, com a sociedade e com as diferentes instâncias de governo e agências nacionais e internacionais de saúde.

É com entusiasmo e disposição para o trabalho, que oferecemos nossa trajetória, nossa dedicação e nosso profundo respeito à comunidade deste Campus e contamos com sua confiança, expressa no seu voto nos dias 8 e 9 de novembro.

Participe!

Abraço cordial de

Dirceu Greco e Antônia Vitória

www.ufmg.br/eleicoes2005/01-dirceu-antonia

Dirceu Greco é Professor Titular do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina, Pesquisador I do CNPq; Antônia Vitória é Professora Adjunto da Faculdade de Educação

ELEIÇÃO
DIA 8 DE NOVEMBRO NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS
DIA 9 DE NOVEMBRO EM TODA A UFMG

Mensagem aos Estudantes*

A universidade deve a este país o compromisso com a formação do estudante, tornando-o não apenas habilitado com excelência, mas ainda um indivíduo crítico, transformador, comprometido com o avanço da cidadania e da justiça social. Não é uma tarefa difícil. Basta cultivar a generosidade e o inconformismo, bens que já são inatos à juventude. Nas idas e vindas da relação do estudante com a universidade, pensamos que neste momento é preciso, da parte da instituição, reconhecer a especificidade do que é ser estudante. Abrir canais de diálogo. Aceitar sua expressão, sua manifestação, sempre generosa, mesmo quando incômoda. Ouvir. Buscar conhecer quais as dificuldades no dia-a-dia da relação aluno-instituição.

Entendemos que democracia e civilização integram aquilo que a humanidade carrega enquanto esperança, na forma de utopia, e têm a função de apontar uma direção. As pequenas ações de cada dia, referenciadas nesses valores, adquirem a grandeza de representarem minúsculos fragmentos do maior projeto do homem. Nesse contexto, entendemos que a universidade aponta para tal bem maior em cada pequeno movimento de eliminação de entraves em sua própria estrutura de atendimento ao estudante, em cada recusa à arbitrariedade nas relações internas, toda vez que coloca à frente seu sentido público. Entendemos como constituintes de um estado de direito, pré-requisito de democracia e civilização, pequenas atitudes institucionais, tais como estabelecer a confiança como princípio; abrir espaços para o diálogo, para a conciliação de interesses entre instituição e os estudantes; fazer fluir a informação ao estudante, relativa à estrutura da instituição, às competências de cada órgão interno, e a como se dirigir a eles, para cada demanda.

Lembramos que o estudante que participa ajuda a conformar o que é a universidade de cada momento. Sua intervenção ajuda a tornar mais fértil a instituição. Se o individualismo conservador supõe a universidade dada, o inconformismo transformador a sabe em construção, e põe mãos à obra. À gestão universitária, cabe abrir os espaços de interlocução, estimular a participação, ouvir, e dar seqüência a essa interação. A vocês cabe ocupar os espaços que são seus, de questionamento do instituído e do estabelecido, em prol do novo, do melhor, do mais justo.

Os estudantes foram, na história de nossa universidade e de nosso país, os porta-vozes das mais generosas causas. A causa de fazer da universidade um instrumento para transpor, cada vez mais, diferenças sócio-econômicas, ajudando a desenhar uma sociedade futura mais justa, ou menos disparatada na sua distribuição de renda, tem esse estatuto de generosidade, e tem a ambição de recuperar o espaço simbólico da unidade daqueles que acreditam na democracia. É uma causa que hoje passa, fundamentalmente, pela democratização do acesso ao ensino superior; afinal, sabe-se, o diploma universitário é o principal elemento de ascensão social disponível na sociedade brasileira. Para nós, inclusão social nos cursos de graduação tem dois componentes: medidas para democratização do acesso às vagas dos cursos, e medidas para possibilitar que os estudantes, uma vez admitidos, tenham as condições necessárias para concluir seu curso.

Propomos então: venham ajudar, nessa disputa que é feita palmo a palmo, pela ampliação do acesso à universidade. Tragam suas concepções, suas experiências, seus pontos de vista, indubitavelmente necessários para compor uma proposta justa e viva de transformação. Com vocês, pensamos que esta causa pode ser vitoriosa.

Participe do processo de escolha do futuro Reitor e Vice-Reitora da UFMG, inteirando-se das propostas dos candidatos, participando dos debates, enfim, formando opinião para uma escolha consciente de seu candidato. Esperamos seu comparecimento às urnas no próximo dia 9 de novembro e ficaremos muito felizes caso sua opção seja pelo nosso programa de trabalho.

Ronaldo Pena

Heloisa Starling

* Reprodução reformatada.

C A R T A A O S E S T U D A N T E S

Como você sabe, no dia 9 de novembro acontecerá o primeiro turno da eleição para Reitor e Vice-Reitor da nossa Universidade. As faixas já começam a aparecer no **campus**, bem como outros materiais de divulgação. Muitas vezes temos encontrado pessoas que nos perguntam se os estudantes votam. **Sim, os estudantes votam, do mesmo modo que participam de todos os órgãos colegiados da UFMG.** Uma prática que se encontra no cerne da idéia de Universidade.

Queremos lembrar a você o papel dos estudantes, a fim de ressaltar sua importância para que a Universidade atinja seus objetivos como uma instituição autônoma e engajada nos processos de transformação do país e do mundo. Há quem diga que estudar na UFMG é um privilégio, num contexto como o do Brasil, em que menos de 30% das vagas no ensino superior são ofertadas em instituições públicas e somente cerca de 10% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior. Na verdade, nós, que hoje ou no passado tivemos a chance de estudar aqui, recebemos a nossa quota de justiça. Nosso compromisso social deve ser, portanto, lutar para estender esse direito à maioria dos jovens brasileiros.

É em vista dessa grande responsabilidade que declaramos nosso compromisso com uma Universidade capaz de propiciar a você uma formação condizente com os desafios contemporâneos. Ainda há muito que fazer na graduação e na pós-graduação. Os instrumentos para que a flexibilização curricular seja efetiva (e não só uma bela idéia) precisam ser rapidamente conquistados, para acabar com situações como a falta de vagas em disciplinas, desorganização de horário ou turmas lotadas. Ferramentas de aprendizagem que explorem as novas tecnologias necessitam ser utilizadas e os programas de bolsas acadêmicas revistos, a fim de que a pesquisa se integre de fato ao percurso escolar de cada estudante. Exige-se atenção especial para com os cursos noturnos, sobretudo os criados nos últimos anos sem que se considerassem as necessidades para seu pleno funcionamento. Haver aulas à noite não basta, se tudo mais só funciona de dia em termos de atividades acadêmicas e culturais.

Nosso compromisso principal é fazer com que a Reitoria passe a ouvir o que têm a dizer os estudantes. A burocratização dos órgãos colegiados tem redundado no comprometimento de um espaço legítimo de expressão e reivindicação que precisamos ter a coragem de recuperar. Assuntos importantes, das ações acadêmicas aos processos de escolha de dirigentes e as políticas de inclusão acadêmica e sócio-econômica serão pautados para discussão. Os espaços de vivência e convivência universitária, eventos culturais e esportivos devem ser retomados. Para que sejamos de fato uma Universidade que forma cidadãos não só acadêmica, como também cultural e politicamente. Por isso sua participação é indispensável.

Essa a razão por que convidamos você a engajar-se em nossa campanha desde já. Para que possamos coletivamente fazer da UFMG uma instituição consciente de seu papel e comprometida com o Brasil. Uma Universidade cujo principal compromisso seja com a renovação.

Jacyntho Lins Brandão
Candidato a Reitor

Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin
Candidata a Vice-Reitora

Sede do comitê: sala L-4001 (Faculdade de Letras), telefone 3499-6025

E-mail: jlinsbrandao@ufmg.br

Site www.ufmg.br/eleicoes2005/03-jacyntho-cristina

ANEXO 4

Carta aberta aos Servidores Técnico-administrativos e docentes da UFMG**Chapa 01 – Dirceu Greco e Antônia Vitória**

Ao aproximar-se a data da consulta à comunidade da UFMG que irá definir a escolha dos seus próximos dirigentes, nós, Dirceu Greco e Antônia Vitória, candidatos a reitor e vice-reitora da Chapa 01, pedimos sua atenção sobre nossas propostas para a próxima gestão.

Nas nossas extensas andanças, debates e conversas ao longo deste período percebemos a evidente insatisfação com as condições de trabalho e desejo de novos rumos, que conduzam à real valorização dos servidores e ao aperfeiçoamento da nossa universidade.

Há muitos desafios relacionados à missão da universidade, este local privilegiado do pensamento inquieto, do ensino de qualidade e democrático, da pesquisa de relevância e da extensão referencial, da discussão política e da participação efetiva na definição de um verdadeiro projeto de país, no enfrentamento das graves disparidades nacionais.

Nossas propostas são fruto de diversas discussões e contribuições de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes e têm como pressupostos a liberdade acadêmica, a autonomia e a responsabilidade social. O ideal de um trabalho conjunto foi fundamental para a escolha do lema de campanha: ***Pensar e Construir juntos.***

Sabemos da enorme capacidade de trabalho e de envolvimento dos servidores docentes e técnico-administrativos em todas as atividades da universidade. Somos favoráveis à reintrodução do voto paritário para a eleição de reitor. Sabemos também do excesso de atividades de cada um, com inserção no ensino da graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na administração. Sentimos a redução dos nossos quadros e das verbas de manutenção e, mesmo assim, continuamos mantendo a qualidade, relevância e referência nas diversas áreas de atuação. Por outro lado, não tem havido qualquer envolvimento político da administração central da universidade no enfrentamento das decisões unilaterais de agências e ministérios. Estes cobram "produtividade" e não dão o devido valor às atividades administrativas, técnicas, de ensino na graduação e extensão.

Nossa tarefa é grande, com mudanças urgentes e necessárias que exigirão do futuro reitorado envolvimento intenso com a comunidade universitária e com a sociedade, e representação autônoma nas diferentes instâncias de governo e agências nacionais e internacionais.

É com entusiasmo e disposição para o trabalho, que oferecemos nossa trajetória, nossa dedicação e nosso profundo respeito à comunidade da UFMG e contamos com sua confiança, expressa no seu voto no dias 8 e 9 de novembro.

Abraço cordial de

Dirceu Greco e Antônia Vitória
www.ufmg.br/eleicoes2005/01-dirceu-antonia

Dirceu Greco é Professor Titular do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina, Pesquisador I do CNPq; Antônia Vitória é Professora Adjunta da Faculdade de Educação

ELEIÇÃO
DIA 8 DE NOVEMBRO NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS
DIA 9 DE NOVEMBRO EM TODA A UFMG

ANEXO 5

Carta aos Servidores Técnicos e Administrativos

É responsabilidade da UFMG, como instituição pública, contribuir com os instrumentos que lhe são próprios para a construção da nação justa e soberana com que todos sonhamos.

Nossa universidade tem sido o resultado de uma construção coletiva, reiniciada a cada dia e consequência da ação de todos os que dela fazem parte. Entretanto, para que possa prosseguir na sua tarefa, as relações internas da instituição devem ser, permanentemente, objeto de um exame cuidadoso. O grau de responsabilidade pela instituição, por parte dos diversos segmentos que a compõem, está inequivocamente associado à constituição de relações marcadas pela efetiva participação. Os servidores técnicos e administrativos têm defendido uma ideia de universidade caracterizada por políticas baseadas no diálogo, na cooperação e na responsabilidade. Entendemos que é preciso remover todos os obstáculos que impeçam o estabelecimento de relações justas entre os segmentos, de modo a propiciar que a universidade possa cumprir as metas que lhe cabem.

Temos falado muito na necessidade de construir o que chamamos de cidadania universitária, um conceito que nos é muito caro e que a todos diz respeito. Além de estar presente nas relações de trabalho, se desdobra em várias direções, de espaços de convívio ao lazer, da cultura à atenção à saúde, de programas de desenvolvimento pessoal a iniciativas de desenvolvimento profissional. Compreendido como o fundamento de uma efetiva política de pessoal, o conceito de cidadania universitária permite conferir densidade às discussões sobre a democratização das relações no âmbito da universidade, com os quais a nossa candidatura está desde já claramente comprometida.

Os debates sobre a reforma universitária, cujo projeto está no Congresso Nacional, evidenciaram os interesses presentes no campo do ensino superior. O avanço das instituições particulares, as incertezas relativas à responsabilidade governamental para com o ensino superior público, a resistência ao estabelecimento de marcos regulatórios para o sistema privado constituem, entre outros temas, matérias sobre as quais todos os que se colocam do lado da defesa de uma educação superior pública robusta e extensiva devem se pronunciar.

Assim, conclamamos os servidores técnicos e administrativos para que, juntos, sejamos capazes de construir uma gestão universitária capaz de estabelecer relações de trabalho pautadas na participação sempre mais democratizada e sempre mais responsável e de defender, incondicionalmente, o sistema público de ensino superior no Brasil.

Ronaldo Pena Heloisa Starling

RONALDO + HELOISA

CHAPA
02



CHAPA
02

Utopia. Com os pés no chão

Comitê: PCA-Engenharia, sala 229 Tel:3499 4814 / 3499 4815
rpena@ufmg.br - starling@fafich.ufmg.br

AOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG

É uma satisfação poder abrir esta carta com a expressão que define o patamar em que se enquadram os servidores técnicos e administrativos da UFMG, agora reconhecidos oficialmente como atuantes na área da educação. Essa conquista do novo plano de carreira aponta para a diferença que há entre nós, servidores públicos de uma universidade, e os servidores de outros órgãos. Isso impõe a necessidade de tirarmos todas as conseqüências do fato de estarmos, em conjunto, voltados para formar profissionais competentes que sejam também cidadãos íntegros e conscientes de sua responsabilidade social. O que não se faz só na sala de aula, mas exige o zelo de cada um de nós, para que ensinemos, no dia-a-dia, o respeito pelas pessoas, o cuidado com o patrimônio público, o modo como a política pode ser praticada com base em princípios éticos.

Temos dito que as políticas para o pessoal técnico administrativo em educação são um dos eixos que orientam nossa proposta. Queremos detalhar o que isso significa, na certeza de que, na próxima gestão, é indispensável que a UFMG dê os passos necessários para a valorização de seu quadro de pessoal, a fim de que os talentos não continuem sendo perdidos. Sabemos que a institucionalização de políticas nessa esfera tem um grande potencial para influir nas relações diárias, com ganhos para a Universidade, que sem dúvida se renovará, atendendo às exigências contemporâneas.

O que significa institucionalizar essas políticas? Em primeiro lugar, atribuir aos órgãos colegiados sua definição e condução, para que as mesmas deixem de ser projetos das gestões que passam pela Reitoria e tenham impacto permanente e de longo prazo. Em segundo lugar, regulá-las pelos objetivos acadêmicos da UFMG, sabendo que não basta, para o desenvolvimento da Universidade, contar apenas com professores capacitados.

Em termos práticos, as providências envolvem, antes de tudo, o dimensionamento e a qualificação da força de trabalho necessária em cada local, a partir de indicadores bem definidos. Em seguida, é preciso refinar o modo como se fazem os concursos. Basta lembrar que o que se espera de um

servidor que trabalhe, por exemplo, no Hospital das Clínicas, é diferente do que se espera nas unidades acadêmicas e administrativas. Esse cuidado com a seleção de pessoal levará ao desenvolvimento de projetos consistentes de capacitação e qualificação. Nesse aspecto, é preciso inverter a prática atual, que faz com que a liberação de servidores se faça como se constituísse exceção ou favor. A meta deve ser que o corpo técnico e administrativo se aprimore constantemente, a exemplo do que se faz com relação aos docentes.

Finalmente, essas ações propiciarão o estabelecimento de uma avaliação inteligente, que valorize a produção técnica e administrativa, incentivando tudo o que se faz para melhorar os processos e as condições de trabalho. É preciso quebrar a lógica atual, segundo a qual a UFMG sequer registra a produção do pessoal técnico e administrativo, mesmo quando tem formato acadêmico. Mas, sobretudo, é preciso valorizar o esforço, em que todos se empenham diariamente, para que a Universidade atinja seus fins.

Comprometemo-nos com esses objetivos, sem esquecer aquilo que, na esfera das políticas de pessoal, representa ganhos em termos de tranquilidade e respeito, como os programas de saúde, creche e acesso à educação, cultura e benefícios sociais. Do mesmo modo, não mediremos esforços para atuar junto ao Governo, a fim de que os salários não se deteriorem, se recupere a tabela de Funções Gratificadas e se corrijam as distorções que ainda permanecem no plano de carreira.

Compromissos que exigirão de nós um grande empenho, mas que temos certeza que não implicam em metas impossíveis, desde que contemos, como esperamos, com o apoio da Comunidade Universitária. É a certeza desse apoio que nos anima. Em nome da idéia de uma Universidade viva, forte, atuante, digna e socialmente responsável. A nossa UFMG.

Jacyntho Lins Brandão
Candidato a Reitor

Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin
Candidata a Vice-Reitora

E-mail: jlinsbrandao@ufmg.br
Site: www.ufmg.br/eleicoes2005/03-jacyntho-cristina

ANEXO 7

<p>Os três princípios que pautam o nosso programa - o primado do interesse público, o respeito à diferença e a ênfase na experimentação são os instrumentos indutores das políticas acadêmico-administrativas que consideramos adequadas para que a Universidade continue a representar, em qualquer tempo e circunstância, o papel eficaz e utópico, humanizador e libertário, que sempre marcou sua história. É com a consciência desses desafios que apresentamos nossas propostas.</p>	<p>Principais propostas de Gestão</p> <p>Arrolamos, a seguir, um elenco de propostas relativas aos diferentes domínios da Universidade. Ancoradas no primado do interesse público, no respeito à diferença e na ênfase na experimentação, visam, de um lado, consolidar os patamares de excelência duramente conquistados ao longo da história dessa Instituição e, de outro, procuram apontar as necessárias mudanças capazes de contribuir para que a Universidade Federal de Minas Gerais continue a responder aos desafios do presente.</p>
<p>À Comunidade Universitária:</p> <p><i>Aos Servidores Docentes:</i></p> <p>Temos assistido, na UFMG, a dois processos contraditórios. Por um lado, essa Instituição vem obtendo, cada vez mais, justo reconhecimento no meio acadêmico e na sociedade, devido à elevada qualidade com que executa um crescente número de atividades. Por outro lado, a esse crescimento quantitativo das atividades, não tem correspondido um aumento no número dos docentes, o que vem impactando, de maneira significativa, a carga de trabalho que incide sobre cada um de nós. É necessário que esta Universidade reafirme o princípio de que os docentes precisam, fundamentalmente, do tempo para a reflexão como matéria-prima para a qualidade de seu trabalho. A tão necessária e socialmente relevante expansão de atividades deve ser, assim, precedida do resgate do valor do professor em suas múltiplas dimensões, com a construção de condições mais adequadas de trabalho.</p>	<p>Graduação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar estratégias de apoio aos novos cursos de Graduação, estimulando seu crescimento e consolidação, e, ao mesmo tempo, reforçar o potencial daqueles já consolidados. - Construir uma política capaz de articular as demandas de criação de novos cursos a um projeto institucional. - Reforçar a capacidade dos Colegiados de Graduação como órgãos formuladores de políticas, inclusive por meio de dotação orçamentária. - Estimular e acolher projetos de inclusão oriundos de diferentes cursos de Graduação, notadamente aqueles com maior potencial para propiciar mobilidade social. - Implantar estruturas que permitam a atenção aos alunos portadores de necessidades especiais. - Expandir a atuação da UFMG, no que diz respeito a ensino a distância, não só pela abertura de programas próprios mas também no papel de instituição de referência, como gestora de redes. - Criar condições para o adequado funcionamento dos cursos noturnos. - Criar condições para uma renovação ativa, permanente e adequada dos equipamentos e materiais de ensino. - Recuperar, no conceito de flexibilização curricular, o princípio de diversificação, que implica a possibilidade de diferentes modelos para currículos flexibilizados. - Rever o programa de bolsas acadêmicas da Graduação quanto a conceito, finalidades, condições e duração. - Criar um programa de bolsas acadêmicas voltadas para os estudantes do turno noturno que lhes permita melhores condições de formação. - Dar apoio a programas de assistência à comunidade ligados a atividades curriculares dos cursos de Graduação - a exemplo dos internatos curriculares, incentivando, também, a extensão de tais programas a outros cursos. - Apoiar iniciativas para auxílio a estudantes com dificuldades de aprendizado nas disciplinas do primeiro ano de curso. - Articular a macroquestão da formação de professores, na UFMG, em torno de um projeto institucional para a Licenciatura, utilizando o Centro Pedagógico e do Colégio Técnico como locais de experimentação em aspectos como o estabelecimento de fóruns comuns, a adoção de políticas de contato com o meio externo, e outros. - Implantar um programa de parcerias com escolas de Educação Básica da rede pública de Belo Horizonte em ação articulada com o Curso de Pedagogia e com as Licenciaturas, transformando-as em referências quanto à qualidade de ensino. - Expandir o programa de produção de livros e materiais didáticos para a graduação. - Estimular as Fundações de Apoio a permanentemente reavaliar seu papel, visando a aprofundar seu papel de interface entre a Universidade e a sociedade e de local privilegiado para as ações de transferência de conhecimento e tecnologia. - Incentivar a captação de fundos públicos que viabilizem o financiamento, anteriormente ao seu licenciamento, de patentes no exterior. - Incrementar a infra-estrutura de negociação de patentes da Universidade, criando condições adequadas de transferência de tecnologia.
<p><i>Aos Servidores Técnicos e Administrativos:</i></p> <p>Os trabalhadores técnicos e administrativos têm na UFMG muito mais que seu local de trabalho. Compartilham, com os demais membros da comunidade universitária, o sonho e a utopia de fazer desta Instituição um instrumento cada vez mais importante para a construção de um país melhor, de um outro mundo possível. Como requisito para esse projeto de sociedade, os servidores técnicos e administrativos, têm defendido, com justeza, um desenho de Universidade em que as relações internas sejam permeadas pelo diálogo, pela participação, pela cooperação e pela responsabilidade. Propomos construir, coletivamente, o conceito de cidadania universitária. Conceito que tem implicações nas relações no ambiente de trabalho, que se desdobra, também, nos elementos de cidadania que constituem direitos de todos - como espaços de convívio, cuidado com o lazer e a cultura, atenção à saúde e possibilidade de aperfeiçoamento profissional. Esse conceito deve repercutir na própria estrutura de gestão, em que os servidores técnicos e administrativos, com espaços ampliados, concretamente assumirão participação significativa nos destinos da Universidade.</p> <p><i>Aos Estudantes:</i></p> <p>A Universidade deve a este País o compromisso com a formação discente. É preciso estabelecer condições para que os estudantes se tornem não apenas habilitados com excelência, mas, também, sujeitos críticos, transformadores, comprometidos com o avanço da cidadania e da justiça social. É preciso sempre, do lado da Instituição, reconhecer a especificidade do que é ser estudante; abrir canais de diálogo; aceitar sua expressão sempre generosa, mesmo quando incômoda; incentivar sempre sua indispensável manifestação; ouvir muito. Dirigimo-nos a vocês, estudantes, com a proposta de repactuar as formas de relacionamento, visando à construção de um ambiente acadêmico em que haja, no dia-a-dia, mais trocas, mais vida, mais arte.</p>	<p>4</p> <p>5</p>

À Comunidade Universitária:*Aos Servidores Docentes:*

Temos assistido, na UFMG, a dois processos contraditórios. Por um lado, essa Instituição vem obtendo, cada vez mais, justo reconhecimento no meio acadêmico e na sociedade, devido à elevada qualidade com que executa um crescente número de atividades. Por outro lado, a esse crescimento quantitativo das atividades, não tem correspondido um aumento no número dos docentes, o que vem impactando, de maneira significativa, a carga de trabalho que incide sobre cada um de nós. É necessário que esta Universidade reafirme o princípio de que os docentes precisam, fundamentalmente, do tempo para a reflexão como matéria-prima para a qualidade de seu trabalho. A tão necessária e socialmente relevante expansão de atividades deve ser, assim, precedida do resgate do valor do professor em suas múltiplas dimensões, com a construção de condições mais adequadas de trabalho.

ANEXO 8



AOS PROFESSORES DA UFMG

A poucos dias do primeiro turno da eleição para Reitor e Vice-Reitor, queremos reafirmar nosso compromisso com a renovação da UFMG. Sabemos que os desafios atuais exigem coragem, em defesa da universidade pública, autônoma e engajada nas transformações demandadas pelo Brasil. Mas isso só será possível se recuperarmos nossa capacidade interna de gestão, comprometida pelo esvaziamento dos órgãos colegiados, a concentração de poder e recursos na Reitoria, o enfraquecimento das Unidades e a falta de apoio para as atividades acadêmicas.

Um dos pontos de partida para a correção de rumos encontra-se nas políticas para o pessoal docente. Pela importância do tema, queremos explicitar o teor das propostas que encaminharemos aos órgãos de deliberação, a fim de rever critérios que tiveram importância no passado, mas hoje se encontram ultrapassados. São três as premissas: a) organizar o tempo do professor; b) apropriar a carga oculta do trabalho didático; c) implantar avaliação qualitativa.

A primeira consiste em **organizar as atividades da Universidade de modo que o professor possa também organizar seu próprio tempo**. Hoje somos demandados simultaneamente pelo ensino, a pesquisa, a extensão e a administração, o que redundava em sobrecarga e dispersão. Ações simples, como a possibilidade de concentrar as atividades didáticas, liberando períodos para a pesquisa e a extensão, sem dúvida redundarão em qualidade para a produção docente, em benefício da Universidade.

A segunda premissa é **apropriar o trabalho real do professor**, que passou por grandes transformações com a ampliação da pós-graduação e a flexibilização da graduação. Isso implica incorporar as atividades de orientação e outras correlatas nos indicadores da carga didática, valorizando-se a docência.

O terceiro requisito consiste em **adotar critérios qualitativos** de avaliação docente, respeitando-se a diversidade de perfis e a diferença entre áreas de conhecimento e atuação. Propomos que os processos de avaliação sejam unificados e aconteçam com um intervalo mínimo de três anos, para permitir que os projetos possam produzir resultados consistentes.

Assim, será possível rever os critérios de **alocação de vagas** e normas como as referentes a **concursos, afastamentos e progressões**. Especial atenção deve merecer a questão do **regime de trabalho**, envolvendo-se as câmaras e congregações no estabelecimento da proporção mais adequada, em cada área, de professores em 20 horas, 40 e dedicação exclusiva.

Finalmente, a **burocracia acadêmica**, que exige projetos e relatórios para quase tudo, de forma dispersa, será extinta. Desde que se conte com um **planejamento acadêmico consistente**, a repetição de procedimentos se tornará desnecessária, permitindo investimentos que propiciem o crescimento harmônico das pessoas, das áreas de conhecimento e da UFMG como um todo.

Em suma, através de ações concretas e viáveis, o que pretendemos é recuperar o sentido de nosso trabalho, em nome do ideal de Universidade que nos une.

Jacyntho Lins Brandão é Professor Titular de Grego, foi Diretor da FALE e Vice-Reitor, atua na pós-graduação, publicou 8 livros e é pesquisador I do CNPq. Cristina Rocha Augustin é Professora de Geomorfologia, atua na pós-graduação e ocupa os cargos de Pró-Reitora de Graduação e Presidente da COPEVE.

ANEXO 9

Panfletos coloridos da Chapa 03

Por que não se criam incentivos para estimular servidores técnicos e administrativos a contribuir para o aperfeiçoamento da gestão administrativa e acadêmica?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Falta planejamento. Falta ouvir as Unidades e as pessoas. Falta discutir políticas e estabelecer normas claras.

A Reitoria concentrou recursos financeiros e poder em suas mãos.

Prioriza seus próprios projetos. Adotou uma gestão burocrática.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos pesadas, pois havia normas claras. As pessoas eram ouvidas.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para acabar com as improvisações imediatistas.

Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de seu voto. Pense bem.

Faça melhor.

VOTE CHAPA 03

JACYNTHO 03 CRISTINA

Panfletos coloridos

Por que os projetos institucionais para pesquisa não conseguem recursos significativos?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA

Por que você não consegue seguir no lado da mudança?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA

Por que não se criam incentivos para estimular servidores técnicos e administrativos a contribuir para o aperfeiçoamento da gestão administrativa e acadêmica?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA

Por que você tem de pagar a conta de água que está um peso trabalhar?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA

Por que você não consegue estudar?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA

Por que não há serviço de atendimento médico à noite no Campus Pampulha?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA

Por que você tem de procurar tanto fundamento?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA

Por que você tem de arriscar dinheiro para completar a que precisa para dar aulas?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA

Por que o sistema de informática da Universidade não funciona?

Porque falta uma boa gestão na UFMG. Faça planejamento. Fale sobre os resultados e os recursos. Faça planos políticos e estabeleça normas claras.

A política econômica precisa fundamentar o poder em suas ações. Priorize seus projetos prioritários. Adote uma gestão horizontal.

Nem sempre foi assim. A gestão e o planejamento eram compartilhados. O orçamento das Unidades Acadêmicas bastava para manter suas atividades. As exigências burocráticas eram menos penosas, pois havia normas claras. As pessoas eram verdadeiras.

Nossa plataforma começa com a descentralização do poder, para adotar um estilo de gestão voltado para a Universidade. Vamos voltar a planejar as ações, para atuar com as impermissíveis institucionais. Vamos recuperar o orçamento das Unidades, para que atenda às necessidades acadêmicas.

Para resolver estes problemas, precisamos de sua voto. Por favor, faça melhor.

VOTE CHAPA 03
JACYNTHO 03 CRISTINA